



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – CCHLA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO – PPGC
MESTRADO EM COMUNICAÇÃO E CULTURAS MIDIÁTICAS

TÁSSIO JOSÉ PONCE DE LEON AGUIAR

ENTRE NOTÍCIAS E “FORMULÁRIOS” POLICIAIS:

Uma análise da construção midiática de jovens vítimas de crimes violentos nos periódicos
Correio da Paraíba e Jornal da Paraíba

JOÃO PESSOA

2015

TÁSSIO JOSÉ PONCE DE LEON AGUIAR

ENTRE NOTÍCIAS E “FORMULÁRIOS” POLICIAIS:

Uma análise da construção midiática de jovens vítimas de crimes violentos nos periódicos

Correio da Paraíba e Jornal da Paraíba

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGC) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito para obtenção do grau de mestre em Comunicação e Culturas Midiáticas.

Linha de pesquisa: Mídia e Cotidiano

Orientador: Prof. Dr. Derval Gomes Golzio

JOÃO PESSOA

2015

A282e Aguiar, Tássio José Ponce de Leon.
Entre notícias e formulários policiais: uma análise da
construção midiática de jovens vítimas de crimes violentos nos
periódicos Correio da Paraíba e Jornal da Paraíba / Tássio
José Ponce de Leon Aguiar.- João Pessoa, 2015.
162f. : il.
Orientador: Derval Gomes Golzio
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA
1. Comunicação. 2. Mídia e cotidiano. 3. Construção
midiática. 4. Juventude - crime violento. 5. Valores-notícia.
6. Jornais impressos - análise de conteúdo.

UFPB/BC

CDU: 007(043)

TÁSSIO JOSÉ PONCE DE LEON AGUIAR

ENTRE NOTÍCIAS E “FORMULÁRIOS” POLICIAIS:

Uma análise da construção midiática de jovens vítimas de crimes violentos nos periódicos
Correio da Paraíba e Jornal da Paraíba

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGC) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito para obtenção do grau de mestre em Comunicação e Culturas Midiáticas.

Linha de pesquisa: Mídia e Cotidiano

Orientador: Prof. Dr. Derval Gomes Golzio

Aprovado em: 26 de agosto de 2015.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Derval Gomes Golzio – PPGC/UFPB (Orientador)

Prof. Dr. Wellington José de Oliveira Pereira – PPGC/UFPB (Examinador interno)

Prof^a. Dr^a. Luciana Maria Ribeiro de Oliveira – PPGA/UFPB (Examinadora externa)

Dedico este trabalho às quatro pessoas que, cada uma à sua maneira, sempre estiveram ao meu lado, dando-me o apoio necessário, para que eu concluísse mais esta etapa: meu pai (José Vicente), minha mãe (Eudézia), meu irmão (Diêgo) e minha tia Marluce.

AGRADECIMENTOS

Para além de uma mera formalidade acadêmica, encaro os agradecimentos como a melhor maneira de traduzir a sincera gratidão por todos aqueles com cujo apoio e incentivo contei, para que mais esta etapa fosse concluída com sucesso e satisfação.

Em primeiro lugar, o reconhecimento é dirigido a Deus, que me tem abençoado os caminhos ao longo dos anos, dando-me força e disposição, além de proteção e saúde a mim e aos que amo, para que enfrentemos as dificuldades com altivez.

Com semelhante intensidade, agradeço à minha família: aos meus pais, José Vicente e Eudézia, pelo amor, pelo cuidado e pela educação exemplar a mim dispensada; à minha tia Marluce, pela atenção, pelo carinho e, durante a elaboração desta dissertação, pela preocupação em não incomodar, sempre que me via com o computador ou com quaisquer papéis, por supor que eu estava estudando; ao meu irmão, Diêgo, e à minha cunhada, Larissa, pela torcida de sempre; e ao amigo “carango”, parceiro de muitas voltas e aventuras ao longo de todo o mestrado (risos).

Igualmente necessário dirigir meu *muito obrigado* ao professor e orientador Derval Gomes Golzio, pela paciência e dedicação durante estes dois anos e meio. Foram muitas as orientações dadas sem nenhuma recusa, vários os livros emprestados, bem como sempre pertinentes os direcionamentos e esclarecimentos, quando quer que solicitados.

Gratidão também à Andrezza Gomes Pereira, a quem recorri, desde a seleção do mestrado, para tirar dúvidas, pedir opiniões, discutir teorias, compartilhar resultados e dividir desesperos referentes a prazos, sendo sempre atendido com zelo, amabilidade e cortesia, características de quem se importa realmente.

Impossível não agradecer ainda à Amanda Carvalho, pelo apoio, pelos toques e pelos livros; às eternas monitoras – Giannina, Maria Thereza e Elyn –, pela parceria de anos, pelas dúvidas gramaticais e pelo permanente otimismo sobre meus projetos; aos amigos do *Correio*, na pessoa de Andréa Batista, pelo companheirismo e pelos sinceros votos de êxito a mim desejados, desde que fiz parte daquele círculo, em 2011; aos amigos Jocélio, Clara, Kaline e Elane, do PPGC, com quem dividi as angústias, mas também as alegrias (acadêmicas ou não), ao longo destes mais de dois anos; à Rafa, Celina e Cibelly, pela amizade, descontração e ajuda na escolha do título; aos colegas do Direito UFPB/Santa Rita, pelo encorajamento constante e pelos bons tempos de DCJ; aos professores do PPGC, na figura do professor Marcos Nicolau, pelos ensinamentos essenciais à construção do conhecimento; à professora

Luciana Maria Ribeiro de Oliveira, pelas valiosas contribuições, pela sempre boa vontade e, sobretudo, pela constante disponibilidade; à banca da qualificação, pelas primordiais observações, sem as quais este trabalho não estaria pronto; à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pelo ano de bolsa; e aos inúmeros familiares e amigos não mencionados, mas que sabem que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização de mais esta conquista.

RESUMO

Esta pesquisa analisou como são construídas as notícias sobre jovens vítimas de crimes violentos, nos cadernos de *Cidades* e *Últimas* dos jornais impressos *Correio da Paraíba* e *Jornal da Paraíba*, durante uma amostra referente ao ano de 2014. O objetivo foi identificar o sentido provocado pelas escolhas feitas por ambos os periódicos, observando aspectos como a valoração atribuída a esse tipo de matéria, a diversidade de conteúdo publicado, as fontes ouvidas, o caráter do noticiário, bem como as percepções dos *media* sobre a juventude, a criminalidade e os indivíduos juridicamente desviantes. O método empregado foi a Análise de Conteúdo (AC), por permitir que fosse possível identificar as tendências de apresentação dos acontecimentos, transformando os dados brutos, como textos e imagens, em estatísticas claras e justificadas. O aspecto quantitativo possibilitou ainda uma abordagem de cunho qualitativo, em que se avaliaram os pormenores identificados através dos indicadores numéricos. Nessa trajetória, foram essenciais as contribuições de autores da comunicação, da sociologia, da antropologia e da AC, como Cremilda Medina, Mauro Wolf, Mar de Fontcuberta, Émile Durkheim, Howard Becker, Roberto DaMatta, Pierre Bourdieu, Mario Margulis, Marcelo Urresti, Michel Foucault, Laurence Bardin e Heloiza Herscovitz, discutindo temas como valores-notícia, crime, desvio, violência, juventude, além da viabilidade metodológica. Alcançando-se os objetivos propostos, verificou-se que, em geral, ambos os veículos estudados constroem o noticiário de forma bastante semelhante: sem que haja uma noção consensual sobre o que é ser jovem nem um peso maior por se tratar de vítimas nesse momento etário, priorizam o atendimento do *lead* jornalístico (*quem fez o que, quando, onde, como e por que*), limitam-se à descrição das ocorrências a partir de fontes oficiais, não acompanham fotografias, não recebem destaque na capa e, sobretudo, não problematizam o que aqueles casos específicos representam. Assim, a construção midiática segue um padrão, como se o jornalista apenas respondesse a questões exigidas em um formulário, de modo que as vítimas poderiam intercambiar-se nas matérias, sem que fossem necessárias alterações na estrutura noticiosa. Constatou-se, porém, que os veículos têm potencial de ir além da informação burocrática, como se vê em notícias sobre assuntos diversos. Leva-se a crer que essa formularização se deve ao fato de os periódicos não verem o tema com grande valor-notícia, mas continuam a publicá-lo, para reforçar sua vigilância panóptica sobre o seio social.

Palavras-chave: Construção midiática. Crime violento. Juventude. Valores-notícia. Análise de Conteúdo.

ABSTRACT

This research analyzed how newspapers *Correio da Paraíba* and *Jornal da Paraíba* reported news about young adults who were victims of violent crimes, in *Cidades* and *Últimas* sections, throughout a sample of 2014. The objective was to identify the meaning behind the choices made by both media, verifying aspects as the importance given to this kind of article, the published content's diversity, the sources heard by the reporters, the news character, as well as the perceptions regarding youth, criminality and the individuals judged as deviants. The Content Analysis was the method chosen because it can identify the news tendencies, turning the raw data (like texts and images) into clear and justified statistics. The quantitative aspect also makes it possible to have a qualitative analytical approach, evaluating the details observed through the frequencies. In order to do it all, authors from communication, sociology, anthropology and Content Analysis were essential, such as Cremilda Medina, Mauro Wolf, Mar de Fontcuberta, Émile Durkheim, Howard Becker, Roberto DaMatta, Pierre Bourdieu, Mario Margulis, Marcelo Urresti, Michel Foucault, Laurence Bardin and Heloiza Herscovitz, debating themes as news values, crime, deviation, violence, youth and the methodological viability. Achieving the goals of this research, it was verified that, in general, both media reported news similarly: there is no consensual vision about what being young is like, nor any differential because of how young the victims are; both newspapers focus on answering the journalistic lead paragraph (*who did what, when, where, how and why*), only describing the occurrences by what they heard from official sources; there is no photographs attached, nor any highlights on the covers of the gazettes; mostly, there isn't almost any purposed reflections concerning what those reported cases mean beyond what it is stated. Therefore, the media reports follow a standard, as if the journalist only answered to mandatory questions in a form. This is why the victims could be exchanged among the reports without any need to make changes on news' structures. It's clear though that both newspapers have potential to get over this kind of bureaucracy related to the way the reports are written and go much further on their narratives, as seen in other news about different subjects. However, it's believed that this situation is due to the fact that both media don't think the victimization of young adults is newsworthy enough, but keep posting about them in order to reinforce their panoptic social surveillance.

Keywords: Media reports. Violent crimes. Youth. Content Analysis. News values.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Tela principal do programa IBM SPSS.....	83
Figura 2 – Locais dos crimes são apenas citados – Correio da Paraíba	103
Figura 3 – Matérias citam envolvimento ilícito – Correio da Paraíba.....	107
Figura 4 – Exemplo de disposição em uma coluna – Correio da Paraíba	109
Figura 5 – Quantidade recorrente de matérias por página – Correio da Paraíba.....	110
Figura 6 – Fotografia na capa – Correio da Paraíba	113
Figura 7 – Manchete: capa e matéria – Correio da Paraíba.....	114
Figura 8 – Incompatibilidade entre título, subtítulo e matéria – Correio da Paraíba	114
Figura 9 – Local do crime é apenas citado – Jornal da Paraíba.....	128
Figura 10 – Exemplos do estigma “ex-presidiário” – Jornal da Paraíba	132
Figura 11 – Exemplos de matérias por página – Jornal da Paraíba	135
Figura 12 – Capa de Cidades – Jornal da Paraíba	136
Figura 13 – Foto de capa – Jornal da Paraíba.....	139

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Tipos de crimes violentos	53
Quadro 2 – Os recortes empreendidos para a pesquisa	72
Quadro 3 – Ficha de análise	77
Quadro 4 – Visão geral – Correio da Paraíba.....	94
Quadro 5 – Visão geral – Jornal da Paraíba	117

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Homicídios registrados na Paraíba, por mês, na população total e no recorte etário 15-29 anos.....	66
Tabela 2 – Caráter das matérias – Correio da Paraíba.....	96
Tabela 3 – Enquadramento temático – Correio da Paraíba	98
Tabela 4 – Razão de ser da matéria – Correio da Paraíba	98
Tabela 5 – Gênero das vítimas – Correio da Paraíba	100
Tabela 6 – Referência à idade – Correio da Paraíba.....	101
Tabela 7 – Tipo de crime sofrido – Correio da Paraíba.....	101
Tabela 8 – Motivação do crime – Correio da Paraíba	102
Tabela 9 – Presença de testemunhas – Correio da Paraíba.....	104
Tabela 10 – Presença de fontes oficiais – Correio da Paraíba.....	104
Tabela 11 – Fontes oficiais predominantes – Correio da Paraíba	105
Tabela 12 – Referência à ocupação da vítima – Correio da Paraíba	106
Tabela 13 – Menção a envolvimento ilícito – Correio da Paraíba	107
Tabela 14 – Tamanho das matérias – Correio da Paraíba	109
Tabela 15 – Matérias por página – Correio da Paraíba	110
Tabela 16 – Presença de fotografias internas – Correio da Paraíba	111
Tabela 17 – Dia da semana – Jornal da Paraíba	118
Tabela 18 – Menção à juventude/adolescência – Jornal da Paraíba.....	119
Tabela 19 – Caráter da matéria – Jornal da Paraíba	120
Tabela 20 – Enquadramento temático – Jornal da Paraíba.....	122
Tabela 21 – Razão de ser das matérias – Jornal da Paraíba	122
Tabela 22 – Gênero das vítimas – Jornal da Paraíba.....	124
Tabela 23 – Referência à idade – Jornal da Paraíba	125
Tabela 24 – Tipo de crime sofrido – Jornal da Paraíba	126
Tabela 25 – Motivação do crime – Jornal da Paraíba.....	126
Tabela 26 – Presença de testemunhas – Jornal da Paraíba	129
Tabela 27 – Fontes familiares/afetivas – Jornal da Paraíba.....	129
Tabela 28 – Fontes oficiais – Jornal da Paraíba	130
Tabela 29 – Referência à ocupação das vítimas – Jornal da Paraíba.....	131
Tabela 30 – Menção a envolvimento ilícito – Jornal da Paraíba.....	131
Tabela 31 – Tamanho das matérias – Jornal da Paraíba.....	134

Tabela 32 – Quantidade de matérias por página – Jornal da Paraíba	134
Tabela 33 – Presença de fotografias internas – Jornal da Paraíba.....	137
Tabela 34 – Gêneros jornalísticos – Jornal da Paraíba.....	137
Tabela 35 – Apresentação dos crimes violentos – Jornal da Paraíba	139

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 ENTENDENDO A CONSTRUÇÃO MIDIÁTICA.....	17
2.1 Mídia e cotidiano: uma relação indissociável	19
2.2 Jornalismo moderno: das raízes históricas ao “contrato com a verdade”	21
2.2.1 Mídias como espelho, porém deformante	25
2.3 Como se produzem as notícias?	27
2.3.1 A angulação: direcionamento prévio.....	27
2.3.2 A apuração: o repórter, as fontes e o texto jornalístico	28
2.3.3 Edição e apresentação	30
2.3.4 No máximo, uma aproximação do real	30
2.4 Sobre a estrutura da notícia: corpo e <i>lead</i>	31
2.5 A noticiabilidade e os valores-notícia: pensando a seleção	33
2.6. Valores-notícia, jornalismo policial e crimes violentos.....	35
2.7 Jornalismo como construção.....	37
3 CRIME VIOLENTO E JUVENTUDE: REFLEXÕES NECESSÁRIAS	39
3.1 Violência e crime: uma distinção imperativa.....	39
3.1.1 O crime	40
3.1.2 A violência	47
3.1.3 O crime violento como objeto	52
3.2 O surgimento da juventude: um pouco de História	54
3.3 Juventude: mais que uma palavra?	56
3.4 Estatuto da Juventude: criando uma definição legal.....	61
3.5 O recorte “juventude” como opção metodológica	63
3.6 O jovem frente ao crime: indícios através de estatísticas	64
3.7 Mídia e crime violento: apontamentos teóricos à luz do panóptico de Bentham	66
4 MÉTODO	69
4.1 Entendendo a Análise de Conteúdo	73
4.2 Os passos da AC	75
4.3 Unidades de análise.....	76
4.3.1 Descrição detalhada das unidades de análise	84
5 RESULTADOS E ANÁLISE.....	93

5.1 Correio da Paraíba.....	93
5.1.1 Uma visão geral: caráter, enquadramento e razão de ser do noticiário.....	95
5.1.2 Um olhar sobre o conteúdo noticioso.....	99
5.1.3 Formato e destaque.....	108
5.2 Jornal da Paraíba.....	116
5.2.1 Uma visão geral: caráter, enquadramento e razão de ser do noticiário.....	118
5.2.2 Um olhar sobre o conteúdo noticioso.....	124
5.2.3 Formato e destaque.....	133
5.3 Reflexões teóricas sobre os resultados obtidos.....	140
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	144
REFERÊNCIAS.....	149
APÊNDICE A – MATÉRIAS ANALISADAS NO CORREIO DA PARAÍBA.....	155
APÊNDICE B – MATÉRIAS ANALISADAS NO JORNAL DA PARAÍBA.....	157
APÊNDICE C – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM A EDITORIA DO CORREIO DA PARAÍBA	159
APÊNDICE D – TENTATIVAS DE ENTREVISTA COM A EDITORIA DO JORNAL DA PARAÍBA, VIA E-MAIL E REDE SOCIAL.....	160
ANEXO A – DADOS OFICIAIS SOBRE HOMICÍDIOS NA PARAÍBA, EM 2014....	162

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve por objetivo entender como são construídas as notícias sobre jovens vítimas de crimes violentos em dois jornais impressos paraibanos – o *Correio da Paraíba* e o *Jornal da Paraíba* –, durante o ano de 2014, a fim de identificar o sentido provocado pelas escolhas efetuadas pelos veículos. Buscou-se verificar como se dá essa construção, considerando aspectos como a ocupação socioeconômica do indivíduo, o tipo de crime, o local de ocorrência do evento e a motivação do ato, discutindo temas como violência, juventude e crime.

A opção pelos periódicos se deveu ao fato de eles serem aqueles que apresentam as características mais semelhantes no Estado: são paraibanos, diários, têm o mesmo formato, são vendidos por assinatura ou avulsos, pertencem a empresas privadas e cobrem um leque análogo de notícias, sejam internacionais, nacionais ou regionais. Os cadernos locais, denominados *Cidades* e *Últimas* em ambos os veículos, compuseram, por sua vez, o recorte da pesquisa, que se ateve não apenas sobre o texto escrito em si, mas também sobre os aspectos imagéticos (fotografias, ilustrações, tabelas, gráficos e diagramação das páginas).

A análise da imprensa, como aqui se realizou, consiste em um campo de grande importância acadêmica, tendo em vista que a informação partilhada publicamente é um dos elementos que constituem o modo como os indivíduos veem a si mesmos e o mundo ao redor. Essa preocupação em investigar os produtos oriundos da imprensa, porém, é antiga e já mobilizava estudiosos desde o início do século passado.

Ainda em 1910, durante o Primeiro Congresso da Associação Alemã de Sociologia, Max Weber (2005) propôs um programa de pesquisa para a análise sociológica da imprensa. À época, o sociólogo já via a crescente importância dos órgãos de comunicação e, juntamente com esse desenvolvimento, as prováveis influências externas sobre o que divulga a mídia, vista por ele como uma empresa capitalista privada. Nesse sentido, seja devido aos contatos com os partidos políticos ou com o universo dos negócios, Weber supunha haver “um campo impressionante para a investigação sociológica” (WEBER, 2005, p. 15).

Desse modo, questionando até que ponto a informação jornalística se mantém alheia aos interesses de ordem político-econômica, Weber assinalou a necessidade de não “nos contentar com a contemplação do produto [jornalístico] como tal, mas sim temos que prestar atenção ao produtor e perguntar pela sorte e pela situação do estamento jornalístico” (WEBER, 2005, p. 19).

Dessa forma, seguindo a inquietação de Weber, pensar a construção midiática de um assunto tão delicado na atualidade, como os jovens vítimas de crimes violentos, mostra-se bastante pertinente. A impressão/hipótese que se teve – e talvez a motivação principal para a investigação sobre o tema – é de que, em jornais que não se dedicam à cobertura policial, como o *Correio* e o *Jornal da Paraíba*, as vítimas pobres são construídas de forma superficial, por não lhes ser atribuída noticiabilidade, enquanto, no caso daquelas com melhores condições sociais, é dada maior repercussão.

Cientes, então, da transdisciplinariedade que liga o jornalismo à sociologia, esta pesquisa problematiza, no primeiro capítulo, por um viés construcionista, a noção de objetividade disseminada pelos meios de comunicação de massa, para, então, tratar da impossibilidade de a atividade jornalística meramente reproduzir o real, de forma desinteressada. Para tal, além dos conceitos-chave relativos à imprensa – como jornalismo, mídia, discurso midiático e notícia –, discutem-se as imbricações entre mídia e cotidiano e são apresentadas as rotinas de produção, bem como uma discussão sobre os critérios de noticiabilidade dos acontecimentos, isto é, as determinações que se fazem presentes, mesmo antes da ocorrência de um fato específico. Contribuem, nesse contexto, pesquisadores como Cremilda Medina, Mauro Wolf, Mar de Fontcuberta, Bill Kovach, Tom Rosenstiel, José Machado Pais, Wellington Pereira e Derval Golzio.

Compreendida a noção de como se processa o trabalho jornalístico, abordam-se, no segundo capítulo, os temas sociológicos centrais da pesquisa e que se fazem fundamentais para se compreender o caminho a ser percorrido na análise, no trato com o objeto. A partir de autores como Émile Durkheim, Howard Becker, Norberto Bobbio, Roberto DaMatta, Pierre Bourdieu, Teófilos Rifiotis, Michel Foucault, Patrícia Bandeira de Melo, Luciana Maria Ribeiro de Oliveira, entre outros, discutem-se o crime, a violência, o crime violento, a juventude, bem como o papel da mídia frente a essas temáticas.

O terceiro capítulo, por sua vez, aborda detalhadamente as escolhas metodológicas feitas para este estudo, como a seleção dos periódicos, o recorte temporal e a delimitação dos cadernos onde se deu a investigação, bem como a Análise de Conteúdo (AC), método escolhido para o trabalho analítico. Sobre a AC, fez-se um apanhado teórico para explicar sua viabilidade, a partir de conhecimentos construídos por pesquisadores como Laurence Bardin, Heloiza Herscovitz e Martin Bauer. Sob o formato de uma ficha, são apresentadas as unidades de análise, descritas, com detalhes, deixando claro cada procedimento e viés interpretativo.

No quarto capítulo, há a análise e a discussão dos resultados, separadas por veículo (primeiramente o *Correio da Paraíba* e, em seguida, o *Jornal da Paraíba*), a partir de três

grandes categorias: uma visão geral, sobre temas como enquadramento e caráter das matérias; um olhar sobre o conteúdo do noticiário, isto é, as informações trazidas em cada notícia; e uma avaliação sobre o formato/destaque dado pelos *media*. Fecha-se esta seção com uma revisão final sobre as implicações teóricas das conclusões observadas.

Por fim, as considerações finais, para além de sintetizarem as discussões empreendidas nesta dissertação, propõem reflexões sobre a cobertura de crimes violentos no jornalismo atual, considerando as potencialidades que se podem alcançar, mediante estudo e aprimoramento da atividade jornalística.

2 ENTENDENDO A CONSTRUÇÃO MIDIÁTICA

O percurso para se chegar ao objetivo geral desta pesquisa – entender de que forma os jovens vítimas de crimes violentos são construídos midiaticamente por dois jornais impressos paraibanos – começa pela compreensão de como se dá a produção do noticiário, por um viés construcionista¹, a se discutir neste capítulo. Para tal, contestar-se-ão noções pré-concebidas e explicar-se-ão as implicações que envolvem a atividade jornalística. O primeiro passo, nesse sentido, consiste na apresentação e discussão de conceitos básicos, como notícia, mídia, imprensa e discurso midiático.

É fato que, nas sociedades ocidentais, como a brasileira, as informações circulam onde quer que se esteja, e essa familiaridade dá a entender que seria desnecessário debater essas temáticas, afinal, um amigo ou um familiar, assim como uma televisão ou um jornal, podem transmitir informes sobre temas diversos. Quando se fala em jornalismo, porém, fica-se diante de um contexto comunicacional distinto, cujas especificidades merecem ser aprofundadas.

Conforme explica a pesquisadora Mar de Fontcuberta (1993), o discurso jornalístico – entendido como aquilo que parte dos meios de comunicação – tem cinco características fundamentais: a *atualidade*, em virtude de, em geral², referir-se aos fatos que acabam de se produzir ou de se manifestar; a *novidade*, por se tratar de algo novo, que foge da normalidade cotidiana; a *veracidade*, ou, como se verá ao longo deste capítulo, uma aproximação com a verdade; o *interesse público*, por se pretender interessante e servir aos indivíduos de alguma forma; e a *periodicidade*, com a oferta de informações renovada em um intervalo fixo de tempo, ainda que a ascensão da Internet a tenha tornado, cada vez mais, instantânea e com amplas perspectivas³.

Tendo em vista que o diálogo interpessoal também pode se servir dos quatro primeiros elementos descritos (atualidade, novidade, veracidade e interesse público), parece ser a periodicidade a característica diferencial do jornalismo, afora o evidente caráter profissional da atividade, inexistente nas relações de amizade ou de parentesco. Pensando-se na língua

¹ Como se verá no decorrer desta primeira parte, a perspectiva construcionista do jornalismo, surgida na década de 1970, defende que a notícia se trata de uma construção humana sujeita à opacidade da linguagem, ao crivo individual e às dinâmicas de produção jornalística, sendo impossível, portanto, que consista em um mero reflexo da realidade (TRAQUINA, 2005).

² Faz-se essa ressalva, porque, como se discutirá na seção 1.1, nem todas as notícias dizem respeito a acontecimentos imediatos, da ordem do dia.

³ Sobre o assunto, António Fidalgo (2004) afirma que o jornalismo online permite ao usuário conciliar seus interesses de obtenção de informações como lhe for mais conveniente, haja vista que as notícias ficam disponíveis na rede e acessíveis a qualquer momento (inclusive as já veiculadas anteriormente), o que não se pode alcançar, por exemplo, no rádio, na televisão e no jornal impresso.

espanhola, fica mais fácil compreender a origem das palavras *periodista* e *periodismo*, as quais se referem ao jornalista e à atividade em questão, respectivamente.

Assim, superando a distância existente entre determinados acontecimentos e os leitores, através do processo de recorte de mundo (afinal, pela rotina produtiva, são selecionadas determinadas ocorrências, em detrimento de outras), o jornalismo e os meios de comunicação são poderosos impulsores da circulação de conhecimentos (FONTCUBERTA, 1993), que são veiculados sob o formato de notícias. Estas podem atingir apenas um pequeno grupo de pessoas, no caso de jornais de bairro, por exemplo, ou indivíduos de diversos países, no caso das grandes redes ou agências de comunicação.

Mas, a que corresponde falar em notícia jornalística?

João Carlos Correia (2011) observa que o termo pode ter duas interpretações: em sentido estrito, técnico, diz respeito a um dos formatos pertencentes ao gênero jornalístico informativo (MARQUES DE MELO, 2010), consistindo em um texto que responde às perguntas básicas (*who, what, where, when, why, how* – respectivamente, *quem, o que, onde, quando, por que e como*), que dão origem à pirâmide invertida, sobre a qual se discorrerá na seção 1.4; já em sentido amplo, notícia corresponde a tudo aquilo que o jornal – ou qualquer outro veículo jornalístico – publica/divulga/relata, sendo sinônimo de *matéria*, outro substantivo que carrega consigo significação abrangente.

É este último aspecto que interessa a esta pesquisa. Trabalhar apenas com um único formato limitaria a investigação proposta, uma vez que o reportar de informações também pode se apresentar, entre outros modos, como notas, reportagens, entrevistas ou, no campo da opinião, artigos. Essa variedade ajuda, no entanto, se for pensado o destaque diferenciado que cada um dos formatos citados possui, pois a predominância de um determinado tipo pode indicar a valoração atribuída a certos assuntos. Por esse motivo, em vez de serem ponto central de análise, essas diferentes classificações aparecem apenas como mais uma ferramenta, para se entender como se dá a construção midiática de jovens vítimas de crimes violentos, no *corpus* selecionado. Quando necessário, as intenções semânticas estarão assinaladas.

Outra questão a ser esclarecida se refere ao uso da palavra mídia, sobre a qual recaem vários significados. Conforme observa a pesquisadora Liziane Guazina (2007), o termo – que vem de *media*, que, por sua vez, constitui o plural de *medium* (meio) – vem sendo aplicado, no campo da comunicação, no sentido de imprensa, grande imprensa, jornalismo, meio de comunicação ou veículo, muito em virtude das pesquisas iniciais norte-americanas sobre os *mass media* (meios de comunicação de massa), no início do século XX. Entretanto, com o

advento das tecnologias, a expressão passou também a abarcar criações como o cinema, a televisão, a informática, a Internet, bem como a publicidade e o marketing (GUAZINA, 2007), sendo entendida mais como o suporte em que se dá a mediação da informação.

Ainda que reconhecendo essa pluralidade, o vocábulo foi aplicado nesta dissertação como correspondente à imprensa – conceito aqui relativo às empresas, instituições ou organismos dedicados à produção de conteúdo jornalístico – e, conjuntamente, ao veículo em que o trabalho jornalístico foi veiculado (neste caso, o *Correio* ou o *Jornal da Paraíba*), por não se considerar que isso gere qualquer conflito com os objetivos propostos.

Por fim, e conseqüentemente, é interessante observar, para este estudo, a noção de discurso midiático como aquela produção resultante do trabalho do jornalista. Da mesma forma que os textos escritos podem ser compreendidos como tal, entram, nesse diapasão, fotografias, recursos da diagramação (montagem das páginas do jornal), isto é, todos os elementos do jornalismo, cuja finalidade é a transmissão de mensagens.

2.1 Mídia e cotidiano: uma relação indissociável

Se fosse perguntado aleatoriamente a pessoas comuns, nas ruas, o significado de cotidiano, haveria quem parasse para pensar e encontrasse dificuldade em achar um argumento concreto. Talvez alguns resumissem que se trata do agora, do hoje, ou quem afirmasse que, apesar de parecer um questionamento simples e óbvio, não saberia responder. Dúvidas à parte, o fato é que, da mesma forma que um automóvel necessita de combustível para se movimentar, o jornalismo tira do cotidiano a energia necessária à sua existência.

Conforme observa José Machado Pais (2003), quando se pensa numa definição, costuma-se dizer que o cotidiano está na ordem do banal, do monótono, do previsível, como aquilo que “no dia a dia se passa, quando nada parece passar” (p. 28). Os adjetivos acabam ligando o conceito de cotidiano à ideia de rotina, termo com que, muitas vezes, é confundido e tratado como sinônimo.

Isso se explica pelo fato de a rotina, assim como o cotidiano, transmitir os sentidos de regularidade, normatividade e repetição, como os horários determinados para atividades diversas – como sair de casa, chegar ao trabalho, etc. –, seguidos diariamente. Por esse motivo, observa Machado Pais (2003), “o conceito de rotinização reporta-se à prevalência de determinadas formas de conduta sustentadas por uma ‘segurança ontológica’, isto é, por uma confiança ou certeza de que a realidade é o que ela aparenta ser” (p. 29). É como se a estabilidade rotineira provocasse um sentimento de segurança para o desenrolar da vida.

Entretanto, o autor alerta que o cotidiano não se refere apenas ao repetitivo, ao banal e ao insignificante, posto que, todos os dias, “experimentam-se tensões, conflitos, posições ideológicas, mudanças, crises, que a sociologia geral e as diversas sociologias parciais tomam ordinariamente como seus objetos” (p. 75). Isso significa dizer, portanto, que, além da rotina, o cotidiano é constituído por rupturas. “[O cotidiano] é também um lugar de inovação. A vida quotidiana não é apenas feita de rebotalho. A própria recusa do quotidiano (a festa, as viagens, as férias...) é a sua reorganização e transformação” (PAIS, 2003, p. 78). De outra perspectiva, a criminalidade (a ser discutida mais adiante), vista como ruptura, também constitui uma ameaça à ideia de estabilidade corriqueira.

Tendo essa noção sobre o que vem a ser o cotidiano, fica mais clara a premissa inicialmente descrita na abertura deste capítulo, quando se afirmou que uma das cinco características fundamentais do jornalismo consiste na atualidade: para se transformarem em relato jornalístico, os acontecimentos ou descobertas necessitam ser recentes. Ora, se o jornalismo se configura na ordem do dia, não há dúvidas de que essa atividade tanto se insere no cotidiano, quanto bebe de suas águas.

Essa relação parece ocorrer em via de mão dupla. Os jornalistas, na rotina produtiva diária, forjam o cotidiano, no sentido de que selecionam os fatos para a construção do noticiário dentro desse universo permanente de rotinas e rupturas, seguindo dinâmicas próprias, a serem discutidas neste capítulo.

Interessante notar que esse poder de forja se dá, até mesmo, na definição do que é atualidade, alimentando, assim, o tempo factual. A imprensa tem, de certa forma, o poder de gerar fatos atuais, ainda que eles já tenham acontecido. Todos os anos, por exemplo, veem-se reportagens sobre personalidades já falecidas, mas que têm resgatada sua contemporaneidade através de mecanismos distintos, como a prestação de homenagens ou o simples lembrar de conquistas nos aniversários de morte. Por sua vez, uma descoberta científica, ainda que já não seja mais novidade para pesquisadores e médicos, torna-se recente no momento em que é passada ao público, que não a conhecia. O mesmo acontece com os crimes. A revelação de um homicídio ocorrido há semanas ou a retomada de uma morte antiga são exemplos claros de um trabalho de apropriação, ressignificação e – por que não? – espetacularização da atualidade.

Isso não significa, todavia, que o cotidiano é refém do jornalismo. Determinados acontecimentos se desenrolam com preponderância tal, que se fazem integrar ao discurso midiático. Com mero fim elucidativo, pode-se pensar, por exemplo, nos protestos de junho de 2013, no Brasil. Se, em um primeiro momento, as grandes empresas se limitaram a tratar as

manifestações paulistanas contrárias ao aumento de passagens de transporte público conforme lhes convinha, referindo-se a eventos isolados, percebe-se que o cotidiano assumiu um papel preponderante e incisivo, à medida que cada vez mais pessoas de São Paulo e de todo o país saíram às ruas, o que resultou em uma interferência na apresentação midiática dos acontecimentos, como ilustra o relato a seguir, publicado no site *Pragmatismo Político*.

Quando vi as revistas semanais (inclusive a tonitruante Veja) baixarem o tom acintosamente, passando a desdizer tudo que dias antes afirmavam categoricamente, suspirei, mas não me deixei abater. O que fizeram os barões da mídia com todos os editoriais que pediam mais rigor (portanto, mais violência) contra os rebeldes sem causa que ocuparam as avenidas e os noticiários? Quanta cara de pau! (ARAÚJO, 2013)

Diante disso, tendo em mente que o cotidiano é um espaço de riqueza semântica que não está à mercê das escolhas do jornalista, esta pesquisa também avalia, inescapavelmente, de que forma ele é forjado – ou se faz forjar – na construção de notícias relativas a jovens vítimas de crimes violentos. Pergunta-se: como essa(s) realidade(s) é(são) retratada(s)? Quais os sentidos assumidos? O crime pauta, ou é pautado?

Discorrendo sobre a inscrição do cotidiano no jornalismo impresso, o pesquisador Wellington Pereira (2009) enfatiza a importância de estudos que discutam essa relação, já que podem servir “como ferramentas metodológicas para a leitura do imaginário social construído por cada comunidade” (PEREIRA, 2009, p. 2). É evidente que, nesta dissertação, não se propôs desvendar os reflexos que a produção jornalística provoca no arcabouço mental/imagético dos indivíduos, porém se espera que, debatendo o assunto, possam-se fundamentar pesquisas posteriores com esse intento.

Assim, Pereira (2009) explica que o desafio do pesquisador é “entender como relações assimétricas, multiformes e polissêmicas podem ser representadas em telejornais, jornais impressos e revistas, através de códigos verbais que buscam estratégias para comercializar realidades retóricas” (p. 4). Realidades *retóricas*, porque o real, no jornalismo, vai depender de referenciais, que passam por estratégias discursivas internas e pelo crivo dos profissionais, afinal, “na mídia, aquilo que parece representar a realidade dos fatos, através de imagens, palavras e traços gráficos, é apenas a conversão simbólica de um modelo social” (p. 5). A atividade jornalística é, portanto, uma construção, ainda que se prometa isenta de qualquer influência, conforme se argumentará a partir da próxima seção.

2.2 Jornalismo moderno: das raízes históricas ao “contrato com a verdade”

Após se esclarecerem conceitos e associações básicas, pode-se dar um passo à frente para a compreensão da dinâmica midiática, a começar pelo histórico que contribuiu para a configuração jornalística atual, em que se valoriza um possível ideal de objetividade, o qual, neste trabalho, é questionado. A discussão ajuda a se responder a seguinte questão: seriam as notícias policiais relatos isentos de uma situação criminal?

Considera-se que o jornalismo moderno tornou-se possível a partir da invenção da máquina de imprensa, através das mãos de Johanness Gutenberg, ainda em meados do século XV. A revolucionária tipografia permitiu, de forma inédita, a produção em massa de livros – o primeiro deles a Bíblia – e, posteriormente, de outros tipos de publicações, como o jornal. A implantação da técnica marca um afastamento das sociedades ocidentais de uma dimensão auditiva do saber (afinal, até então, o veículo de transmissão de conhecimentos era majoritariamente a oralidade) para uma dimensão também visual, através da leitura (VIANNA, 1992).

Entretanto, ainda que de maneiras rústicas, o instinto pelo conhecimento sempre esteve presente no homem. Seguindo esse raciocínio, o autor Giovanni Giovannini (1987) arrisca dizer que “talvez a história dos meios de comunicação possa começar, ainda que impropriamente, com as antigas mensagens visíveis que chegaram até nós: as representações pictóricas do Paleolítico” (GIOVANNINI, 1987, p. 25). *Impropriamente*, ressalta Giovannini, porque a função das pinturas não era, de forma absoluta, a comunicação, mas a expressão. Mesmo assim, explica que “esses testemunhos esclarecem-nos a respeito das habilidades do homem pré-histórico e constituem a base documentada sobre a qual se constrói a história, ainda que hipotética, do meio de comunicação primário: a linguagem” (p. 25).

Assemelhando-se a esse entendimento, os pesquisadores norte-americanos Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2004) pontuam a existência do que julgam ser um pré-jornalismo ainda na Grécia Antiga, berço da democracia. Os autores observam que os gregos contavam com um “jornalismo oral no mercado de Atenas” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p. 20), através de situações em que eram revelados publicamente os assuntos julgados de interesse comum. Já os romanos, por volta do século I a.C., “criaram um relato diário do Senado romano e da vida política e social, chamado *acta diurna*, que era transcrito para papiro e afixado em locais públicos” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p. 20), o qual é considerado a raiz mais antiga do jornal moderno.

Fala-se em jornal “moderno”, porque, somente na Idade Moderna, nos primórdios do século XVII, aparecem os primeiros periódicos propriamente ditos, carregando aparência com as publicações hodiernas. Eram fruto de “conversas mantidas, sobretudo, em locais

públicos, como os botequins em Inglaterra, e, mais tarde, os *pubs*, ou ‘casas públicas’, na América” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p. 20). Nesses estabelecimentos, circulava uma grande quantidade de viajantes, que, por vezes, escreviam o que haviam visto ou ouvido em livros de registro, localizados nas extremidades dos balcões. “Os primeiros jornais evoluíram a partir destes botequins, por volta de 1609, quando tipógrafos empreendedores começaram a recolher nos botequins as informações sobre transportes marítimos, mexericos e debates políticos e a imprimi-los em papel” (p. 20).

Com o desenvolvimento tecnológico e a complexidade informativa que passa a circular majoritariamente no período pós-Revolução Francesa, a atividade começa a dividir espaço com reflexões teóricas preocupadas com a qualidade do produto jornalístico. A pesquisadora Cremilda Medina (1988) afirma que, passado um primeiro momento em que o esforço voltava-se à disseminação de informações com foco liberal, isto é, num mercado livre de ideias, os críticos se voltam a uma teoria da responsabilidade social: agora, a inquietação (proclamada em forma de códigos de ética) passa a ser a proteção do indivíduo, o bem estar, a veracidade, a imparcialidade, entre outros aspectos.

O papel das crescentes universidades torna-se central na sistematização do jornalismo. Dessa participação, começam a surgir, de forma visível, os mitos de verdade e imparcialidade do jornalismo, adiantados ao final do tópico anterior.

Como o objetivo imediato era a preparação da nova camada de técnicos, os autores [das universidades] exploram muito a sistematização de um método de trabalho – captação das informações, técnica do repórter, elaboração das notícias e técnica de redação. [...] Nesse campo de reflexões, o que se torna mais interessante observar, com referência ao conceito de mensagem jornalística, são as qualidades da notícia. Os autores estabelecem certos critérios coincidentes, como o de atualidade, interesse por parte do público, veracidade e facilidade de assimilação ou clareza [...]. E os critérios vão assumindo um status de verdades tácitas, sem aprofundamento crítico. Entre eles, o de interesse e o de veracidade/objetividade são os casos mais significativos. (MEDINA, 1988, p. 20)

De fato, esses ideais de veracidade e objetividade, a que Medina se refere como “baluartes de um neoliberalismo contemporâneo” (p. 20), permanecem até hoje no fazer jornalístico, levando muitos indivíduos a crerem que têm diante de si os acontecimentos cotidianos, tais como eles ocorreram. No caso dos jornais impressos, objeto desta análise, é como se os periódicos se portassem meramente como uma ponte, que liga seu público-leitor aos eventos do dia-a-dia. À disposição, estaria uma variedade de notícias, cuja característica prometida seria a objetividade, sem interferências de natureza alguma.

De maneira geral, esse posicionamento pode ser percebido de inúmeras formas, desde as entrelinhas, através do texto noticioso preocupado em omitir adjetivações ou tomadas de opinião, ou, de forma mais evidente, através dos lemas publicitários. No Brasil, por exemplo, a *Folha de São Paulo* – um dos mais lidos periódicos impressos de circulação nacional – coloca-se como “Um jornal a serviço do Brasil”. Na Paraíba, o *Correio da Paraíba* – um dos objetos empíricos analisados – pautava-se, em suas campanhas de divulgação, pelo menos até 2013, pela lógica “A verdade em suas mãos”, a exemplo do que ocorria com o diário paraibano já extinto *O Norte*, que circulou, por muitos anos, com o lema “Você lê, você acredita”. Isso não se limita, porém, à mídia escrita. Na televisão, por sua vez, veem-se discursos que, por mais que não sejam tão diretos quanto na publicidade impressa, querem conduzir o espectador à crença na idoneidade das informações prestadas, utilizando-se, para isso, de outros elementos, como a postura/aparência/entonação dos repórteres/apresentadores e a disposição dos cenários de onde as notícias são relatadas. Até o primeiro trimestre de 2015, o telejornal paraibano JPB 1ª Edição (veiculado pela TV Cabo Branco, afiliada à Rede Globo) costumava encerrar a apresentação dos assuntos de cada edição – chamada escalada – com a frase “Jornalismo responsável, sempre perto de você”.

Vê-se, então, que essa busca pela verdade constitui parte essencial dos *contratos de leitura* midiáticos, termo trabalhado por autores como Antônio Fausto Neto (2007) e Alfredo Vizeu (2002). O conceito é bastante compreensível, quando se imagina o produto jornalístico como o meio através do qual o público-leitor tem acesso a um recorte de mundo que, muitas vezes, não lhe é possível por conta própria. Nesse viés, implica existir automaticamente uma relação de expectativas entre ambos os sujeitos: o veículo busca o vínculo com seu leitor, e este supõe a credibilidade das informações que recebe.

Nesse sentido, nas palavras de Fausto Neto (2007), o contrato seriam as operações construídas que buscam estabelecer o modo de dizer do jornal e a construção de um espaço de interação com o público. Não se trata, portanto, de algo que precise ser explicitado, mas sim de estratégias diversas que objetivam fortalecer o vínculo com os leitores, como o reforço da factualidade/isenção das informações publicadas, tal como o *Correio* o faz em seu *slogan* publicitário. Resume Vizeu (2002), por fim, que a construção jornalística “pressupõe a veracidade dos fatos a que se refere e a autenticidade do seu relato. O pressuposto dessa veracidade institui um autêntico *contrato* entre o jornalista, por um lado, e a audiência, por outro” (VIZEU, 2002, p. 9, grifo do autor)

O uso das fotografias aparece como mais uma ferramenta, para tentar balizar a verdade dos acontecimentos, afinal, supõe-se que, se existe um registro por imagens, a ocorrência

realmente existiu. Utilizá-las como verdadeiros certificados ou garantias, porém, não é nada recente, conforme aponta Derval Golzio (2013). Segundo o pesquisador, antes do surgimento da câmera fotográfica, os desenhos ou pinturas faziam o papel de tradutores imagéticos do cotidiano. Procurava-se retratar o maior número de detalhes nessas ilustrações, para que a tentativa de aproximação do real fosse aceita, o que era difícil alcançar, tendo em vista que se dependia da habilidade e da interpretação do desenhista. Com o aparecimento da câmera e a obtenção da primeira foto, em 1826, a promessa de objetividade, de factualidade e de isenção foi sendo espalhada, como instrumento de propaganda política-ideológica. Daí resultou a máxima de que uma imagem vale mais do que mil palavras.

Hoje, vê-se que a presença de fotografias é natural no jornalismo impresso. As matérias julgadas como mais importantes têm uma grande demanda por imagens, tanto para dar uma ideia concreta ao leitor do ocorrido e gerar novas leituras sobre o que aconteceu, quanto para atestá-lo, a depender de como se apresenta. Como se aprofundará adiante, entretanto, o ideal prometido de objetividade, tanto textual quanto imagético, é impossível de ser alcançado.

2.2.1 Mídias como espelho, porém deformante

Um dos mais populares críticos à perspectiva de mídia como espelho⁴ da realidade é o linguista francês Patrick Charaudeau (2006). Embora o autor trabalhe com análises do discurso (metodologia distinta da que foi utilizada nesta pesquisa), sua contribuição ao refletir sobre/questionar a imprensa é indubitavelmente válida. Já na introdução de seu célebre *Discurso das Mídias*, faz-se uma constatação que vai guiar todo o trabalho: “*As mídias não transmitem o que ocorre na realidade social, elas impõem o que constroem do espaço público*” (CHARAUDEAU, 2006, p. 19, grifo do autor).

Entendendo a notícia como uma construção humana, Charaudeau explica que a informação é uma questão de linguagem, e a linguagem, por sua vez, não é transparente, mas opaca, por sempre emitir um sentido particular de mundo. Prossegue o linguista afirmando que, mesmo a imagem (fotográfica ou animada), a quem o senso comum atribui maior transparência com os fatos, também apresenta sua opacidade, o que é perceptível quando produz efeitos perversos, falsos ou destoantes do que ocorreu.

⁴ Essa noção nasce com a Teoria do Espelho, corrente dominante quando da fundação do campo de estudos do jornalismo, no século XX. Segundo João Carlos Correia (2011), parte-se do pressuposto de que as notícias são determinadas pela realidade que elas se limitam a refletir. “De acordo com esta perspectiva, os jornalistas não passam de simples mediadores entre a realidade representada e a notícia” (CORREIA, 2011, p. 110).

Se são um espelho, as mídias não são mais do que um espelho deformante, ou, mais ainda, são vários espelhos deformantes ao mesmo tempo, daqueles que se encontram nos parques de diversões e que, mesmo deformando, mostram, cada um à sua maneira, um fragmento amplificado, simplificado, estereotipado do mundo. (CHARAUDEAU, 2006, p. 20)

De igual forma, Alfredo Vizeu (2002) afirma que é difícil pensar o jornalismo como mera reprodução do real. Analisando a construção do texto midiático, o pesquisador conclui que são tão variadas as referências e possibilidades existentes que atravessam o campo jornalístico, que “[...] reduzi-lo a uma simples técnica, ao simples acionamento de regras ‘mecânicas’, seria perder sua própria dimensão, seu próprio objeto” (VIZEU, 2002, p. 11).

Conforme adiantado, igualmente ao que se passa com o texto escrito, as imagens fotográficas também não podem nem devem ser interpretadas como meros registros de um fato ocorrido. É curioso pensar que, mesmo antes do surgimento da fotografia, quando as pinturas eram utilizadas para ilustrar determinados relatos jornalísticos, já era conhecida a possibilidade de alteração dos objetos retratados, tanto que passavam a ser mal vistos aqueles que fossem descobertos assim procedendo.

No caso das fotos, uma série de fatores leva igualmente a se concluir sobre a inexistência de objetividade. Se o registro de determinada cena é fruto de uma interpretação do fotógrafo, das circunstâncias que o levaram ao local ou das determinações da rotina produtiva (discutidas mais à frente), não há que se falar em isenção. Não fosse assim, todas as imagens fotográficas sobre um mesmo ocorrido seriam iguais. A questão se aprofunda ainda mais, levando-se em conta os avanços tecnológicos. Problematisa Golzio (2013):

A imprensa de massa sempre buscou os caminhos da imparcialidade/objetividade. A fotografia, incorporada pela imprensa desde o século XIX e com os critérios de realismo quase inquestionáveis do senso comum, respalda ainda mais a ‘universalidade e objetividade’. Porém, com os avanços tecnológicos, a maquinaria e programas informáticos disponíveis no mercado, com possibilidade de pôr a disposição dos programadores visuais das páginas dos jornais os truques mais engenhosos para mudar imagens, as possibilidades cresceram de maneira perigosa. (GOLZIO, 2013, p. 78-79).

A referência à periculosidade dos truques se explica pela existência de programas de computador, como o *Photoshop*. Através deles, as imagens podem sofrer alterações completas: podem-se incluir ou excluir personagens, alterar cores, dar ideia de movimento ou estática, ampliar ou reduzir elementos, serem inseridos dados ou cenários de outra captura fotográfica, sem citar que, mesmo sem edições, uma fotografia pode ser ambígua, se não for acompanhada de uma legenda. Assim, as possibilidades de manipulação são tremendas.

Ratifica-se, nesse sentido, a primeira crítica fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa: ainda que o senso comum e os próprios *media* queiram indicar que aquilo que é publicado nos jornais se trata da mera transposição dos fatos para as páginas, trata-se, por outro lado, de uma construção. Conforme observa Wellington Pereira (2009), essa pretensão de objetividade não se sustenta nem mesmo no nível de compreensão dos indivíduos: “Os cidadãos percebem – com auxílio do senso comum – que as manifestações estéticas vivenciadas no cotidiano ultrapassam os limites argumentativos impostos pelas narrativas midiáticas” (PEREIRA, 2009, p. 05).

Compreendida a premissa inicial sobre a impossibilidade de o jornalismo corresponder a um reflexo do real, abordam-se, a seguir, os processos de produção da notícia. Isso vai permitir que, para além das já mencionadas implicações relativas à linguagem e às escolhas individuais dos profissionais, entendam-se as determinações estruturais oriundas da produção jornalística e dos critérios valorativos de noticiabilidade.

2.3 Como se produzem as notícias?

Ao ler uma notícia em um jornal, o leitor pode não saber que um conjunto de processos determinou o modo como ela foi publicada na edição de determinado veículo. Compreender essas etapas é, portanto, mais um passo fundamental, para desmistificar a ideia anteriormente explicitada de jornalismo como mero reflexo da realidade.

Para esta abordagem, foi trazida a contribuição de dois autores tradicionais – Cremilda Medina (1988) e Mauro Wolf (1995) –, a partir dos quais se propõe uma classificação terceira, fruto do diálogo entre as visões de cada um e da atualização desses pensamentos para a dinâmica jornalística atual. Embora ambos os pesquisadores nomeiem distintamente essas fases da construção midiática dos acontecimentos – com Medina referindo-se a cinco passos e Wolf a apenas três –, chegou-se aqui a uma classificação triádica: a angulação, a apuração e a edição/apresentação da notícia.

2.3.1 A angulação: direcionamento prévio

A primeira dessas fases seria anterior até mesmo à ocorrência de algum fato: trata-se da *angulação*. Medina (1988) vai explicar que, como cada veículo de comunicação identifica-se com determinados públicos, sejam eles mais específicos (grupos políticos, sociais ou econômicos) ou mais abrangentes (um público de massa, numa perspectiva de atendimento a

expectativas diversas), o processo de construção da notícia já vai condicionado a atender a essa demanda. Assim, quando um repórter recebe uma pauta – isto é, o assunto que terá de apurar e desenvolver jornalisticamente –, ali já está contido um direcionamento.

Pode-se pensar a angulação, por exemplo, na forma como alguns veículos de comunicação abordam determinadas temáticas. A criminalidade, semelhante ao caso desta pesquisa, recebe atenções distintas, a depender do meio. Nas televisões, fica bastante clara a preferência de algumas emissoras pela repercussão de crimes violentos, dedicando programas especificamente ao que se convencionou chamar de jornalismo policial. Na mídia impressa, nota-se igual tendência: os tabloides avulsos, com cunho sensacionalista⁵, debruçam-se sobre o tema, que ocupa a maior parte do espaço disponível no periódico. Já em jornais que se enquadram em um perfil tradicionaisco, no sentido de que têm um leque maior de temas a noticiar (política, economia, saúde, educação, etc.), como o *Correio da Paraíba* e o *Jornal da Paraíba*, os informes policiais não têm tamanha relevância, a ponto de serem um pilar de sustentação dos periódicos. Certamente os leitores que se dirigem a essas publicações não esperam ler majoritariamente sobre crimes urbanos.

Assim sendo, o conhecimento de um assassinato, por exemplo, mobiliza esforços diversos – inclusive nenhum – e formas de construir midiaticamente o ocorrido, a depender do tipo de empresa jornalística. Como se verá mais à frente, na seção 1.5, a angulação tem efeito direto na definição dos chamados *valores-notícia*.

2.3.2 A apuração: o repórter, as fontes e o texto jornalístico

Uma segunda etapa do processo de construção da notícia é a *apuração*. Trata-se basicamente de captar os dados relativos àquele acontecimento, para, então, construir a mensagem jornalística. Conforme observa Wolf (1995), isso pode ocorrer através do trabalho do repórter do veículo ou das agências de notícias⁶.

⁵ Ao citar esse adjetivo, segue-se aqui a abordagem de Danilo Angrimani (1995), para quem as publicações sensacionalistas são aquelas que, do ponto de vista temático, alicerçam-se, sobretudo, na violência, no sexo, nos escândalos e nas aberrações. Em geral, as matérias não necessitam de conhecimentos prévios por parte do leitor, têm uma linguagem facilmente acessível e são construídas para o consumo imediato do público.

⁶ Agências de notícias são empresas que contam com o suporte de jornalistas em diversas partes do mundo, tendo como função apurar os acontecimentos *in loco*, transformá-los em notícias e vendê-las para veículos de comunicação que, por motivos diversos, não enviaram profissionais. Gigantes como a *Reuters* e a *Associated Press* são bons exemplos. Embora sejam mecanismos importantes de acesso à informação, Max Weber (2005) já demonstrava, em 1910, preocupação com o crescimento e disseminação dessas organizações no mundo, haja vista que transmitem informes, sem que se conheçam seus interesses, quem representam ou a credibilidade das fontes ouvidas.

Embora estas últimas tenham ganho, cada vez mais, espaço na cobertura de temáticas nacionais e internacionais, continua a ser o jornalista o principal instrumento de coleta de informações no âmbito local, como no caso da criminalidade urbana. Funcionando como um agente e um intermediário (MEDINA, 1988), sua missão é interpretar o acontecimento e relatá-lo *a posteriori*, em forma de relato jornalístico.

Vê-se, em primeiro lugar, que é a percepção individual do repórter quem julgará o que é importante, necessário, completo ou incompleto em determinado fato. Por si só, já se quebra aqui o ideal de objetividade prometido pelos *media*. Em segundo lugar, é preciso ressaltar que o processo de captação não é meramente descritivo: noticiar pressupõe o contato permanente com fontes, isto é, “qualquer coisa ou pessoa que possa fornecer ao repórter os dados necessários à elaboração de sua matéria” (MEDINA, 1988, p. 87-88).

Essa relação com as fontes é complexa. Wolf (1995) destaca, sobretudo, que a rotina produtiva de uma redação exige um fluxo constante de notícias, a depender do tempo que se tem e dos meios possíveis àquele momento. Assim, buscam-se aqueles que possam satisfazer a demanda da forma mais eficiente possível. Ele enumera, nesse sentido, cinco fatores preponderantes na escolha de uma fonte: a oportunidade antecipadamente revelada; a produtividade; a credibilidade; a garantia; e a respeitabilidade.

De maneira geral, podem-se explicar esses critérios de maneira simples: uma fonte que já tenha colaborado em outra situação tende a ser acionada mais uma vez, em detrimento de outras, a depender também da qualidade da contribuição prévia; entretanto, contam, ainda mais, sua credibilidade, a garantia e a respeitabilidade.

Do ponto de vista dos jornalistas, as fontes devem ser tão credíveis que a informação fornecida exija o mínimo possível de controle. Caso contrário, a notícia teria de ser verificada a partir de, pelo menos, duas fontes diferentes, mas, se a informação puder ser explicitamente atribuída a uma única fonte, o problema da credibilidade passa do jornalista para a fonte explicitamente citada na notícia. (WOLF, 1995, p. 202)

Por esse motivo, as fontes chamadas por Wolf de institucionais (nesta dissertação, denominadas *oficiais*) – que representam instituições, como os governos – acabam, muitas vezes, por se tornar preferenciais. No universo criminal, que interessa a esta dissertação, destacam-se os secretários de governo, a polícia e os delegados, como poderá ser observado nesta análise, no quarto capítulo. A vantagem dessa escolha é a garantia de que, por mais que não se possa verificar a veracidade das informações em um primeiro momento, a credibilidade das fontes implica pensar que elas não mentiriam, além de terem uma força maior naquilo que dizem, por representarem um órgão oficial. Ao mesmo tempo, porém,

quando se apoia exclusivamente nessas visões, deixa-se de se ter lugar para o contraponto. É como se apenas um lado da história fosse ouvido. Isso não garante que se tem em mãos, de fato, o que se desenrolou.

Percebe-se, portanto, que o processo de captação de dados está ligado a uma dinâmica de negociação, “onde muitos factores ligados entre si encontram um ponto de acordo, de equilíbrio, que pode variar em conformidade com alguns outros factores” (WOLF, 1995, p. 203). A construção do texto jornalístico, etapa que coroa a apuração, é, por conseguinte, influenciada não apenas pelo crivo individual do jornalista, mas também pelas condições de sua produção, sejam elas anteriores ou concorrentes ao momento da apuração, podendo gerar-se sentidos completamente opostos, passassem por repórteres ou entrevistados diferentes.

2.3.3 Edição e apresentação

Um terceiro momento do processo de construção midiática dos acontecimentos diz respeito à *edição/apresentação*. A figura do editor, apesar de se fazer presente também durante a construção da notícia, dando encaminhamentos ou orientações ao repórter, ou selecionando os assuntos de interesse daquela edição, exerce seu papel, com maior força, no momento em que vai decidir como a mensagem final será transmitida naquele veículo.

No caso do jornal impresso, entram modificações textuais, inclusões ou exclusões de informações e, pouco mais adiante, as exigências estruturais, relativas à diagramação: quais matérias serão excluídas (seja por irrelevância, seja por necessidade de se incluir algo de última hora – tudo a critério valorativo do editor), quais ocuparão quais páginas, tamanho a ser ocupado, títulos, subtítulos, fotografias, destaques, entre outros.

A grande tarefa, lembrada por Wolf (1995), é organizar todas aquelas informações, de modo a fazerem sentido. As inconsistências normalmente encontradas durante a apuração devem dar lugar a um todo coerente, compreensível ao público, seja em termos de linguagem, mas também de apresentação dos dados selecionados. Vê-se, assim, que, além de toda a jornada até sua publicação, as matérias sofrem, por fim, com a interferência editorial, cujo pensamento é tornar o veículo atrativo para quem lê. Logo, não há como, por meio de um texto, um acontecimento ser transposto para uma página de jornal.

2.3.4 No máximo, uma aproximação do real

A identificação das rotinas de produção não deixa dúvidas quanto à complexidade de todo esse processo. Uma segunda crítica fundamental (que se segue à primeira, feita ao final da seção 1.2.1), então, faz-se evidente: se foi descartada, em um primeiro momento, a ideia de verdade absoluta, agora se acrescenta que o acontecimento, quando se torna alvo da apreensão midiática, sofre influências a todo o tempo: antes de sua transformação em relato jornalístico (como visto na fase da angulação), durante a sua produção (na etapa da apuração) e após o nascimento da notícia (quando da edição/apresentação).

Desse modo, nas palavras de Cremilda Medina (1988),

[...] a linguagem jornalística procura um prolongamento da linguagem do momento real, mas naturalmente não é mais o momento, é um momento posterior. [...] Examinando o jornal, realmente o fato referenciado não está ali vivo na página do jornal, está substituído por comunicação indireta, mas o que é importante: persegue, com todos os esforços conscientes ou inconscientes, uma contiguidade recriada. (MEDINA, 1988, p. 93)

Tendo em mente, então, que as determinações estruturais e contextuais da construção da notícia fazem a realidade do jornal constituir apenas uma aproximação (e não uma reprodução do real), percebe-se, com clareza, a impossibilidade de resumir o jornalismo a um mero reflexo desinteressado do real, sendo o repórter uma mera ponte.

A partir dessa ideia, propõe-se mais uma abordagem sobre o trabalho jornalístico: o que faz um acontecimento se tornar notícia? Qual o valor buscado pelos jornalistas? Para responder a essas questões, abordar-se-á, rapidamente, como se estrutura a notícia, para, em seguida, discutirem-se os critérios de noticiabilidade/valores-notícia.

2.4 Sobre a estrutura da notícia: corpo e *lead*

O jornalismo conseguiu uma façanha: vencer as limitações de tempo e espaço, para fornecer informações de diversas partes do mundo, em uma única edição de seu noticiário. Entretanto, existe uma limitação clara: os veículos de comunicação não dão conta de abarcar todos os acontecimentos. No caso dos jornais impressos, não haveria páginas suficientes, para suportar o grande fluxo de notícias, o qual vem crescendo, conforme se desenvolve a tecnologia.

No início do fazer jornalístico moderno, por exemplo, cria-se que o leitor leria todo o jornal, não sendo necessário ordenar ou organizar as informações segundo níveis de importância ou de interesses. Assim, segundo Mar de Fontcuberta (1993), publicava-se o que se tinha – e não era muito –, em formato de artigos ou comentários, cuja finalidade era mais

doutrinária que informativa. Esse cenário, porém, passa a ganhar novos contornos com o surgimento do telégrafo, no início do século XIX.

Em um primeiro momento, a acumulação de material informativo fez necessário ordenar os dados à hora de escrevê-los, para conseguir redigir, no menor espaço, o máximo de acontecimentos. Posteriormente, viu-se a necessidade de ordenar esse material por ordem de importância. (Fontcuberta, 1993, p. 72, tradução nossa⁷)

Essa necessidade se fez ainda mais evidente com a Guerra de Secessão⁸ americana. Com a urgência pela transmissão de informações, os correspondentes passaram a adotar a estratégia de omitir suas opiniões e suprimir os detalhes excessivos, para apenas comunicar aquilo que era mais importante. Como era grande a quantidade de profissionais visando à transmissão de seus conteúdos, os operadores de telégrafo criaram uma dinâmica ainda mais eficaz: cada correspondente ditaria o parágrafo mais importante de sua notícia; finda esta espécie de primeira rodada, voltava-se ao primeiro correspondente, que daria continuidade aos demais parágrafos numa segunda rodada e assim sucessivamente.

Fontcuberta (1993) aponta ser esta a origem da *pirâmide invertida*, método jornalístico que segue vigente até hoje. Nesse esquema, o primeiro parágrafo – chamado de *lead* – está incumbido de conter as informações básicas sobre determinado acontecimento, resumidas nos seis W, conforme sua origem anglossaxã: *What* (o quê?), *Who* (quem?), *Where* (onde?), *When* (quando?), *Why* (por quê?) e *how* (como?). Conforme resume Fontcuberta (1993), “toda notícia pode conter muitos elementos, muitas facetas, mas, no lead, só pode aparecer o mais importante; o resto constituirá o corpo [da notícia]” (Fontcuberta, 1993, p. 76, tradução nossa⁹).

Bem aproveitada, a técnica – que segue até hoje – garante que o essencial de cada matéria seja comunicado imediatamente. No entanto, crê-se que o atendimento obrigatório/mecânico da pirâmide invertida – como é ensinado nos cursos de jornalismo – pode constituir-se em uma forma de aprisionamento, pois se pode pensar, sobretudo os

⁷ Do original: “En un primer momento, la acumulación de material informativo hizo necesario ordenar los datos a la hora de escribirlos para conseguir redactar en el mínimo espacio el máximo de acontecimientos. Posteriormente, se vio la necesidad de ordenar ese material por orden de importancia”.

⁸ De maneira geral, a Guerra de Secessão foi uma guerra civil ocorrida nos Estados Unidos entre 1861 e 1865, a qual deixou mais de 620 mil soldados mortos. De acordo com André Martin (2006), o conflito pode ser interpretado de duas formas. Primeiro, como um conflito entre estados do Sul e do Norte em torno da escravidão: enquanto os meridionais uniram-se em Confederação, para defender a escravidão, os setentrionais lutavam pela liberdade. Em segundo lugar, como um confronto clássico entre estados soberanos: Norte contra Sul.

⁹ Do original: “Toda noticia puede tener muchos elementos, muchas facetas, pero en el lid sólo puede aparecer lo más importante; el resto constituirá el cuerpo”

profissionais recém-formados – que já se tem tudo que é necessário ao responder às seis perguntas básicas, sem necessidade de aprofundamento.

Ainda assim, por mais que se consiga trazer diversidade de informações, persiste a impossibilidade de os veículos de comunicação abarcarem a totalidade de acontecimentos existentes no mundo. No caso do universo policial que permeia esta dissertação, por exemplo, é indubitável que diariamente ocorre toda sorte de crimes violentos, mesmo que em uma perspectiva regional/local. São roubos, assassinatos, agressões, entre outros. Não há espaço suficiente que comporte tamanha variedade. É preciso, destarte, que, além de se colocar os informes principais no *lead* das matérias, ponham-se em prática os critérios de noticiabilidade, também chamados de *valores-notícia*, que decidem aquilo que tem potencial suficiente, para ser publicado.

2.5 A noticiabilidade e os valores-notícia: pensando a seleção

Viu-se que a simples estruturação da notícia – na decisão sobre o que constará no *lead* – reflete uma intenção dos jornalistas em selecionar o que, no julgamento profissional, seria o mais importante a divulgar. Entretanto, como também já se afirmou, a técnica não é suficiente para garantir um recorte eficaz dos assuntos pautáveis. É preciso, além disso, avaliar a *noticiabilidade* dos acontecimentos.

O conceito é utilizado, entre outros autores, por Mauro Wolf (1995), que vai defini-lo como a aptidão para uma ocorrência se transformar em notícia. Pesa sobre essa possibilidade um conjunto de requisitos, que são criados, moderados e aplicados pelos jornalistas e pelos órgãos/empresas de informação: os *valores-notícia*. A presença ou a ausência desses critérios – também chamados de *critérios de noticiabilidade* – ajudam os profissionais do jornalismo a enfrentar “a tarefa de escolher, quotidianamente, de entre um número imprevisível e indefinido de factos, uma quantidade finita e tendencialmente estável de notícias” (WOLF, 1993, p. 170).

Apesar disso, os critérios de noticiabilidade não se apresentam em estado puro, tendo em vista que um mesmo acontecimento pode apresentar inúmeros apelos. De igual forma, não são categorias estanques, imutáveis no tempo, nem igualmente importantes em diferentes situações ou, até mesmo, para distintos veículos de comunicação.

Mesmo sendo tão marcante, a consciência com relação aos valores-notícia não precisa estar expressa em nenhum manual ou ser reafirmada diariamente nas redações dos jornais. Trata-se de características cujo objetivo é facilitar, otimizar e agilizar a seleção de fatos

noticiáveis, isto é, voltam-se não para uma reflexão teórica, mas para uma aplicação prática, estando presentes mesmo antes da produção da notícia, isto é, na fase de angulação anteriormente descrita.

Para fins meramente didáticos, Mauro Wolf (1995) vai classificar os critérios de noticiabilidade em relação ao conteúdo das notícias, às suas qualidades específicas e ao público, entre outros aspectos que não interessam a esta pesquisa. Dois fatores centrais dizem respeito à *importância* e ao *interesse humano* do noticiário. Aqui se acrescenta a *atualidade*, uma vez que, como já discutido, o cotidiano é a matéria-prima do trabalho jornalístico.

Julga-se como *importante* um acontecimento que envolva indivíduos ou instituições de grande poder, que tenha impacto sobre a nação, que alcance um grande número de pessoas, ou que tenha relevância para o desenvolvimento futuro de uma determinada situação. Vê-se, assim, que, apenas a partir do critério *importância*, já aparecem outros, como a *proximidade* (aproximação geográfica ou cultural), o *impacto* e a *significatividade*.

No tocante ao *interesse humano*, o autor vai se referir às notícias que despertam a curiosidade e a atenção do público. Daí surge a dualidade entre interesse público e interesse do público. A ideia de informação de interesse público é definida por autores como Kovach e Rosenstiel (2004) como aquela necessária para que os cidadãos sejam livres e se autogovernem. Pode-se dizer, *a priori*, que esse pensamento carrega consigo uma visão distante da realidade, entretanto se faz mais compreensível quando os pesquisadores relacionam-no à ideia de democracia, participação política e cidadania, ou seja, abordagens dedicadas, sobretudo, à vigilância dos poderes instituídos e a assuntos de utilidade pública/serviço.

Apesar disso, tanto Kovach e Rosenstiel (2004), quanto Wolf (1995) e Fontcuberta (1993) são unânimes ao ressaltar que os *media* não baseiam – e nem poderiam basear – seus noticiários tão somente nesses assuntos, sob o risco de se fazer um jornalismo aprofundado, mas ignorado pelas audiências. No jornal impresso, que tem um público ainda mais específico¹⁰, a necessidade de trazer enfoques que lhes chamem atenção é ainda mais evidente. Assim, a partir de uma ideia dessa audiência presumida¹¹ (VIZEU, 2010), apresentam-se mais valores-notícia, necessários à conquista do leitor/espectador: *curiosidade*,

¹⁰ Pode-se dizer que, em comparação com a televisão, que tem um público mais abrangente, o jornal é mais específico, porque a maioria dos leitores é de anunciantes, cujo perfil, por mais que não seja traçado por estratégias de marketing, tem-se mais ou menos visível: uma população que, apesar dos avanços tecnológicos, prefere o noticiário de papel, tem acesso à leitura e, por conseguinte, tende a possuir (embora não necessariamente) um nível cultural mais elevado.

¹¹ Audiência presumida é uma hipótese trabalhada por Vizeu (2010), consistindo na antecipação intuitiva do público-leitor/espectador por parte do jornalista.

conflito, suspense, emoção, consequências, surpresa, aberrações, feitos heroicos, entre outros. Constitui-se, assim, o que se pode chamar de interesse do público.

Uma das qualidades específicas dos acontecimentos que possuem maior noticiabilidade, porém, é a *negatividade*, aliada à *proximidade*. Quanto mais um assunto representar uma infração, um desvio ou uma ruptura do que se julga ser o estado normal das coisas em um determinado grupo, mais ele tem a probabilidade de ser tornar objeto de interesse do jornalista. Isso ocorre, ressalta Wolf (1995), não porque o profissional é macabro ou insensível, mas porque os leitores tendem a mostrar interesse por algo que os impressione, em detrimento de ocorrências de rotina.

Percebe-se, portanto, que, igualmente às rotinas produtivas, a noticiabilidade, mesmo variando no tempo e no espaço e de acordo com a empresa jornalística, é determinante no que se torna notícia nos veículos de comunicação. Destarte, uma terceira crítica fundamental, a se somar com outras duas apresentadas nos itens 1.2.1 e 1.3.4, destaca-se: a transformação midiática de um acontecimento é fruto de uma avaliação de suas características, ponderando o jornalista sobre a importância da ocorrência, sobre a quem interessa determinado assunto, aos personagens envolvidos e às possibilidades de divulgação, além dos já trabalhados julgamentos pessoais ou dos órgãos de imprensa.

De que forma, então, essas noções se relacionam com o jornalismo policial e, mais especificamente, com a cobertura de crimes violentos?

2.6. Valores-notícia, jornalismo policial e crimes violentos

Quando se discutiu a angulação, na seção 1.3.1, adiantou-se que determinadas temáticas despertam interesses distintos em veículos de imprensa diferenciados, da mesma forma que, conforme o tópico anterior, atribuem-se valores-notícia variados a determinados acontecimentos, a depender de quem os divulga. Essa relação explica o fato de o jornalismo policial (que inclui a cobertura dos crimes violentos discutidos nesta dissertação) ganhar repercussões diferentes, a depender de quem os noticia.

Essa categoria é, por vezes, definida como um gênero próprio (ROMÃO, 2013), sobretudo porque, na televisão, são inúmeros os programas que lhe dedicam espaço e ajudam a estabelecer um ideário sobre o *sensacionalismo*, tal como define Angrimani (1995). Porém, antes de haver uma condenação do jornalismo policial – entendido neste estudo como uma especialização interna da atividade, tal como o econômico ou o de cultura, e não

necessariamente como um gênero de características próprias¹² –, é preciso que se entenda que não necessariamente se refere a uma prática homogênea. Como o próprio nome denuncia, corresponde apenas à cobertura de temas da esfera policial: assassinatos, prisões, assaltos a bancos, sequestros, estelionatos, mas também, em certos *media*, acidentes (ainda que essa consideração não seja unívoca). A intensidade e o modo como se dá essa cobertura é que são responsáveis por existirem características sensacionalistas ou não.

Pensa-se que os modos de apropriação do jornalismo policial variam, em primeiro lugar, de acordo com a natureza das empresas jornalísticas. Aquelas que têm alcance nacional e, portanto, afastam-se do critério de proximidade, tendem a não depender dele, prezando por temas mais gerais, como política e economia. Bons exemplos são periódicos como a *Folha de São Paulo* ou *O Globo*, em que raramente se veem retratadas ocorrências bairristas ou citadinas, exceto quando possuem critérios de noticiabilidade incomuns, que atraem a curiosidade de um público amplo, a exemplo de tragédias familiares, como da família Nardoni¹³.

Já os meios cuja circulação é local ou regional preocupam-se em noticiar, sobretudo, aquilo que se passa no entorno dos leitores, tanto que a maciça maioria dispõe de cadernos locais. Nestes, um dos assuntos com maior demanda é justamente os crimes violentos. Entende-se essa opção tanto como uma estratégia de sobrevivência comercial (por não disporem da estrutura dos veículos de circulação nacional nem a eles poderem fazer frente), quanto porque se trata, realmente, daquilo que impacta as vidas daquela comunidade/cidade/região, gera-lhes curiosidade e não pode ser encontrado nos grandes *media* (PACHECO, 2005).

Mesmo assim, tais avaliações não podem ser percebidas de forma absoluta, pois o perfil midiático também influencia na definição do que é notícia para cada um. Não há dúvidas de que jornais locais, sobretudo os tabloides julgados sensacionalistas, interessam-se profundamente em trazer notícias sobre a criminalidade. Quanto mais se acentuam características como crueldade, negatividade, mistério ou estranheza, mais potencial esse tipo de evento agrega a si, requerendo recursos para satisfazer o interesse do público, como fotografias, testemunhas, relatos emocionais ou detalhes policiais, a partir de fontes como a

¹² Faz-se uma discussão dos gêneros jornalísticos ao final do capítulo 3, na seção 3.3.1.

¹³ O caso Nardoni, como ficou conhecido, diz respeito ao assassinato da menina Isabella Nardoni, de apenas cinco anos de idade, arremessada da janela de seu apartamento, em São Paulo, em março de 2008. As circunstâncias do crime, por si só, despertaram grande repercussão midiática, que foi ainda mais explorada, depois que as investigações acusaram o pai e a madrasta da vítima como os responsáveis pelo homicídio.

polícia¹⁴. Isso resulta na uniformização das ocorrências, tanto em termos de conteúdo, quanto de formato, pois as publicações passam a trazer, com preponderância, determinados tipos de crimes, como os homicídios. Isso não significa dizer que outras violações não ocorram, e sim que não lhes foi imputada relevância bastante, para que tivessem cobertura.

Observa-se, no entanto, que, por mais que a imprensa local atenda-se aos assuntos relativos ao Estado ou às cidades em que têm abrangência, a construção midiática nem sempre pode ser classificada como essencialmente policialesca ou sensacionalista. Como se perceberá quando da análise, no capítulo 4, periódicos como o *Correio da Paraíba* e o *Jornal da Paraíba*, aqui investigados, não baseiam seus noticiários no jornalismo policial nem fazem uso de estratégias sensacionalistas (como o exagero gráfico ou linguístico), ainda que tragam, em suas edições, notícias dentro dessa classificação.

Por esse motivo, quando, nesta dissertação, propôs-se entender como os crimes violentos são construídos no *corpus* selecionado, não se partiu do pressuposto estereotipado do jornalismo policial, para, então, meramente descrever suas características. Pelo contrário, optou-se por explicitar como se dá a produção noticiosa (questionando-se quem são as fontes ouvidas, qual o destaque dado, quais informações são prezadas, quais verdades tentam ser apresentadas, etc.), para, somente na verificação empírica, avaliar as propriedades do objeto selecionado.

Entendendo, portanto, a dinâmica que envolve o fazer jornalístico – inclusive o policial, que abarca o crime violento –, pode-se chegar a uma série de conclusões, a serem discutidas a seguir.

2.7 Jornalismo como construção

O percurso teórico traçado até este ponto permite que se faça uma inferência clara: o jornalismo corresponde a uma *construção midiática do acontecimento*, e não a um mero reflexo do real. O pensamento vai ao encontro das teorias construcionistas surgidas na década de 1970, as quais percebem a notícia como fruto de “processos complexos de interação social entre agentes sociais: os jornalistas e as fontes de informação; os jornalistas e a sociedade; os membros da *comunidade profissional*, dentro e fora da sua organização” (TRAQUINA, 2005, p. 173, grifo do autor).

¹⁴O abuso dessas faculdades, seja na mídia impressa, na televisiva ou online, é responsável por tornar esse noticiário cada vez mais espetacularizado, de modo que, tal como ironiza Angrimani (1995), o jornalismo chega a sangrar. É dessa conjuntura que se popularizou a crítica às publicações sensacionalistas, que, por seu exagero textual, linguístico, gráfico ou imagético, tornaram-se sinônimos de falta de qualidade editorial.

Apesar dessa afirmação, é incorreto depreender que, regra geral, a mídia é manipulativa ou falseadora das informações. Conforme cita Cremilda Medina (1988), mesmo que o texto não seja capaz de verbalizar os eventos cotidianos tais como ocorreram, “persegue, com todos os esforços, conscientes ou inconscientes, uma contiguidade recriada” (MEDINA, 1988, p. 93).

Pensar nos jornalistas como construtores, conforme destaca Fontcuberta (1993), é aceitar que as notícias não existem sem os *media*, mas que “são estes que decidem quais fatos são notícia ou não e, portanto, que administram o material informativo que vai nutrir a opinião pública” (FONTCUBERTA, 1993, p. 16, tradução nossa¹⁵). Em outras palavras, sem a participação da figura do repórter ou de uma testemunha para presenciar ou narrar o fato, ele tem existência, mas não se torna efetiva, uma vez que não chega ao conhecimento do homem.

Assim, ao selecionar o que será assunto e construir os textos, sejam eles de viés policial ou não, os jornalistas estão edificando o que aqui se chama ilustrativamente como um prédio conceitual, que reúne informações, conhecimentos, atitudes e visões de mundo, seja do profissional ou da empresa em que ele está inserido, bem como dos indivíduos ouvidos para a elaboração do noticiário. Existem, portanto, implicações que merecem ser postas em evidência, posto que, caso contrário, passam despercebidas em seus contratos de leitura.

Uma boa ilustração, para ilustrar essa *manufatura* midiática, pode ser vista em uma metáfora cunhada pelos autores norte-americanos Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2004). Embora com uma finalidade distinta da buscada por esta pesquisa (afinal os pesquisadores referidos têm como escopo ressaltar uma busca rigorosa pela verdade), eles afirmam que “o jornalismo é a moderna cartografia. Cria um mapa que permite aos cidadãos navegarem na sociedade. Essa é a sua utilidade e a sua razão de ser em termos econômicos” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p. 170).

Cabe aqui, então, esclarecer para quais caminhos apontam o *Correio da Paraíba* e o *Jornal da Paraíba* na cobertura policial dos crimes violentos. Nada mais plausível e pertinente, para encerrar este capítulo.

¹⁵Do original: “Ello significaba aceptar que las noticias no existían al margen de los medios, sino que eran éstos quienes decidían qué hechos eran noticia o no, y por lo tanto, quienes administraban el material informativo del que iba a nutrirse la opinión pública”.

3 CRIME VIOLENTO E JUVENTUDE: REFLEXÕES NECESSÁRIAS

No capítulo anterior, chegou-se a algumas conclusões básicas: em primeiro lugar, viu-se que o jornalismo não consiste em um mero reflexo da realidade, desinteressado ou neutro; por outro lado, recebe influências mesmo antes de um acontecimento tornar-se notícia, sendo as dinâmicas de sua produção fatores preponderantes na construção midiática; nessa lógica, demonstrou-se que, para se tornarem notícias, alguns fatos – termo aqui empregado em linguagem jornalística – têm que apresentar características que apontem sua noticiabilidade, atendendo, nesse sentido, a interesses diversos, sejam internos ou externos; entendeu-se igualmente que a análise da imprensa se faz imprescindível, subsidiando pesquisas que busquem entender como se dá a relação entre o jornalismo e o pensamento dos indivíduos.

Depois de se compreender, portanto, a complexidade do fazer jornalístico, abordam-se, neste capítulo, as implicações mais específicas desta pesquisa, relativas ao objeto. Ao se propor entender de que forma são construídas as notícias sobre jovens vítimas de crimes violentos em dois jornais impressos paraibanos, tem-se diante de si uma série de abordagens que se fazem necessárias: quem pode ser considerado jovem? O que é a juventude? O que é o crime? O que é a violência? Como se manifestam? Qual o papel da mídia nesse universo amplo?

Os questionamentos levantados são essenciais para a análise. Para que sejam respondidos, serão trazidas as contribuições de importantes autores da sociologia, da antropologia e da comunicação, como Émile Durkheim, Howard Becker, Norberto Bobbio, Roberto DaMatta, Pierre Bourdieu, Teófilos Rifiotis, Michel Foucault, Patrícia Bandeira de Melo e Luciana Maria Ribeiro de Oliveira.

3.1 Violência e crime: uma distinção imperativa

Nas grandes cidades brasileiras, os conflitos urbanos parecem tão presentes, que tem sido cada vez mais natural uma aproximação, por parte da população, entre os termos violência e crime. Seja pela constatação cotidiana ou pela influência de um noticiário local – que aborda com frequência ocorrências como assassinatos, roubos e agressões –, o prejuízo dessa associação sinonímica consiste numa generalização que compromete a percepção da complexidade de cada um dos vocábulos. Assim, para esta pesquisa, faz-se necessária a discussão teórica desses conceitos, para que a análise da construção midiática não seja deficitária.

Conforme se verá nos tópicos a seguir, crime e violência, embora apresentem relações entre si, possuem significações distintas, que podem ser resumidas, grosso modo, em uma frase: nem todo crime é violento; nem tudo que se considera violento é crime. A partir dessa discussão, delimita-se o objeto de análise: os jovens vítimas de crimes violentos.

3.1.1 O crime

Um primeiro passo para se compreender o crime é entender que ele não existe por si só: trata-se de uma construção humana, localizada no tempo e no espaço. Isso significa dizer que, diferentemente de uma árvore – que, pela sua materialidade, é vista como tal em provavelmente todo o mundo –, a noção de crime é uma convenção social que pode variar conforme os indivíduos que interpretam os acontecimentos, bem como o momento histórico vivido. Assim, ao definir o que constituiria uma *transgressão* à norma – ideia base da abordagem criminal –, entram em jogo fatores e considerações culturais que estão longe de ser unânimes.

A Sociologia tem se debruçado, há bastante tempo, na discussão e na definição do que vem a ser o crime, embora as perspectivas com que aborda o assunto, por vezes, divirjam vigorosamente. O sociólogo norte-americano Howard Becker (2008) explica que, na recente década de 1960, as maiores preocupações estavam em identificar as causas que levavam os indivíduos a agir de forma contraventora, enxergando-os como problemas a serem solucionados através da pesquisa. Tal como se pode esperar de sua herança positivista, a ciência social intentava garantir uma previsibilidade das ações e forneceria aos institutos estatais (como a polícia) elementos para combater o crime. Para outros pesquisadores, no entanto, havia falha nessa perspectiva sobre o crime, haja vista que já partia de um pressuposto de normalidade arbitrário e que dificilmente poderia ser questionado.

É na noção de *desvio* que Becker (2008) considera ter havido um avanço na investigação sociológica: fuge-se de um olhar restrito, com fins essencialmente penais – que classificava um ato como criminoso ou não ao se basear em um compilado de leis –, para verificar as bases do que se considera como crime. “Em toda parte, pessoas envolvidas em ação coletiva definem certas coisas como ‘erradas’, que não devem ser feitas, e geralmente tomam medidas para impedir que se faça o que foi assim definido” (BECKER, 2008, p. 13). Fica destacado, por esse viés, que a transgressão existe não apenas diante das leis do Estado, mas, sim, sempre que há violação da ordem aceita em quaisquer grupos de quaisquer épocas, dependendo, sobretudo, daqueles que estão no poder e que determinam tanto os

comportamentos, quanto os indivíduos a serem considerados normais ou desviantes. Resume o autor:

Quero dizer, isto sim, que *grupos sociais criam desvio ao fazer regras cuja infração constitui desvio*, e ao aplicar essas regras a pessoas particulares e a rotulá-las como outsiders. Desse ponto de vista, o desvio *não* é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação por outros de regras e sanções a um “infrator”. O desviante é alguém a quem esse rótulo foi aplicado com sucesso; o comportamento desviante é aquele que as pessoas rotulam como tal. (BECKER, 2008, p. 21-22, grifo do autor)

Vê-se, portanto, que o desvio não constitui um ato em si, materializado e único, mas uma compreensão abstrata e não absoluta sobre uma ação ou comportamento. Não há, então, como fazer homogeneizações sobre a prática desviante, simplesmente separando os que seriam *normais* e os que Becker chama de *outsiders*. Seguindo essa perspectiva, os próprios desviantes podem não se ver como tal, se não aceitarem o conjunto de normas em que estão inseridos. Da mesma forma, eles mesmos só serão outsiders, se forem reconhecidos socialmente dessa maneira, pesando, a partir daí, as consequências da violação. Exemplifica o pesquisador que “uma pessoa pode cometer um incesto clânico e sofrer apenas com mexericos, contanto que ninguém faça uma acusação pública” (BECKER, 2008, p. 24).

A questão que envolve o crime nas sociedades ocidentais, porém, é que ele se refere a um desvio tomado a partir de um sistema normativo específico: o Direito estatal. As outras ordens normativas existentes na vida em sociedade, como a Igreja, a família ou a moral, podem punir uma mesma transgressão de maneiras e intensidades diversas – ou mesmo não punir –, a depender da ocasião ou do indivíduo. Conforme nos aponta o jurista Norberto Bobbio (2001), a teoria diz que isso não acontece com o Direito, cuja resposta à violação, chamada sanção jurídica, é externa ao indivíduo (porque recai sobre ele, oriunda de um terceiro – o Estado) e institucionalizada (através das leis e aparatos estatais válidos para todos). Pressupõe-se que, descumprindo a norma existente, haverá crime e consequência¹⁶. Em tese, a sanção aparece “como o expediente através do qual se busca, em um sistema normativo, salvaguardar a lei da erosão das ações contrárias” (BOBBIO, 2001, p. 153). Assim, por mais que “o delinquente de classe baixa que luta para defender seu ‘território’ [...] [faça] apenas o que considera necessário e direito” (BECKER, 2008, p. 28), o sistema penal e seus agentes, como a polícia, verão como ato criminoso, passível de sanção.

¹⁶Espera-se que a transgressão da norma implique em crime e em uma consequência legal, embora se saiba que, na prática, da mesma forma como ocorre com os grupos sociais, infrações iguais cometidas por pessoas distintas têm, por vezes, peso diferente.

A que serviria, então, a criação do crime? Bobbio (2001) responde que a finalidade das normas, sobretudo a jurídica, seria a conservação da sociedade. A ideia defendida pelo jurista está nas bases do pensamento jurídico, sendo defendida ainda no século XVIII, pelo célebre filósofo Montesquieu (2009), em seu *Do Espírito das Leis*, para quem as normas surgem para conter o estado de guerra vivido entre os homens, depois que se reúnem em sociedade. De que maneira, porém, pode-se garantir que a implantação de normas e a definição de comportamentos como normais ou anormais é consensual entre todos os habitantes de uma dada sociedade?

Sobre o assunto, a socióloga Patrícia Bandeira de Melo (2010) levanta uma perspectiva bastante pertinente: “O crime é uma convenção simbólica sobre a conduta humana criada por agentes autorizados, protegendo, de alguma forma, o poder e a posição de alguns grupos na estrutura social” (MELO, 2010, p. 80). Seguindo esses interesses, a pesquisadora observa que o conceito de crime vai sendo alterado e aperfeiçoado ao longo dos tempos, estando, “na lei, a cada momento histórico, o sentido de ações ou omissões que se constituem crime e que são passíveis de sanção pelo sistema de justiça criminal” (MELO, 2010, p. 72). A mesma ideia é presente em Becker, que afirma: “Aqueles grupos cuja posição lhes dá armas e poder são mais capazes de impor suas regras” (BECKER, 2008, p. 30).

Uma relação ilustrativa bastante eficaz desse mecanismo de poder pode ser encontrada em Michel Foucault (2013), que, em seu clássico *Vigiar e Punir*, faz um panorama do desenvolvimento histórico da legislação penal e dos métodos punitivos aplicados pelo poder público.

Explica o autor que, por muito tempo, até o século XVIII, determinadas ilegalidades eram toleradas, sendo vistas, até mesmo, como necessárias ao funcionamento da sociedade: eram ordenamentos do rei não cumpridos, contrabandos, combates armados aos agentes do fisco, entre outros. Entretanto, conforme as condições de vida de parte da população passaram a melhorar e as cidades desenvolviam-se economicamente, o foco das ilegalidades passou a ser os bens, em forma de roubos e saques a portos. Logo, a burguesia – maior prejudicada – viu que era necessário controlar e reprimir essas práticas.

Afirma Foucault que “a economia das ilegalidades se reestruturou com o desenvolvimento da sociedade capitalista” (FOUCAULT, 2013, p. 84), de modo que se via como essencial, a partir de então, que se fizesse uma vigilância constante sobre esse tipo de crime. Estava estabelecida, desse modo, a necessidade de se definirem estratégias e técnicas contínuas e bem estruturadas, para que a punição às ilegalidades relativas aos bens particulares se desse permanentemente. A ideia de defesa de interesses dos grupos de poder

aqui se reforça, porque, por outro lado, os ilícitos praticados pela classe dominante – como o não pagamento de impostos e a adoção de mecanismos de mercado escusos para ganho financeiro próprio – persistiram, sem que houvesse combate.

Um dos mecanismos mais eficientes de combate aos criminosos, cita Foucault, é a ideia do contrato social, observável até os dias atuais. Segundo essa ideia, para viver em sociedade, supõe-se que cada cidadão aceita um conjunto de regras sociais. O indivíduo que viola essas regras – tidas metaforicamente como o estatuto da normalidade – rompe o pacto e, por isso, passa a ser considerado um inimigo de todos. Assim, atrelada ao conceito de violação da norma, é marcante um juízo crítico negativo do indivíduo desviante.

O menor crime ataca toda a sociedade; e toda a sociedade – inclusive o criminoso – está presente na menor punição. [...] Efetivamente a infração lança o indivíduo contra todo o corpo social; a sociedade tem o direito de se levantar em peso contra ele, para puni-lo. [...] O infrator se torna o inimigo comum. Até mesmo pior que um inimigo, [ele] é um traidor, pois ele desfere seus golpes dentro da sociedade. Um “monstro”. (FOUCAULT, 2013, p. 88)

Esse ideário de exclusão social, com carga bastante valorativa, encontra correspondência no pensamento dos pesquisadores Norbert Elias e John Scotson (2000). A partir de um estudo realizado na década 60, em uma pequena comunidade inglesa, eles cunharam os termos *estabelecidos* e *outsiders*, este último com um sentido ligeiramente distinto do trabalhado por Becker (2008). De maneira geral, embora a população estudada por Elias e Scotson fosse homogênea, parte de seus membros – os considerados *estabelecidos* – utilizavam-se de artifícios, a fim de garantir que seu círculo fosse considerado superior, ao passo que os demais – os *outsiders* – sofressem marginalização. Uma primeira causa dessa segregação se devia por causa da incidência maior do crime em determinadas áreas, contudo, pouco tempo depois, os índices ficaram semelhantes, mas os indivíduos considerados *outsiders* continuavam a ser julgados como inferiores, carentes de virtudes e, por isso, não poderiam inserir-se nas atividades cotidianas, juntamente com aqueles considerados normais.

Também se vê relação direta desse contexto de demonização do transgressor no pensamento de Erving Goffman (1980), que trabalha com o termo *estigma*. Bastante antigo, o vocábulo remete inicialmente à sociedade grega, denominando os sinais corporais, feitos com cortes ou fogo, visíveis em indivíduos sobre cujo status moral recaía algo extraordinário ou mau, a exemplo dos escravos, criminosos ou traidores, pessoa “ritualmente poluída, que devia ser evitada; especialmente em lugares públicos” (GOFFMAN, 1980, p. 11). Na atualidade, o pesquisador descarta a necessidade de as marcas serem físicas, já que o estigma consistiria em um atributo profundamente depreciativo que pode se ligar também ao caráter. Define-se,

assim, o estigmatizado: “Um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social cotidiana possui um traço que pode impor-se à atenção e afastar aquele que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus” (GOFFMAN, 1980, p. 14).

Essa luta de poder, que provoca uma separação entre cidadãos de bem e criminosos, conforme trabalhado por Foucault (2013), Elias e Scotson (2000) e Goffman (1980), continua até hoje. Percebe-se, então, que, para além dos mecanismos legais utilizados para reprimir a existência do crime, existe todo um aparato valorativo e coercitivo que visa à contenção das atividades e dos perfis julgados criminosos. Nesse sentido, a sanção jurídica e a rotulação do criminoso servem não apenas para punir o indivíduo desviante, mas também como método pedagógico para explicitar publicamente a nocividade e as consequências negativas da prática delituosa específica. É uma valoração voltada para o porvir: recai também sobre os potenciais futuros outsiders (BECKER, 2008; ELIAS; SCOTSON, 2000).

É válido ressaltar que o julgamento de valor é muito mais severo sobre aquelas ações que, aos olhos do legislador e dos grupos de poder, poderiam ameaçar a estabilidade social. Patrícia Bandeira de Melo (2010) lembra que é por isso que, ainda que ilegalidades do colarinho branco (envolvendo executivos e políticos, por exemplo) também sejam consideradas crime, os chamados crimes de rua são vistos como mais sérios. “Na imprensa, isso é fácil de ser visto quando se observa a colocação das notícias no jornal: os crimes de ordem política e econômica saem em espaços separados dos crimes contra a vida” (MELO, 2010, p. 80).

Nesse ponto, concorda Becker (2008): “Encaramos a pessoa que comete uma transgressão no trânsito ou bebe um pouco demais numa festa como se, afinal, não fosse muito diferente de nós, e tratamos sua infração com tolerância” (p. 16). Por outro lado, prossegue o autor, “vemos o ladrão como menos semelhante a nós e o punimos severamente. Crimes como assassinato, estupro ou traição nos levam a ver o transgressor como um verdadeiro outsider” (p. 16). Mais à frente, conclui:

Regras não são feitas automaticamente. Ainda que uma prática possa ser prejudicial num sentido objetivo para o grupo em que ocorre, o dano precisa ser descoberto e mostrado. Cabe que as pessoas sejam levadas a sentir que algo deve ser feito acerca dela. [...] Infratores devem ser descobertos, identificados, presos e condenados (ou notados como “diferentes” e estigmatizados por sua não-conformidade [...]) (BECKER, 2008, p. 167)

Isso explica o fato de que, nos jornais, muitas notícias – como os grandes crimes – ganham destaque e repercussão ao longo dos dias, enquanto a outras, que tratam de situações

sofridas por pessoas comuns ou que carregam um histórico com manchas – resta apenas um espaço mínimo em uma página de jornal, como se burocraticamente cumprisse seu papel.

A criminalidade, porém, não é exclusiva das sociedades modernas. Um dos autores clássicos da Sociologia, Émile Durkheim (2007), defende que não só o crime é um fato social comum a todas as sociedades de todos os tempos, como também é necessário e útil em cada uma delas. Mas, o que isso significaria? Como essa tese aparentemente absurda se sustenta?

Em primeiro lugar, é preciso que se entenda a definição de *fato social*. No pensamento durkheimiano, o conceito se refere a um conjunto de maneiras de agir, de pensar e de sentir, exteriores aos indivíduos e presentes em todas as sociedades, e que exerce sobre eles uma força imperativa e coercitiva, apresentando generalidade na extensão de uma determinada coletividade. Nas palavras do sociólogo,

longe de serem um produto de nossa vontade, eles [os fatos sociais] a determinam de fora; são como moldes nos quais somos obrigados a vaziar nossas ações. Com frequência até, essa necessidade é tal, que não podemos escapar a ela. Mas, ainda que consigamos superá-la, a oposição que encontramos é suficiente para nos advertir de que estamos em presença de algo que não depende de nós. (DURKHEIM, 2007, p. 29)

Partindo dessa ideia, Durkheim vê os fatos sociais como base da análise sociológica, dividindo-os, para fins analíticos, em dois tipos: os fatos sociais normais e os patológicos. Os fenômenos vistos como normais apresentam formas que são gerais e se repetem em toda a extensão da espécie, apresentando variações mínimas; já os patológicos são excepcionais, verificáveis em apenas uma minoria e que não tem uma existência durante toda a vida dos indivíduos.

Em um primeiro momento, pode-se pensar que o crime – entendido por Durkheim como “um ato que ofende certos sentimentos coletivos dotados de uma energia e de uma clareza particulares” (p. 68), tal como a noção de desvio anteriormente trabalhada – se enquadraria entre os fatos sociais patológicos, por se pensar que a normalidade da vida humana diria respeito à convivência pacífica, sendo os delitos comparáveis a doenças que recaem sobre a unidade dos povos. Entretanto, embora reconheça que o crime mude de forma a depender de onde se manifesta, Durkheim enfatiza que, “sempre e em toda parte, houve homens que se conduziram de maneira a atrair sobre si a repressão penal” (DURKHEIM, 2007, p. 67). Assim, “não há, portanto, [outro] fenômeno que apresente da maneira mais irrecusável todos os sintomas da normalidade, já que ele se mostra intimamente ligado às condições toda vida coletiva” (p. 67).

Esclarece o autor que isso não significa que o crime não possa ser visto sobre o prisma da patologia. Contudo, tal dinâmica só se vê, por exemplo, quando a prática criminal atinge índices exagerados, que fogem ao comportamento mediano encontrado ao longo do tempo.

Não é duvidoso, com efeito, que esse excesso seja de natureza mórbida. O que é normal é simplesmente que haja uma criminalidade, contanto que esta atinja e não ultrapasse, para cada tipo social, certo nível que talvez não seja impossível fixar de acordo com as regras precedentes. (DURKHEIM, 2007, p. 67)

Como adiantado anteriormente, no entanto, o pesquisador vai mais além e afirma que existe utilidade no crime, chegando a considerá-lo fundamental nas sociedades julgadas por ele como sadias. Isso se demonstra direta e indiretamente: do ponto de vista indireto, a prática criminal contribui para uma “evolução normal da moral e do direito” (p. 71); é necessário haver o crime, para que haja transformações. Uma sociedade sem infrações estaria estagnada. No mesmo ideário, a criminalidade preparada diretamente as mudanças, no sentido de predeterminar as formas que os sentimentos de mudança tomarão. Questiona o autor: “Quantas vezes, com efeito, o crime não é senão uma antecipação da moral por vir, um encaminhamento em direção ao que será!” (DURKHEIM, 2007, p. 72). Complementa o raciocínio com um exemplo:

A liberdade de pensar que desfrutamos atualmente jamais poderia ter sido proclamada, se as regras que a proibiam não tivessem sido violadas, antes de serem solenemente abolidas. Entretanto, naquele momento, essa violação era um crime, já que era uma ofensa a sentimentos ainda muito fortes na generalidade das consciências. Todavia esse crime era útil, pois preludiava transformações que, dia após dia, tornavam-se mais necessárias. A livre filosofia teve por precursores os heréticos de todo tipo que o braço secular justamente perseguiu durante toda a Idade Média, até as vésperas dos tempos contemporâneos. (DURKHEIM, 2007, p. 72-73)

A abordagem durkheimiana, apesar de bastante respeitada, sofre certos questionamentos, conforme relata a socióloga Patrícia Bandeira de Melo (2010). Alguns criticam sua visão sobre a normalidade e generalidade do crime, apontando que, por outro lado, trata-se de uma ação individual localizada, realizada através da escolha; outros destacam que a transgressão da norma é marcada por mecanismos muito mais culturais que por determinações genéticas ou evolutivas das sociedades; outros julgam que a explicação sobre a origem dos crimes e seu caráter social é simplista, por dar a entender que a criminalidade, por ser comum e benéfica, é natural. Ainda assim, o pensamento de Durkheim é ressaltado como importante no sentido de mostrar que existe relação entre comportamentos individuais e

interações sociais, isto é, há um fio que liga os indivíduos e a ocorrência de ações criminosas, sem que, para isso, haja determinismos de qualquer ordem.

Para além dessas controvérsias, que não constituem o objetivo deste trabalho, pode-se chegar a algumas conclusões: o crime é uma construção social localizada no tempo e no espaço; a noção de desvio permeia a ideia criminal, embora, por envolver o Direito, haja o diferencial das sanções de caráter coercitivo que recaem sobre os indivíduos desviantes; a definição do que vem a ser crime em uma dada sociedade se dá através de grupos de poder, os quais visam a proteger seus interesses; por esse motivo, o criminoso pode sequer se ver como tal, apesar de suas ações serem reprimíveis pela lei; a criminalidade se manifesta de inúmeras formas: com intensidades distintas, com prejuízos individuais ou coletivos e com sanções de graus diversos; nessa lógica, há pesos distintos para infrações diferentes; segundo Durkheim, não há sociedade sem crime; a violação das normas é essencial, para que haja evoluções de caráter jurídico ou moral. Por fim, é preciso que se enfatize, porém, que, quando a mídia reporta a ocorrência de crimes, seu referencial é o Direito/a lei.

3.1.2 A violência

Um dos mais disseminados conceitos de violência é aquele utilizado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), assim posto:

O uso intencional da força física ou do poder, em ameaça ou na prática, contra si mesmo, contra outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade, o qual ocasione ou tenha grande probabilidade de ocasionar lesão, morte, dano psicológico, mau desenvolvimento ou privação. (KRUG et al., 2002, p. 05, tradução nossa¹⁷)

Em um primeiro olhar, essa definição – que exclui eventos não intencionais, como os acidentes – coaduna-se com as imagens de violência vistas diariamente através dos reportes midiáticos. Não é de se questionar que a população aproxime, de forma geral, atos violentos e crime, afinal, conforme observa a doutora em antropologia Luciana Maria Ribeiro de Oliveira (2012), “o conceito de violência tem sido usado, de forma abusiva, para encobrir qualquer acontecimento ou problema visto como socialmente ruim, resultando disso, a confusão com outros fenômenos/problemas sociais, tais como: desigualdades, misérias e criminalidades” (p. 101). Contudo, conforme adiantado ainda no início deste capítulo e parcialmente embasado a

¹⁷Do original: “The intentional use of physical force or power, threatened or actual, against oneself, another person, or against a group or community, that either results in or has a high likelihood of resulting in injury, death, psychological harm, maldevelopment or deprivation”.

partir da discussão no tópico anterior, viu-se que nem tudo que é crime é considerado violento, da mesma forma que, como se verá adiante, nem toda violência é considerada criminosa.

A questão que se coloca, lembrada por Theóphilos Rifiotis (2008), refere-se ao fato de que, em geral, a violência é vista através de um prisma composto por três mecanismos: homogeneização, negatividade e exterioridade.

O processo de homogeneização a que nos referimos tem como métrica, equivalente geral, a própria negatividade, ou seja, o discurso *contra* a violência. É a “parte maldita” e o “mal”, sempre atribuídos ao outro, o que nos remete à exterioridade da violência. O violento é sempre o outro. (RIFIOTIS, 2008, p. 161).

A partir dessa constatação, o autor aponta a necessidade de se vislumbrar certa relatividade no conceito de violência, uma vez que, para ele, existem pelo menos três tipos de abordagens do fenômeno: a primeira delas seria o discurso *contra* a violência, em que prevalece um sentimento de indignação contrário ao ato violento; um segundo viés seria um discurso *sobre* a violência, de caráter analítico, que apresenta um distanciamento para fins de estudo; por fim, haveria um discurso *da* violência, em termos de suas linguagens e formas de expressão, uma vez que a ação violenta carrega consigo manifestações, até mesmo silenciosas. O prejuízo, no entanto, deve-se ao fato de que, por vezes, ressalta Rifiotis (2006, 2008), as três interpretações são tomadas como equivalentes, aproximadas numa objetivação estanque, esquecendo que se trata de um campo aberto para receber significações.

Muito disso se percebe ao se refletir sobre o ato violento. Tende-se a pensá-lo sob um pressuposto moral – em que, semelhante ao que ocorre ao crime, os violentos ferem o contrato social e, por isso, são condenáveis –, esquecendo que o fenômeno faz parte da história da humanidade e, nem sempre, assumiu as conotações negativas que o ligam à criminalidade.

Simplifica Roberto DaMatta (1982) que a violência tem múltiplos aspectos e contornos, com facetas positivas e negativas, mas, no Brasil, “usa-se indistintamente uma categoria moral – a violência – sem nenhuma preocupação de saber que formas ela engloba e que modalidades se pode, em seu uso, distinguir” (DAMATTA, 1982, p. 14).

Nesse sentido, com fins ilustrativos, o historiador Solon Eduardo Annes Viola (2005) ressalta que podem ser facilmente encontradas referências à violência desde os livros sagrados, em episódios como a Torre de Babel, bem como nas sagas da Grécia Antiga, onde os deuses enfurecidos aplicavam castigos a seus desafetos. O diferencial é que, nesses contextos, sobretudo no último caso, o uso da força não implicava no julgamento dos algozes como entidades inferiores, ilegítimas, desviantes ou criminosas.

De igual forma, numa perspectiva da era moderna, a violência persistiu, sob a forma da guerra. De acordo com o autor, a expansão das sociedades europeias nos últimos 500 anos se deu através de exércitos, formados, sobretudo, “por oficiais adultos e jovens soldados aptos ao uso de armas tecnologicamente mais avançadas do que a dos povos a serem subjugados” (VIOLA, 2005, p. 63). Para as sociedades invasoras, se assim se pode chamá-las, aqueles que se utilizavam dessa violência também não eram considerados criminosos, mas, sim, grandes desbravadores, merecedores de honrarias e respeito. Como foras da lei, por outro lado, enquadravam-se outros grupos: ou os povos que resistiam à dominação, ou os jovens europeus que não se inseriam nos exércitos e praticavam delitos urbanos. Ratifica-se a noção de crime como construção, a partir de uma óptica específica e, portanto, variável.

Mais recentemente, no século XX, as ações violentas se mantiveram. A filósofa alemã Hannah Arendt (1994), uma das mais influentes pensadoras contemporâneas, chegou a considerar que a violência foi o denominador comum do período. De fato, destacam-se, no século XX, as duas Grandes Guerras (de 1914 a 1918 e entre 1939 e 1945). Em qualquer um dos lados participantes do conflito, a violência era tida como necessária, para defender interesses próprios. Vê-se, destarte, que a sociedade moderna foi valendo-se do pilar das forças militares para se consolidar, sem que isso fosse julgado, àquela altura, como reprovável. Por outro lado, Viola constata que “a guerra tem servido, ao longo da história, como forma de ocupação territorial, de apropriação de riquezas e de imposição de culturas dominantes, através da implantação das formas de pensar o mundo e viver cotidianamente” (VIOLA, 2005, p. 66), conforme demonstram os séculos de colonização e submissão a que foi submetida a América Ibérica, em que se enquadra o Brasil.

Outro uso da violência igualmente legitimado é abordado por Arendt (1994), no campo da política interna: ela aparece quando o poder está em risco. Um Estado autoritário, por exemplo, que se vê em perigo de perder o monopólio da autoridade se vale de quaisquer ferramentas para assegurar que as revoltas sejam controladas, como observado ao longo dos tempos. Por esse motivo, a pensadora observa que “poder e violência são opostos; onde um domina absolutamente, o outro está ausente” (ARENDT, 1994, p. 44), embora, em situações estáveis, coexistam e se combinem, com preponderância do poder. Completam esse pensamento as pesquisadoras Marta Rizo García e Vivian Romeu Aldaya (2013), que apontam a violência como uma forma concreta de exercer o poder. Logo, “a violência se articula como uma prática de dominação que demonstra que, em todo poder, está implícita a

violência, ao passo que, para ser exercida como tal, a violência implica em poder” (GARCÍA; ALDAYA, 2013, p. 07, tradução nossa¹⁸).

Distanciando-se de uma perspectiva histórica sobre a violência – cujo foco está, sobretudo, na guerra e no uso da força para conquistar ou manter o poder – e abordando suas características semânticas, chega-se a um campo conceitual ainda maior. Nesse ideário, a socióloga Patrícia Bandeira de Melo (2010) traz, em uma definição, um compilado de pensamentos recorrentes de autores diversos: “[...] [A violência é] um ato intencional de agressão física ou imposição de dor a um ou vários indivíduos [...]. Uma ação que produz dano intencionalmente, trazendo como resultado a desordem social” (MELO, 2010, p. 83).

Ciente da amplitude do termo, a própria autora questiona a primeira parte do conceito, comentando que nem toda dor infligida ao indivíduo é vista como violência: um médico, durante determinado procedimento, buscando o bem estar do paciente, pode ferir com gravidade aquele corpo, com intensidade semelhante ou até maior de que outros atos compreendidos como violentos. Melo conclui, assim, que a violência abarca dimensões bastante complexas, distintas e de difícil mensuração, as quais vão muito além da dor física: “envolve dor, sofrimento, sentimento de injúria da vítima e de seus familiares, com danos físicos, emocionais e mesmo financeiros, causando sentimentos como apreensão, insegurança e medo, capazes de alterar os estilos de vida dos indivíduos” (MELO, 2010, p. 83).

Seguindo esse raciocínio, pode-se chegar a mais uma conclusão: a violência física é apenas uma das inúmeras facetas de um fenômeno ainda maior. Para citar apenas algumas dessas manifestações, existe também a violência psicológica, a econômica, a laboral, a de gênero, a homofóbica, a xenófoba e a simbólica (GARCÍA, 2013).

Sobre esta última categoria, destaca-se o trabalho do pesquisador francês Pierre Bourdieu (GARCÍA, 2013), para quem o caráter simbólico consiste no fato de que o indivíduo se vê inserido num jogo de submissões que sequer se apresentam como tal, mas que se apoiam em crenças e expectativas coletivas vistas como naturais, que tolhem os comportamentos e as ações de cada um. Assim, destaca García, a violência não precisa ser vista necessariamente enquanto acontecimentos visuais, tal como uma agressão, uma vez que também se expressa através de juízos de valor, como o ódio e o preconceito.

No caso da mídia, entretanto, a perspectiva abordada é bastante específica. Pesquisas realizadas nos últimos anos têm demonstrado que, nos noticiários locais, a violência *física* – sobretudo aquela que incorre em crime, como homicídios, tentativas de assassinatos e lesões

¹⁸Do original: “La violencia se articula como una práctica de dominación que demuestra que en todo poder está implícita la violencia en tanto para poder ser ejercida como tal, ella misma, implica poder”.

corporais graves, a exemplo dos espancamentos – é um dos temas que mais concentra os critérios de noticiabilidade, conforme conceito trabalhado no primeiro capítulo.

Um desses estudos, realizado pelos professores Edísio Ferreira Júnior e Katia Medeiros (2005), analisou o jornal impresso *Diário de Pernambuco* e concluiu que havia, no período investigado, uma recorrência de abordagens sobre a vitimização da juventude pobre, nos espaços periféricos das cidades. Predominava, nesse contexto, a cobertura insistente de assassinatos, estupros e do tráfico de drogas, o que, nas palavras dos pesquisadores, leva a uma perspectiva que, no jargão jornalístico, chama-se “chapada”: um aprisionamento a códigos, impedindo que haja a multiplicidade de olhares sobre os acontecimentos. No caso das fotografias, analisadas por Ferreira e Medeiros, “a imagem que, apesar de tão rica em possibilidades de conhecimento, é direcionada para a afirmação da inevitabilidade e constância da violência. [...] Assim, a foto é despersonalizada e restrita ao enquadramento” (FERREIRA JÚNIOR; MEDEIROS, 2005, p. 219). Pode-se interpretar, com meros fins dedutivos, que igual restrição é repassada ao texto, que é voltado a descrever o acontecido, sem preocupação em aprofundamento, como se a morte pela morte fosse suficiente.

De fato, a violência física sofrida pelos indivíduos sempre foi interpretada como acontecimento de alto valor-notícia, seja por perturbar a ordem, seja pela consciência de que algumas pessoas gostam de assistir a programas violentos (IGARTUA; HUMANES, 2004). Tanto é que a maioria dos jornais apresenta um caderno policial, em que são reunidos crimes e atos violentos diversos. Nas palavras dos pesquisadores Edísio Ferreira e Katia Medeiros (2005), a constância desse tipo de construção midiática dos acontecimentos tem feito com que, cada vez mais, os crimes e violências se tornem naturalizados em sociedade, de modo que o choque já não existe. “A morte física que incide de maneira violenta sobre seus moradores [das periferias] é a representação ratificada de um destino esperado” (FERREIRA JÚNIOR; MEDEIROS, 2005, p. 222).

A impressão que se tem é que esse pensamento se sustenta para além do jornal analisado pelos pesquisadores, valendo, assim, para a imprensa de uma forma geral, sobretudo a que tem foco local. Um breve olhar sobre as publicações ainda em circulação levam a crer que ocorrências violentas como roubos já não são retratadas na mídia, exceto se carregarem consigo critérios de noticiabilidade diferenciados, como uma aberração ou distorção, os quais provoquem a curiosidade dos espectadores. Os homicídios, de igual forma, perdem cada vez mais espaços, se não reunirem detalhes que fogem às expectativas do público-leitor. Sobre esse assunto, Juan José Igartua e María Luisa Humanes (2004) ressaltam o modelo teórico da dessensibilização diante da violência: “A hipótese principal [...] é que a exposição repetida

aos conteúdos de violência produz um efeito de habituação afetiva. [...] À medida que se aumenta a exposição a esse tipo de conteúdo, [...] reage-se com menor intensidade afetiva” (IGARTUA; HUMANES, 2004, p. 303, tradução nossa¹⁹).

Essa percepção midiática parece se enquadrar no que Roberto DaMatta (1982) define como discurso teórico erudito, em que a violência é generalizada e vista como um “caso virtual de polícia” (p. 17), como se “a violência e o violento fossem acidentes ou anomalias que um determinado tipo de sistema provoca e não uma possibilidade real e concreta de manifestação da sociedade brasileira” (p. 18). Ignora-se, portanto, toda uma conjuntura que se esconde por trás da ação em si, limitando-se ao medo e às ações repressivas.

De toda sorte, percebe-se, portanto, que a premissa enunciada no começo deste tópico se sustém: por mais que haja uma aproximação midiática dos termos, a violência não é um sinônimo de crime, já que nem todo ato violento é visto como condenável; que a violência é, por vezes, usada para alcançar fins julgados legítimos; que manifestações violentas podem ser consideradas positivas; que a força é aplicada para garantir a manutenção do poder; que a violência física é apenas um dos muitos recortes de um fenômeno com reflexos também do ponto de vista psicológico, social, laboral, entre outros.

Ainda assim, tal como se destacou ao se falar do crime, é preciso que haja um recorte justificado do objeto de estudo desta pesquisa: o crime violento.

3.1.3 O crime violento como objeto

As discussões individualizadas sobre o crime e a violência permitem observar que tanto um termo quanto outro carregam uma diversidade imensa: há crimes de diversos tipos, com diversas implicações, da mesma forma que a violência possui formas distintas, igualmente observáveis.

Compreendendo, portanto, essas particularidades, pode-se direcionar a proposta desta pesquisa: analisar a construção midiática de notícias sobre jovens vítimas de crimes violentos. A expressão *crime violento* é, por si só, bastante definidora. Por um lado, recorta os olhares para as ações desviantes a partir da óptica jurídica, isto é, delimita que serão levadas em consideração as infrações à lei e, de um modo mais abrangente, ao Direito, passíveis de sanção penal. Por outro lado, ao adicionar o adjetivo *violento*, concentram-se os esforços

¹⁹Do original: “La hipótesis principal [...] es que la exposición repetida a los contenidos de violencia produce un efecto de habituación afectiva. [...] A medida que se incrementa la exposición a este tipo de contenidos [...] reaccionarán con menor intensidad afectiva”.

naquelas transgressões legais que envolvem a violência, mas não em uma abordagem psicológica ou simbólica, mas materializada fisicamente, tal como prevê a legislação e, como se viu, é utilizada pela imprensa em geral.

Uma classificação bastante útil para a análise foi estabelecida pela socióloga Patrícia Bandeira de Melo (2010). Ela reúne os crimes violentos em três subcategorias, conforme o quadro a seguir:

Quadro 1 – Tipos de crimes violentos

CRIMES	CONCEITUAÇÃO
Crimes contra a pessoa	Homicídio doloso e culposo; tentativa de homicídio; lesão corporal dolosa e culposa; sequestro; cárcere privado; tortura; maus-tratos, ameaças.
Crimes contra a liberdade sexual	Estupro; atentado violento ao pudor.
Crimes contra o patrimônio	Roubo; latrocínio; extorsão; extorsão associada a sequestro.

Fonte: MELO (2010, p. 86)

A partir dessa disposição, eliminam-se outras práticas criminais que podem envolver jovens, mas que não se enquadram na denominação crime violento, como a calúnia, a difamação, a violação de domicílio, o furto ou o estelionato. Incluíram-se nesta análise, no entanto, dois outros crimes violentos não contemplados pela classificação de Bandeira de Melo: o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Algumas críticas são traçadas ao recorte jurídico da perspectiva do crime violento, uma vez que elimina outros tipos de violência sofrida, em detrimento do referencial do Direito Penal. Entretanto, é preciso que se tenha em mente que, da mesma forma que as políticas públicas precisam de abordagens dimensionáveis para se fazerem eficazes, a pesquisa igualmente pede que se defina bem o que se estuda, de modo a permitir que a análise não leve ao erro, pelo fato de os termos empregados serem deveras abrangentes e, como consequência, ambíguos.

Por outro lado, falar em crime violento é considerar um tipo de desvio que provoca sérios impactos no seio social, provocando reações que vão para além do indivíduo que comete ou sofre a ação. Quando se trata da mídia, então, supõe-se existir uma partilha de sentimentos cuja repercussão é essencial avaliar. Isso não significa que se pretenda limitar os olhares sobre o tema, porém é necessário como caminho metodológico.

3.2 O surgimento da juventude: um pouco de História

Após se discutirem as implicações referentes ao crime violento, parte-se para outra etapa crucial desta dissertação: a compreensão da juventude. De um modo geral, hoje se usa o termo indistintamente em sociedade, não havendo um padrão referencial, para que essa delimitação esteja bem marcada. Viu-se necessário, nesse sentido, contextualizar a origem dessa expressão, embasando, assim, o recorte realizado.

No clássico *História Social da Criança e da Família*, o historiador Philippe Ariès (1981) aponta que, na Idade Média, as fases da vida correspondiam à quantidade de planetas então descobertos, totalizando sete: a infância, a *pueritia*, a adolescência, a juventude, a senectude, a velhice e a *senies*. Apesar dessa variedade, os limites eram bastante confusos, ao ponto de, por exemplo, a adolescência – vista, então, como a época da procriação e do desenvolvimento físico – poder terminar aos 28 anos, mas, em alguns casos, aos 35. O mesmo ocorria à juventude, tida como o momento de plenitude das forças: em alguns casos, poderia ter fim aos 45, mas também aos 50.

Isso se devia ao fato de que as idades da vida não correspondiam apenas a etapas biológicas, mas também a funções sociais. É nesse sentido que muitos homens com aparência juvenil eram considerados velhos, por se absterem de atividades práticas e se dedicarem à leitura intensa. Ainda que não demonstrassem nenhum grau de embasamento teórico, essas eram classificações bastante respeitadas e amplamente seguidas, como se fossem os ciclos da natureza, posto que faziam parte da experiência sensível dos indivíduos.

A disseminação desse entendimento, porém, encontrou barreiras idiomáticas. Como eram expressões oriundas do latim, as sete fases da vida não encontraram correspondência, por exemplo, no francês do século XVI, que as reduziu a apenas três: *enfance*, *jeunesse* e *vieillesse*, respectivamente infância, juventude e velhice. Fica claro, portanto, que, na França, ao mesmo tempo em que não havia um espaço para a adolescência (que permaneceu confundida com a infância até o século XX), a vida adulta correspondia à juventude, sobretudo ligada à figura do conscrito.

O soldado, de fato, desempenhou grande papel. Se antes o espaço ocupado pelos jovens era tímido e nebuloso – visível em ocasiões específicas, como na organização de festas, em associação à infância, ou na realização de atividades laborais no campo –, passou-se a enxergá-lo como símbolo de virilidade, possuidor “de valores novos, capazes de reavivar uma sociedade velha e esclerosada” (ARIÈS, 1981, p. 46-47). Tornando-se um modelo da vida ideal, Ariès aponta que a juventude foi a idade privilegiada do século XVII. “A imagem

do homem integral nos séculos XVI-XVII era a de um homem jovem: o oficial com a echarpe no topo dos degraus das idades” (ARIÈS, 1981, p. 48).

Outro marco histórico para a juventude, porém, diz respeito ao colégio.

Até meados do século XVII, como a infância era sucedida diretamente pela vida adulta, tão logo a criança não dependesse mais dos pais para sobreviver, “era logo misturada aos adultos e partilhava de seus trabalhos e jogos. De criancinha pequena, ela se transformava imediatamente em homem jovem” (ARIÈS, 1981, p. 10). Desse modo, com o afastamento dos pais desde cedo, a educação – com a transmissão dos valores, dos conhecimentos e das dinâmicas sociais – dava-se através do contato dos infantes com os indivíduos com quem passava a ter contato.

No entanto, no final do século XVII, à medida que a criança ganhava mais espaço dentro do âmbito familiar, sua separação dos genitores se tornava menos precoce. Surgem, daí, filósofos, como os moralistas, que passaram a questionar a atenção demasiada dada aos filhos, destacando que o papel da família e da sociedade seria o de controlar – e não incentivar – o ímpeto e as vontades dos pequenos, para que fossem educados de acordo com princípios e valores aclamados socialmente e se tornassem, no futuro, pessoas probas e honradas.

É nesse contexto que tem origem o colégio acessível à população²⁰ (em geral, sob a figura do internato), o qual se tornaria fonte de uma mudança imperativa e definitiva no trato com as fases da vida. Por uma perspectiva, consolida-se a importância da infância, em contraste com sua irrelevância vista até então. Por outra, oficializava-se uma etapa intermediária no desenvolvimento humano, em que não se é mais criança, ao mesmo tempo em que ainda não se é adulto. “A partir do século XV e, sobretudo, nos séculos XVI e XVII, [...] o colégio iria dedicar-se essencialmente à educação e à formação da juventude” (ARIÈS, 1981, p. 190).

Reuniam-se, em uma mesma sala de aula, pessoas dos seis aos 20 e poucos anos, de forma indiferenciada, até porque o acesso à escola só se dava quando se podia, seja cedo ou tarde. A ideia sobre o jovem, assim, englobava tanto a infância, quanto a atual adolescência e o início da vida adulta. O colégio, por sua vez, não tinha a preocupação de ser um espaço de formação dos pequenos. Tratava-se, sim, de “uma espécie de escola técnica destinada à instrução dos clérigos, ‘jovens ou velhos’” (ARIÈS, 1981, p. 187). É só mais à frente, no século XVIII, que passam a ser criadas diferenciações de idade, dando origem à ideia de adolescência prevalecente nos séculos XIX e XX.

²⁰Fala-se em acessibilidade, porque a escola já existia pelo menos três séculos antes, mas restrita aos clérigos e sob outros moldes.

É importante ressaltar, contudo, dois aspectos. Em primeiro lugar, nada mudava para aqueles que não ingressassem no colégio: para estes, a infância continuava sendo seguida pela vida adulta (com o estereótipo do homem jovem). Em segundo lugar, as mulheres estavam excluídas desses avanços até o final do século XVII. Semianalfabetas, grande parte era enviada aos conventos, onde recebiam uma educação exclusivamente religiosa.

Vê-se, destarte, que a discussão sobre o que é ser jovem tem recebido conotações distintas ao longo dos séculos. Por vezes, associada à vida adulta; em outras, englobando a infância e a adolescência; em outras, correspondendo à inserção escolar. O fato é que, mesmo nas últimas décadas, áreas diversas do conhecimento continuam a debater sobre essa multiplicidade de denominações relativas a esse período de transição, que se coloca entre a infância e a vida adulta propriamente dita, conforme se discute no tópico a seguir.

3.3 Juventude: mais que uma palavra?

Como se viu, apesar do nascimento metafórico da adolescência e sua separação da ideia de infância, as perspectivas sobre o assunto não têm sido unívocas quando se fala em juventude.

A pesquisadora Luciana Maria Ribeiro de Oliveira (2004) cita que há, pelo menos, três tipos de abordagens trabalhadas por ciências distintas para definir o período de transição entre a infância e a vida adulta: a medicina trata-o como *puberdade*, tendo em vista as transformações corporais vividas pelas crianças, tais como o surgimento de pelos, o desenvolvimento dos órgãos sexuais ou a mudança da voz; já a psicologia, a psicanálise e a pedagogia se referem à existência de uma *adolescência*, a partir das mudanças relacionadas à personalidade e ao comportamento do indivíduo em vias de se tornar adulto; por outro lado, as ciências sociais, como a sociologia e a antropologia, fazem uso do termo *juventude*, englobando a adolescência, “por tratarem da transição das funções sociais da infância para funções sociais do homem adulto” (RIBEIRO DE OLIVEIRA, 2004, p. 115).

No caso das ciências sociais – a que se aterá esta pesquisa, o que justifica o uso eventual dos termos adolescência e juventude como sinônimos –, a delimitação das fronteiras entre as diversas fases da vida interpreta o indivíduo como parte da sociedade. Logo, a própria demarcação de um espaço temporal da juventude também seria fruto dessa dinâmica, isto é, oriunda de uma construção social.

De um ponto de vista antropológico, a pesquisadora Elaine Müller (2005) exemplifica que cada sociedade concebe a transição da infância para a vida adulta – e desta para a velhice – de maneira própria, o que, muitas vezes, reflete grandes diferenças.

A percepção social das modificações do corpo com o passar do tempo (o crescimento, o surgimento de pelos, o aparecimento de rugas, o envelhecimento) não é a mesma em todas as culturas. A idade vai além da contagem dos anos de vida dos indivíduos, pois, à própria contagem, já está associado um conjunto de regras, padrões de comportamento e status sociais forjados como os adequados para cada idade. Aliás, a própria contagem dos anos de vida – a noção de idade – pode ou não ser importante para diferentes grupos. Existe, portanto, o dado biológico – nossos corpos mudam com o passar do tempo –, assim como existem dados sociais construídos sobre estes – usamos a idade para organizar nossa sociedade, pois ela é um critério de localização dos sujeitos. (MÜLLER, 2005, p. 67)

Uma discussão bastante interessante nesse sentido é levantada por Pierre Bourdieu (2003), numa famosa entrevista denominada *A juventude é apenas uma palavra*. Nela, o autor enxerga o conceito como uma concepção arbitrária, variável no tempo, no espaço, nos grupos sociais, bem como de acordo com interesses específicos. De que forma isso se daria?

Em primeiro lugar, ele lembra que a juventude é um conceito bastante relativo. De fato, concorda-se que sim: sempre se é novo ou velho em relação a algum ponto de vista. Alguém com 16 anos pode ser velho numa turma de crianças de 10, ao passo que o mesmo rapaz pode ser considerado muito jovem na presença de um grupo de idosos. Como se mostrou na seção 2.2, houve um tempo em que se era considerado adulto a partir do momento em que não mais se dependesse da mãe para sobreviver, isto é, praticamente após o desmame.

Por outro aspecto, não existe uma significação unívoca dentro do próprio universo que convencionalmente se considera ou se percebe como juventude. Os jovens, afinal, não são os mesmos. Nem todos estudam, nem todos trabalham; nem todos sofrem privações, nem todos desfrutam dos mesmos meios de lazer; uns mal iniciam a vida sexual, outros já se tornam pais; nem todos fazem planos futuros, já que outros só têm o presente com que se preocupar. São noções, portanto, que vão se transformando e só fazem sentido num determinado contexto.

Uma terceira dinâmica lembrada por Bourdieu era perceptível, segundo ele, já no século XVI, uma vez que a qualificação de determinados indivíduos como jovens ou velhos reservava características específicas a cada um: enquanto os mais novos carregavam o status de virilidade e, inclusive, de violência, os anciãos eram vistos como portadores de uma sabedoria inexistente nos primeiros. Na Idade Média, complementa o autor, os mais velhos manipulavam a ideia de juventude (apenas a ideia, já que o conceito não existia) entre os

nobres, associando-a à irresponsabilidade, de modo a evitar que os espaços de influência fossem ameaçados.

Percebe-se, assim, que a apresentação da divisão etária, para além de uma mera formalidade, representa um jogo de poderes que se omite, mas se faz sentir ao mesmo tempo. “A juventude e a velhice não são dadas, mas construídas socialmente, na luta entre os jovens e os velhos. As relações entre a idade social e a idade biológica são muito complexas” (BOURDIEU, 2003, p. 152). Trazendo para uma conjuntura atual, existem hoje, por exemplo, espaços em que, quanto mais velho se pareça, mais respeito se obtém. A partir desse raciocínio, Bourdieu vai afirmar que a idade biológica é um dado manipulado e manipulável em sociedade.

O facto de se falar dos jovens como de uma unidade social, de um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e de se referir esses interesses a uma idade definida biologicamente, constitui já uma evidente manipulação. [...] É por meio de um formidável abuso de linguagem que se subsume, no mesmo conceito, universos sociais que praticamente nada têm em comum. (BOURDIEU, 2003, p. 153)

Embora concordem, em parte, com Bourdieu, os pesquisadores Mario Margulis e Marcelo Urresti (2008) – em um famoso artigo, intitulado propositadamente *A juventude é mais que uma palavra* – questionam o pensamento do sociólogo, por não acreditarem que seja suficiente para dar conta das imprecisões e multiplicidades da categoria juventude. A crítica central se dá ao fato de que Bourdieu parece satisfazer-se com uma abordagem cultural, que leva em consideração o jovem como significação simbólica arbitrária, correspondente a determinadas características, ainda que diversas. Para eles, no entanto, é necessário ir além do vocábulo (o signo) e inserir na abordagem aspectos materiais, históricos e políticos atinentes à existência do homem, como ser social.

Nesse sentido, para afirmar que existem juventudes (no plural), Margulis e Urresti vão problematizar que as condições socioeconômicas individuais vão refletir diretamente no modo como cada um viverá o referido momento etário: os mais abastados vão poder prolongar a tomada de responsabilidade esperada para a vida adulta (o que eles chamam de *moratória*), dedicando-se aos estudos e ao lazer, ao mesmo tempo em que postergam a formação de suas famílias e a dedicação a um emprego formal; os mais pobres se veem na necessidade de pular esta fase, já que necessitam entrar na vida adulta o mais rápido possível, como forma de garantir a própria subsistência. Nesse último caso, mesmo em períodos ociosos, como no desemprego, em que se teria possibilidade de realizarem-se atividades não laborais, a fruição

do tempo, por muitos, não ocorre, já que, como lembram os autores, vivem a incerteza, a frustração e a infelicidade da falta de ocupação.

Outros pontos que os autores consideram omissos na visão de Bourdieu dizem respeito à consciência sobre a juventude, fruto de um contexto sociopolítico e econômico e, até mesmo, à noção de gênero. No primeiro caso, os autores citam que uma geração não corresponde apenas a rapazes ou moças com a mesma idade, invariavelmente, e sim de pessoas que dividem um mesmo momento social. Épocas distintas provocam percepções distintas sobre a juventude. Da mesma forma, lembram que o simples fato de nascer mulher proporciona uma fruição da juventude de maneira totalmente distinta: a jovem, por vezes, tem sua vida adulta antecipada em virtude da maternidade ou, seguindo-se essa ideia, de circunstâncias como tornar-se dona do lar.

Assim, destacam os autores:

[...] A juventude não é só um signo nem se reduz aos atributos “juvenis” de uma classe. Apresenta diferentes modalidades segundo a incidência de uma série de variáveis. As modalidades sociais do ser jovem dependem da idade, da geração, do crédito vital, da classe social, do marco institucional e do gênero [...]. A equação entre moratória [a ser interpretada como o tempo que se tem até se assumirem as responsabilidades da vida adulta] e necessidade faz-se provavelmente mais curto no período juvenil dos setores populares e mais largo nas classes médias e altas. O mesmo ocorre com a condição de gênero: há mais probabilidades de ser jovem sendo homem do que sendo mulher. (MARGULIS; URRESTI, 2008, p. 29)

Afirmam, por fim, que pensar em uma única juventude leva a erros recorrentes: ou se homogeneiza o jovem a partir de uma óptica privilegiada, estando a referência naqueles indivíduos com alto poder aquisitivo (juventude dourada); ou se toma o todo como negativo, sendo a juventude depositária de todos os males, sinônima de delinquência (juventude cinzenta); ou se interpreta a partir de um olhar utópico, sendo os jovens esperança de um futuro melhor (juventude branca). Concluem, então, que é mais conveniente “falar de juventudes ou de grupos juvenis, em vez de apenas juventude” (MARGULIS; URRESTI, 2008, p. 14).

A menção dos pesquisadores a uma juventude cinzenta parece ser uma resposta às inúmeras abordagens sociológicas do jovem como problema social, marcantes no século XX. Como se associava o momento social com a falta de grandes responsabilidades, a juventude foi vista, por muito tempo, a partir de valores bastante negativos, relacionados, na maioria dos casos, com a insensatez (aqui entendida como a falta de consciência sobre os impactos das ações individuais), a instabilidade e a volubilidade (MÜLLER, 2005). A Psicologia tentou justificar esse tipo de comportamento como inerente à idade, já que, ao mesmo tempo em que

o jovem adquire e desenvolve novas potencialidades nesse momento etário, também acumula uma série de perdas afetivas, sociais e físicas, tal como o lidar com cobranças e pressões diversas, seja das instituições (como a escola) ou de suas famílias.

Segundo Müller (2005), esse viés, que julga os comportamentos como incompatíveis com os padrões tidos como costumeiros para os adultos, foi bastante trabalhado por escolas teóricas como a de Chicago (que, nos anos 60, passou a estudar determinadas práticas juvenis, como a formação de gangues nas cidades) e a de Birmingham (que se deteve aos estilos juvenis como formas de resistência ao *establishment*, com foco em seu caráter espetacular, militante, inovador e revolucionário). O ponto central é que a juventude foi construída como objeto de estudo a partir de uma óptica que a considera como a fase da vida mais propensa a questionamentos e mudanças na ordem social, o que fazia com que fosse extremamente necessário, portanto, compreendê-la. “Isso fica muito patente quando revisamos os principais trabalhos sobre juventude no contexto das ciências sociais. Os estudos estão repletos de *delinquent boys*” (MÜLLER, 2005, p. 75, grifo da autora).

A socióloga Maria Antonietta Albuquerque de Souza (2005) observa que, se até a década de 70 já era forte a difusão de estudos dentro de uma perspectiva transgressora, contracultural, revolucionária e vanguardista, essa imagem acaba se transformando, ainda mais negativamente, em meados dos anos 80, devido à acentuação do desemprego e às consequências estruturais e familiares dessa crise. “(...) Passa-se do ‘jovem futuro de amanhã’ ao ‘jovem problema de hoje’ (delinquência, marginalidade, coabitação, violência, etc.)” (SOUZA, 2005, p. 95).

Diante do exposto, para compreender a juventude (englobando, portanto, a noção de adolescência), é necessário ter em mente que o conceito não comporta apenas uma definição generalista e homogênea, independentemente dos referenciais. Por ser uma construção social, há que se relativizar e definir bem o que se considera como jovem, tendo em vista a variabilidade das culturas e das dinâmicas socioeconômicas envolvidas. Hoje, por exemplo, esses limites parecem estar ainda mais imprecisos, já que, segundo autores como Anderson Retondar (2007) e Gilles Lipovetsky (2007), vive-se numa sociedade do consumo, que inaugura uma nova experiência do homem com o mundo a sua volta através da aquisição de mercadorias. Pode-se apreender a juventude como um desses produtos. Sentir-se e parecer jovem tem se tornado, cada vez mais, um ideal explorado e buscado por muitos indivíduos, que se dedicam a inserir-se em espaços cada vez mais juvenilizados.

O pensamento dialoga diretamente com os pontos de vista de Margulis e Urresti (2008), que afirmam que se pode julgar a juventude atualmente muito mais como um produto do que como um estado, condição social ou etapa da vida.

A juventude aparece então como valor simbólico associado a características apreciadas – sobretudo pela estética dominante –, o que permite comercializar seus atributos (ou signos exteriores), multiplicando a variedade de mercadorias – bens e serviços – que impactam direta ou indiretamente sobre os discursos sociais que a aludem e a identificam. (MARGULIS, URRESTI, 2008, p. 15)

É nesse sentido que se concorda, neste estudo, com a contestação feita a Bourdieu por Margulis e Urresti (2008), ao assinalarem que a juventude é mais que uma palavra. Não há dúvidas que se trata, sim, de um signo, mas também se refere a um produto, a uma condição de vida, a uma forma de pensar e de agir, que só pode ser bem compreendida, se bem definida e contextualizada.

Posto desse modo, para que o debate se perfaça, é preciso que se abordem também as perspectivas legais sobre a juventude, para, então, definirem-se os espaços de fala adotados na análise.

3.4 Estatuto da Juventude: criando uma definição legal

Talvez um reflexo da indefinição conceitual debatida nos últimos tópicos seja o aparecimento, apenas a partir do século XX, dos primeiros mecanismos jurídicos voltados tanto à criança e ao adolescente quanto à juventude, no Brasil.

No caso da infância e da adolescência, o primeiro deles foi o *Código Mello Mattos* (em homenagem ao primeiro juiz de Menores do Brasil), de 1927²¹, criado para atender, de forma geral, somente os indivíduos com menos de 18 anos abandonados e os chamados delinquentes, com vistas a assisti-los, reeducá-los e reinseri-los à sociedade (ROBERTI JÚNIOR, 2012). Sua vigência seguiu até 1979, através da Lei 6.697, de 10 de outubro de 1979, que instituiu o *Código de Menores*. Este alargou o raio de ação do seu antecessor, tendo por objetivo a assistência, proteção e vigilância daqueles com menos de 18 anos e que se

²¹ Antes do Código Mello Mattos, crianças e adolescentes eram basicamente tratados, do ponto de vista jurídico, como adultos, não tendo direitos específicos. Segundo observa Maurício Maia de Azevedo (2007), por exemplo, no tempo da Família Real, a única proteção para menores de 17 anos era a impossibilidade de condenação à morte. Com o Código Penal de 1830, meninos e meninas a partir de sete anos poderiam ser presos. Com o Código Penal de 1890, pessoas entre nove e 14 anos que cometessem delitos deveriam ser levados a casas de correção, mas estas nunca saíram do papel. Só ao final do século XIX, sobretudo por influência norte-americana, surge o então chamado Direito de Menores, influenciando o Brasil a criar o seu primeiro código – o Mello Mattos.

encontrassem em situação irregular, isto é, abandonados pelos pais ou responsáveis, oriundos de famílias carentes, vítimas de crimes, em desvio de conduta ou quando autores de atos infracionais (BEZERRA, 2006).

Ainda que representasse um avanço para a época, não havia um processo legal de proteção integral, pois a intenção, quando da aplicação das medidas entendidas como cabíveis pelo juiz, era apenas a reintegração dos *menores* (daí a origem da expressão utilizada ainda hoje), com vistas ao controle social e à redução da criminalidade. Assim, lembra o jurista Saulo de Castro Bezerra (2006), “os menores de 18 anos ainda eram vistos, apenas e tão somente, como simples objetos de intervenção do mundo adulto, e não como sujeitos de direitos frente à família, à sociedade e ao Estado” (p. 17).

As visões acerca dos direitos da infância e adolescência só começam a ganhar forma, mais concretamente, com discussões internacionais, a exemplo da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1966, quando fica acordado que “medidas especiais de proteção e de assistência devem ser tomadas em benefício de todas as crianças e adolescentes, sem discriminação alguma derivada de razões de paternidade ou outras” (ONU, 1966).

A concreta afirmação da criança e do adolescente como portadores de direitos, no Brasil, só vem mesmo com a Constituição Federal de 1988. Em seu artigo 227º, enfatiza que

é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem [o termo jovem foi incluído apenas em 2010], com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988)

O *Estatuto da Criança e do Adolescente* (ECA), promulgado em 1990, vem como legislação específica, complementar à Constituição, ratificando todos os direitos da infância e da adolescência, bem como os mecanismos de tratamento que devem ser dispensados aos menores de 18 anos que cometerem atos infracionais, expressão equivalente ao crime, no caso dos adultos. Também está prevista, assim, a responsabilização por ações que firam as leis vigentes no país, ainda que, na prática, o Estatuto sofra com críticas de determinados segmentos sociais, que julgam que essas medidas sejam brandas.

No que toca à juventude, a legislação brasileira é ainda mais recente. Explica Novaes (2007) que as discussões acerca da inclusão econômica, societária e cultural de jovens aparecem, no mundo, nos anos 80, mas só ganham força, no Brasil, na década de 90, quando pesquisadores se debruçaram na identificação de suas vulnerabilidades, potencialidades e demandas. Nesse contexto, tiveram grande importância iniciativas da sociedade civil, de

organizações não-governamentais e da Organização das Nações Unidas (ONU). Esta última, inclusive, já havia definido, em assembleia geral, em 1985, o intervalo entre 15 e 24 anos como o recorte etário da juventude, o qual permanece seguido em muitos países.

Os marcos legais brasileiros começam a aparecer, porém, só em 2003, com a constituição de uma comissão especial de políticas públicas voltadas à juventude. Elas resultaram no desenho de uma política nacional, que começou a se concretizar com a sanção, em 2005, de uma medida provisória em benefício desse segmento social, criando uma secretaria de governo, um conselho nacional para fomentar estudos e propor diretrizes, além do Projovem – programa de inclusão educacional e profissional (NOVAES, 2007).

No entanto, a primeira garantia jurídica dos direitos dos jovens se dá com a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição, em julho de 2010, que fez com que o artigo 227º da Constituição Federal, citado há pouco, acrescentasse o *jovem* como objeto de proteção absoluta do Estado, num texto que já contava com a criança e o adolescente. Essa conquista facilitou uma aprovação de ainda maior impacto e importância: o *Estatuto da Juventude*, em agosto de 2013, através da Lei 12.852.

Mecanismo semelhante ao ECA, abarca e protege as pessoas com idade entre 15 e 29 anos (ampliando em cinco anos a definição da ONU), ao dispor sobre os direitos, os princípios e diretrizes das políticas públicas em seu benefício e proteção. Já em seu artigo 2º, destaca as razões de ser que baseiam o Estatuto, sendo algumas das quais: a promoção da autonomia e emancipação dos jovens, no sentido de inclusão, liberdade e participação social; a promoção da criatividade e da participação no desenvolvimento do país; o reconhecimento do jovem como portador de direitos; a promoção do bem-estar, da experimentação e do seu desenvolvimento integral; o respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva da juventude; e a valorização do diálogo e convívio do jovem com as demais gerações (BRASIL, 2013).

Diante das considerações apresentadas, faz-se necessário, portanto, delimitar o que se busca neste estudo, ao se referir à juventude.

3.5 O recorte “juventude” como opção metodológica

As discussões empreendidas até então, neste capítulo, mostraram que a juventude, do ponto de vista das ciências sociais, engloba a adolescência, permitindo a utilização dos termos como sinônimos. Essa junção, porém, não facilita a percepção do pesquisador, no sentido de que não se trata de um todo homogêneo. Entretanto, desde o subtítulo desta dissertação,

refere-se ao termo juventude. Como, então, compreendeu-se este momento etário, para, assim, investigar como se dá a construção midiática feita pelo *Correio da Paraíba* e pelo *Jornal da Paraíba*?

O referencial, para esse recorte, foi o Estatuto da Juventude brasileiro, sobre o qual se ponderou na seção anterior. Na lei, em seu artigo primeiro, define-se que jovem é aquela pessoa entre 15 e 29 anos (BRASIL, 2013). Mas, vem outra pergunta: não haveria contradição em limitar a juventude ao intervalo etário definido por lei, após se discutir toda a pluralidade semântica e cultural que envolve esse segmento?

A resposta é não. A intenção em se basear pelo Estatuto foi apenas metodológica. Tal como se fez na determinação do crime violento (ver seção 2.1.3), trata-se de uma estratégia para delimitar a análise dos materiais veiculados na imprensa, selecionando as notícias de um universo amplo. Se não houvesse uma demarcação, poderiam ocasionar-se confusão e ambiguidade. Por outro lado, isso não significa ignorar o debate empreendido até então. Pelo contrário, a proposta de analisar a construção midiática nos dois jornais em questão visou a identificar de que forma a imprensa apresenta os jovens vítimas de crimes violentos, tendo como base todo o referencial teórico levantado.

3.6 O jovem frente ao crime: indícios através de estatísticas

É certo que estatísticas, em geral, são dados frios e que, em muitos casos, não refletem a totalidade dos acontecimentos. Para serem compilados, é necessário haver registros e, no caso do crime, existe uma histórica subnotificação, que atinge desde as ocorrências mais corriqueiras, como assaltos, até as mais graves, como os crimes contra a vida (homicídio, tentativa de homicídio, latrocínio, etc.).

Ainda assim, estudos como o Mapa da Violência, publicados desde 1998 pelo sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz, contribuem com um olhar – sem pretensões absolutas – sobre o fenômeno da violência física e suas repercussões na sociedade brasileira. O último deles cujo recorte é a juventude²² foi publicado em 2014. Construído a partir dos dados reunidos no Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde, a pesquisa reúne estatísticas sobre o que o autor define como causas externas (fatores que independem do

²²Reconhecendo a pluralidade do termo e o vazio conceitual para definir o que seria a juventude, o pesquisador considera como jovem, assim como nesta pesquisa, aquele indivíduo no intervalo etário entre 15 e 29 anos, seguindo definição do Estatuto da Juventude, de agosto de 2013.

organismo humano), grande grupo que, na teoria de Waiselfisz (2014), abarca os acidentes e as violências (o homicídio e o suicídio).

Especificamente sobre o homicídio, que se encaixa na categoria *crime violento*, adotada nesta dissertação, o apanhado mostra que esta é uma das principais causas de morte no Brasil. Apenas em 2012 (ano mais atual de referência para o estudo de Waiselfisz), ocorreram 56.337 assassinatos no Brasil, dos quais 30.072 (53,37%) vitimaram jovens. É como se 82 pessoas entre 15 e 29 anos morressem todos os dias. Assim descreve o autor:

Como mostra o diagnóstico, os homicídios são hoje a principal causa de morte de jovens de 15 a 29 anos no Brasil, e atingem especialmente jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos. [...] Por essa razão, os homicídios de jovens representam uma questão nacional de saúde pública, além de grave violação aos direitos humanos, refletindo-se no sofrimento silencioso e insuperável de milhares de mães, pais, irmãos e comunidades. (WASELFISZ, 2014, p. 09)

No caso da Paraíba, o mapa revela crescimento de 174,5% no número de assassinatos de jovens, na comparação entre 2002 e 2012, saltando de 330 ocorrências para 906 – quase o triplo. No cálculo das taxas de homicídios, o salto se torna igualmente visível: o índice de 33,4 mortes para cada 100 mil habitantes também quase triplicou, chegando a 87,1. As taxas mais recentes colocam a unidade da Federação como a 6ª com maior indicador do país.

Analizando apenas a capital paraibana, João Pessoa, a situação aparenta, através dos números absolutos, ser mais grave, já que é nela em que se concentram quase metade dos homicídios contra jovens do Estado: dos 906 no total, 371 (40,9%) foram em solo pessoense. Do ponto de vista das taxas, João Pessoa possuía, na referência a 2012, a segunda maior do país: 177,8. À frente, apenas Maceió (218,1), em Alagoas.

Para se atualizar a discussão, fornecendo ainda elementos comparativos com o Mapa da Violência, solicitou-se à Secretaria de Segurança e Defesa Social da Paraíba (Seds-PB) um apanhado mensal do número de assassinatos ocorridos no Estado, no ano de 2014 (ver Anexo A), levando em consideração a população total e o recorte juventude aqui empregado (15-29 anos). Os indicadores, conforme se veem resumidos na Tabela 1, deixam claro que, semelhante ao que ocorre nacionalmente, os jovens representam metade das vítimas de homicídios no Estado: foram 764 casos, o que corresponde a uma média de 2,1 mortes diárias de pessoas nessa faixa etária.

Tabela 1 – Homicídios registrados na Paraíba, por mês, na população total e no recorte etário 15-29 anos

MÊS	HOMICÍDIOS POPULAÇÃO JOVEM (15-29 ANOS)	HOMICÍDIOS POPULAÇÃO TOTAL
Janeiro	53	125
Fevereiro	44	91
Março	67	130
Abril	62	121
Maiο	59	125
Junho	62	114
Julho	67	119
Agosto	69	111
Setembro	59	121
Outubro	67	140
Novembro	75	156
Dezembro	80	160
TOTAL	764 (50,5%)	1513 (100,0%)

Fonte: Secretaria de Segurança e Defesa Social da Paraíba (Seds-PB)

Nota: Os dados sobre o recorte proposto são inéditos, haja vista que não foram divulgados oficialmente.

Reconhece-se que os dados de 2014 permitem concluir apenas que jovens paraibanos continuam a morrer, ainda que em um ritmo menor que em 2012. Não se pode, todavia, inferir, com certeza, a dinâmica do crime violento e as causas para esses óbitos. Embora este também não seja o objeto de estudo aqui proposto, pode-se afirmar, sem pretensões definidoras, que algumas das explicações relacionadas à constante mortalidade, discutidas por profissionais das ciências sociais, referem-se ao tráfico de drogas e à sedução pelo crime, seja para ascender à capacidade de consumo (KEIL, 2005), seja pela busca de reconhecimento e de poder através do uso da força (OLIVEIRA, 2005), seja por sentimento de prazer e de virilidade, insatisfação com o mercado de trabalho formal ou por necessidade econômica (RIBEIRO DE OLIVEIRA, 2004, 2005).

3.7 Mídia e crime violento: apontamentos teóricos à luz do panóptico de Bentham

Conforme debatido na seção 2.1, viu-se que o crime consiste num desvio de normas sociais formalizadas através de leis, que protegem determinados valores e interesses ditos coletivos. Assim, a construção da norma jurídica visa a conter ações que possam

desestabilizar a sociedade, permitindo apenas aquilo que os grupos dominantes (sob a forma de legisladores) acreditam ser o normal ou aceitável. As sanções previstas para o descumprimento da lei – que variam conforme a intensidade e o tipo de violação – aparecem, desse modo, como uma forma de garantir que o ato ilícito seja contido, bem como de assegurar que um sentimento de impunidade não seja disseminado. É uma questão de disciplina. Entretanto, essa noção de sociedade disciplinar (FOUCAULT, 2013) não está restrita ao Estado e aos seus aparelhos, como a polícia. É aí que entra a questão do panoptismo. O que seria isso? Qual seria sua relação com a mídia?

O panóptico se refere originalmente a um projeto de prisão idealizado pelo jurista Jeremy Bentham, que consiste em um espaço arquitetônico em formato anelar/circular, onde estariam presentes celas, sem comunicação umas com as outras, as quais teriam apenas uma janela para o interior e uma para o exterior, possibilitando a passagem de luz. No centro, existiria uma torre, que teria uma visão completa sobre todas as alcovas e exerceria uma função de vigilância permanente. Quem se encontrasse no isolamento não conseguiria observar a presença ou a ausência de vigias, o que consiste no ponto central do panoptismo.

Daí o efeito mais importante do Panóptico: induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder; fazer com que a vigilância seja permanente em seus efeitos. [...] O poder devia ser visível e inverificável. Visível: sem cessar, o detento terá diante dos olhos a alta silhueta da torre central de onde é espionado. Inverificável: o detento nunca deve saber se está sendo observado; mas deve ter certeza de que sempre pode vê-lo. [...] No anel periférico, se é totalmente visto, sem nunca ver; na torre central, vê-se tudo, sem nunca ser visto (FOUCAULT, 2013, p. 191).

A inovação que seria trazida pelo panóptico, pensado no final do século XVIII, foi a de constituir um programa disciplinar que conciliava os métodos penais aplicados anteriormente, como o isolamento (como se fazia com os chamados, à época, leprosos) e o controle rígido sobre a liberdade dos indivíduos (em situações em que pestes assolavam as cidades e era preciso obedecer a regras de rígidas de conduta). Além disso, diferentemente dos dois demais modelos, viu-se que este era generalizável (por ser reproduzível seja com presos, doentes, operários, entre outros) e não necessitava da individualização dos sujeitos que aplicam as penas, isto é, de uma figura específica para aplicar a punição.

A ideia de panóptico midiático se aproxima, ao se compreender que essa nova dinâmica permitia que o modelo superasse as barreiras de um simples mecanismo de punição localizada (no conjunto arquitetônico circular) e estivesse presente, simbolicamente, nas diversas instituições, como a família, a escola ou o exército. Assim, o próprio público – e não

apenas o Estado – poderia assumir o papel de vigilante, constituindo a referência anteriormente citada de sociedade disciplinar. De fato: quantas vezes não se tem a impressão de ser vigiado, ou se vigiam determinados indivíduos, com base em seu comportamento? Em quantas ocasiões não se acionam as ferramentas do Estado, para denunciar determinadas situações? Todo o tempo.

Diante dessa compreensão, percebe-se que a imprensa desempenha papel semelhante. Em se refletindo bem, os veículos de comunicação, em sua grade jornalística, exibem matérias sobre crimes, sendo os de tipificação violenta um dos que mais têm recorrência. Isso acontece devido ao alto valor-notícia que esse tipo de acontecimento carrega, conforme discussão feita no primeiro capítulo: são eventos que causam impacto, mobilizam grande número de pessoas, chocam, dizem respeito ao cotidiano dos indivíduos, além de causar medo, comoção e curiosidade. Entretanto, a preocupação com os critérios de noticiabilidade não parece ser o único interesse. Está intrínseca, na maioria do noticiário policial, uma condenação do crime violento. Observa-se que a torre panóptica, presente nas prisões pensadas por Bentham, estaria representada, no jornalismo, pelos *flashes* dos fotógrafos, pelas câmeras das televisões, pelos microfones, canetas e gravadores dos repórteres – todos atentos aos passos dados pelas figuras qualificadas como delinquentes.

É interessante observar, portanto, que, para além de mero reflexo discursivo dos acontecimentos sociais, baseado no atendimento ao interesse público ou do público, a mídia atua como mecanismo disciplinador, à medida que, tal qual um olho que tudo vê, lança julgamentos sobre os fatos e acaba legitimando a ação repressora do Estado. Desse modo, a imprensa não só dá conhecimento social aos eventos criminosos, mas mostra a gravidade dos atos desviantes – dentro do que se considera normal em dada sociedade – e tenta impedir a desordem, visando “não à ofensa passada, mas à desordem futura” (FOUCAULT, 2013, p. 89). É a pedagogia midiática, que alerta sobre a onipresença da própria mídia, mas também da lei e da punição, mostrando que o delito não compensa e que os prejuízos das ilegalidades são infinitamente superiores a quaisquer benefícios que o criminoso venha a obter, da mesma forma que explora as vítimas e traça um caminho a ser evitado, para que os próximos personagens não sejam os espectadores/leitores. Daí se entende a grande repercussão que determinados tipos de crimes ganham na imprensa.

Esse é um dos aspectos que esta pesquisa aborda, ao investigar como os jornais *Correio da Paraíba* e *Jornal da Paraíba* constroem as notícias relativas a jovens vítimas de crimes. Pergunta-se: existem traços evidentes desse panoptismo na apresentação dos jovens? Como se verá ao final da análise, a resposta é positiva.

4 MÉTODO

Tão importante quanto a discussão dos temas que baseiam este estudo é a apresentação do universo de análise a ser considerado e o método empregado para obtenção dos resultados. Uma vez que não se pretendeu fazer apenas uma revisão de literatura sobre o recorte escolhido, é necessário que se exponham as etapas postas em prática e que permitiram, assim, chegar ao objetivo proposto: entender de que forma as notícias sobre jovens vítimas de crimes violentos foram construídas nos dois jornais impressos selecionados – o *Correio da Paraíba*²³ e o *Jornal da Paraíba*²⁴ (JP).

Antes de se abordar a Análise de Conteúdo, metodologia adotada, é essencial, em primeiro lugar, destacar e justificar os recortes empreendidos, a começar pelos veículos selecionados. Em uma perspectiva estadual, eles são os únicos que apresentam as mesmas características: são periódicos paraibanos, diários (o JP só não tem edição às segundas-feiras), ainda em circulação (quando da escrita da dissertação), comercializados por assinatura e por venda avulsa, com o mesmo formato (standard²⁵), são oriundos da iniciativa privada e têm uma similaridade nos conteúdos abordados e na linguagem utilizada, pautando uma mesma variedade de temas, como cotidiano local, política, economia e cultura.

Quando da proposta deste trabalho, a Paraíba contava ainda com outros dois impressos: *A União*, *Já* e *Contraponto*. O primeiro não foi considerado, por ser propriedade do Governo do Estado, o que poderia interferir na forma como as notícias relativas a crimes violentos são construídas. O segundo também ficou fora da análise por ser um tabloide que se encaixa na definição de jornal sensacionalista apresentada por Angrimani (1995), isto é, periódicos vendidos avulsos, a valores inferiores aos demais, com um limitado leque de temas, tendo em vista que o foco está na exploração de assuntos relativos a crimes, ao futebol, ao sexo e às curiosidades, com informalidade na linguagem e na abordagem dos conteúdos. O terceiro, ainda que mais próximo do *Correio* e do JP, somente tem circulação semanal.

²³O *Correio da Paraíba* foi fundado em 5 de agosto de 1953 pelo empresário Teotônio Neto. Faz parte do Sistema Correio de Comunicação, que possui duas emissoras de televisão – a *TV Correio* (canal aberto afiliado à Rede Record) e a *RCTV* (canal por assinatura) –, várias rádios, um portal de notícias online (*Portal Correio*) e o *Já*, tabloide impresso vendido a R\$ 0,75.

²⁴O *Jornal da Paraíba* faz parte do Sistema Paraíba de Comunicação, composto por um canal de televisão aberto – *TV Cabo Branco*, afiliada à Rede Globo de Televisão –, um portal de notícias online (*G1 Paraíba*) e várias rádios. É um pouco mais recente que o *Correio*, tendo sido fundado em 5 de setembro de 1971.

²⁵Conforme descreve Marvin (2015), o modelo standard é o mais comumente utilizado pelos jornais de todo o Brasil. Nesse formato, o espaço gráfico ocupado na página mede 52,5 por 29,7 centímetros, enquanto a área total de papel, depois da impressão, chega a 56 por 32 centímetros. Constituem-se, assim, páginas grandes, onde os textos e imagens podem ser aproveitados tanto na vertical quanto na horizontal. Os tabloides têm metade da área do standard.

Um segundo recorte se faz mister ressaltar: a análise do *Correio da Paraíba* e do *Jornal da Paraíba* se deu nos cadernos de *Cidades* e *Últimas* (coincidentemente, são os mesmos nomes nos dois veículos). Ambas as seções são as únicas fixas – isto é, estão presentes em todas as edições, com apenas uma exceção²⁶ – que englobam as notícias sobre crimes violentos.

Além de abarcar o noticiário policial, o caderno de *Cidades* trata de temas do cotidiano local, como conflitos urbanos (protestos, greves, etc.) e o acesso a serviços básicos, como saúde e educação (escolas sem infraestrutura, dificuldades no atendimento em hospitais, iniciativas positivas de inclusão, etc.). Conta ainda com páginas que, a depender do dia, são completamente vendidas a órgãos como o Ministério Público e a Ordem dos Advogados do Brasil, bem como a colunistas sociais, mas também parcialmente cedidas a colunas sobre assuntos variados. Entretanto, essas seções, que não são de autoria do jornal – sendo inclusive assinalada essa produção externa no topo das páginas/dos textos –, não foram consideradas para esta pesquisa.

Já *Últimas*, tal como sugere o nome, dedica-se a receber as últimas notícias do dia (independentemente do assunto), por ser diagramada por último, bem como o que não coube nas demais seções, por falta de espaço, como as sobras de *Cidades*. Assim explica a editoria²⁷ do *Correio da Paraíba*:

Cidades é, sim, o caderno que traz as notícias relacionadas à segurança. O Jornal Correio não tem o perfil de jornal policial, mas tenta refletir a preocupação da sociedade em relação à segurança. [...] Últimas tem relação com todos os cadernos. Na verdade, não tem servido realmente para o que se propõe, que seria trazer as últimas notícias daquele dia. Por indisponibilidade de tempo e de espaço, a página de últimas tem servido muito mais para abarcar o que não foi possível tratar nos outros cadernos. [...] Cidades é o caderno apropriado para o tema violência. [...] Por ser um espaço limitado, é preciso fazer a seleção dos fatos violentos que tiveram mais repercussão. (Trecho de entrevista realizada em 08 abr 2015, através de uma rede social)

Justifica-se, assim, a escolha dos cadernos de *Cidades* e *Últimas* para a análise do noticiário sobre crimes violentos vitimando jovens. As notícias foram as ferramentas de análise, aqui entendidas segundo definição de João Carlos Correia (2011), trabalhada na abertura do primeiro capítulo, para quem notícia é tudo o que o jornal publica. Apesar disso, os gêneros jornalísticos predominantes foram observados, no sentido de identificar possíveis

²⁶ A exceção é o domingo, no *Jornal da Paraíba*, em que *Últimas* não aparece.

²⁷ Optou-se por não citar o nome do(a) profissional entrevistado(a), por não se considerar que esta seja um informação essencial ou necessária para a compreensão das dinâmicas do veículo. A íntegra da entrevista se encontra no Apêndice C.

relações com os valores-notícia atribuídos às matérias analisadas. Sempre que necessário, a menção a esses formatos foi especificada.

No que tange ao período analisado, decidiu-se analisar o ano de 2014, tendo em vista que, no momento de produção desta dissertação, 2015 ainda não havia chegado sequer à metade. Esse recorte temporal, então, garante consistência à pesquisa. No entanto, tendo em vista a grande quantidade de edições veiculadas no ano em questão, sendo aproximadamente 360 no *Correio da Paraíba* e 320 no *Jornal da Paraíba* (porque o periódico não circula às segundas-feiras), considerou-se necessário ter em mãos uma amostragem, descrita por Martin W. Bauer (2002) como “um racional para estudar um pequeno número de textos e, assim mesmo, poder tirar conclusões sobre a coleção completa dos textos” (BAUER, 2002, p. 196).

Para se concretizar esse intento, o autor propõe a adoção de uma semana artificial, isto é, a seleção aleatória de determinados dias da semana, por um longo período, mas que garantem, apesar disso, representatividade analítica. A esse respeito, Heloiza Golbspan Herscovitz (2007) aprofunda da seguinte forma:

Bauer (2000) sugere uma técnica amplamente utilizada e que leva em consideração a capacidade do investigador de lidar com o tamanho da amostra: a semana artificial, que pode ser estendida para uma quinzena ou mês artificial. A amostra construída é considerada confiável, porque seleciona cada dia da semana de uma semana distinta (a primeira segunda-feira de um mês, a segunda terça-feira do mês, a terceira quarta-feira do mês e assim sucessivamente); no caso do mês artificial, cada dia ou semana pode ser recolhido de um mês distinto ao longo de um ano. Para que serve esta estratégia? Para obter-se uma amostra variada, com distribuição equitativa e contendo o mínimo possível de distorções. (HERSCOVITZ, 2007, p. 131)

Seguindo a mesma lógica, chegou-se ao *ano artificial*, optando pelo seguinte recorte temporal para ambos os jornais: a primeira semana do primeiro mês, a segunda semana do segundo mês, a terceira semana do terceiro mês, a quarta semana do quarto mês, a primeira semana do quinto mês, a segunda semana do sexto mês, a terceira semana do sétimo mês, a quarta semana do oitavo mês, a primeira semana do nono mês, a segunda semana do décimo mês, a terceira semana do décimo primeiro mês e a quarta semana do décimo segundo mês. Tendo em vista que todos os dias de cada semana foram escolhidos, não há perdas nem o risco de haver vícios metodológicos/falta de representatividade/deformações (caso, por exemplo, apenas um mês fosse selecionado para toda a pesquisa), já que todos os 12 meses são contemplados.

Por outro lado, questionou-se: como definir uma semana? Embora o domingo seja considerado o primeiro dia, há meses que se iniciam, por exemplo, em um sábado ou em uma quarta-feira. Avaliou-se, portanto, que seria mais profícuo entender o espaço semanal como o

período de sete dias. Assim, a primeira semana se referiu sempre ao intervalo iniciado no dia 1º e finalizado no dia 7; a segunda semana, ao espaço entre os dias 8 e 14; a terceira, de 15 a 21; a quarta, dos dias 22 a 28. Sabendo, por fim, que, com exceção de fevereiro, todos os meses possuem 30 ou 31 dias, optou-se por tornar a quarta semana a mais longa, incluindo os dias 29, 30 e 31 (quando houvesse), na lógica de contemplar todos os dias do mês.

O quadro a seguir simplifica os recortes empreendidos.

Quadro 2 – Os recortes empreendidos para a pesquisa

RECORTES	CONSIDERAÇÕES
Jornais	<i>Correio da Paraíba</i> <i>Jornal da Paraíba</i>
Cadernos	<i>Cidades</i> <i>Últimas</i>
Ano de referência	2014
Recorte temporal	Amostragem – ano artificial: 1ª semana do primeiro mês: 01 a 07/01/2014 2ª semana do segundo mês: 08 a 14/02/2014 3ª semana do terceiro mês: 15 a 21/03/2014 4ª semana do quarto mês: 22 a 30/04/2014 1ª semana do quinto mês: 01 a 07/05/2014 2ª semana do sexto mês: 08 a 14/06/2014 3ª semana do sétimo mês: 15 a 21/07/2014 4ª semana do oitavo mês: 22 a 31/08/2014 1ª semana do nono mês: 01 a 07/09/2014 2ª semana do décimo mês: 08 a 14/10/2014 3ª semana do décimo primeiro mês: 15 a 21/11/2014 4ª semana do décimo segundo mês: 22 a 31/12/2014

Fonte: Elaboração própria

Depois de justificar os recortes metodológicos, chega-se, por fim, à descrição específica do *corpus* da pesquisa. Trata-se das 171 edições veiculadas em 2014, nos cadernos de *Cidades* e *Últimas* do *Correio da Paraíba* e do *Jornal da Paraíba*, sendo 92 edições do *Correio* e 79 do *JP*, tendo em vista que este último não é veiculado às segundas-feiras.

Como, então, analisar esse material? Para tanto, como adiantado anteriormente, adotou-se a Análise de Conteúdo (AC) como método de pesquisa, conforme se detalhará no tópico a seguir.

4.1 Entendendo a Análise de Conteúdo

A escolha pela Análise de Conteúdo (AC) se justifica pelo fato de que esse método é capaz de evidenciar, com auxílio da perspectiva estatística, as tendências e padrões de apresentação das notícias.

A AC encara os textos jornalísticos como dados passíveis de interpretação, a partir dos quais são construídas categorias e unidades de análise que correspondem a determinadas características a serem investigadas. No caso desta pesquisa, por exemplo, um dos objetivos específicos foi entender se o noticiário sobre crimes violentos vitimando jovens varia de acordo com a presença de informações pessoais ou socioeconômicas da vítima, relacionando esses vieses a outros, como o destaque recebido pela matéria, o tamanho, a veiculação de fotografias, entre outros.

Nesse sentido, quando confrontados com cada matéria analisada, esses informes acabam se traduzindo em indicadores numéricos, como frequências e porcentagens, e fornecem subsídios gerais para discussões e inferências qualitativas posteriores. Unem-se, assim, os aspectos quantitativo e qualitativo.

Por esse olhar, a pesquisadora Heloiza Herscovitz (2007) destaca que, mesmo diante de um grande volume de dados, a AC reduz a complexidade do *corpus* a resultados os mais diretos possíveis, a partir das unidades de análise (o que se busca perguntar ao objeto) construídas e descritas pelo pesquisador, de modo que essa explicitação permita que o estudo seja replicável e verificável. É bastante útil, portanto, na comparação entre produtos midiáticos, como se fez com o *Correio* e com o *Jornal da Paraíba*.

[A AC] serve também para descrever e classificar produtos, gêneros e formatos jornalísticos, para avaliar características da produção de indivíduos, grupos e organizações, para identificar elementos típicos, exemplos representativos, discrepâncias e para comparar o conteúdo jornalístico de diferentes mídias em diferentes culturas. (HERSCOVITZ, 2007, p. 123)

Bauer (2002) exemplifica algumas conclusões a que Análises de Conteúdo podem chegar. Explica o autor que, se a repetição de palavras, expressões ou temas pode passar despercebida no olhar do leitor comum, o trabalho do pesquisador consegue identificá-las como indícios que se referem a prováveis intenções ou identificações do objeto analisado, como atingir determinado público ou enfatizar certos pontos de vista. “Tais conjecturas podem inferir os valores, atitudes, estereótipos, símbolos e cosmovisões de um texto sobre o qual pouco se sabe” (BAUER, 2002, p. 193). Da mesma forma, no jornalismo, a atenção voltada a

certos assuntos ou a escolha de determinadas abordagens também pode refletir o tipo de interesse – ou valor-notícia – dado aos temas.

Uma boa definição do que vem a ser a Análise de Conteúdo é trazida por Herscovitz (2007).

Método de pesquisa que recolhe e analisa textos, sons, símbolos e imagens impressas, gravadas ou veiculadas em forma eletrônica ou digital encontrados na mídia, a partir de uma amostra aleatória ou não dos objetos estudados, com o objetivo de fazer inferências sobre seus conteúdos e formatos, enquadrando-os em categorias previamente testadas, mutuamente exclusivas e passíveis de replicação. A identificação sistemática de tendências e representações obtém melhores resultados quando emprega, ao mesmo tempo, a análise quantitativa (contagem de frequências do conteúdo manifesto) e a análise qualitativa (avaliação do conteúdo latente a partir do sentido geral dos textos, do contexto onde aparece, dos meios que o veiculam e/ou dos públicos aos quais se destina). (HERSCOVITZ, 2007, p. 126-127)

A definição da autora reúne uma série de visões acerca do método, que já vem sendo aplicado há bastante tempo. Embora remeta oficialmente ao início do século XX, a história da Análise de Conteúdo tem suas raízes no século XVII. Conforme observa a pesquisadora francesa Laurence Bardin (2009), há registros, nesse período, de casos isolados que parecem ter sido ACs prematuras. Em 1640, por exemplo, a investigação acerca de 90 hinos religiosos, na Suécia, debruçou-se sobre variáveis como temas, valores, modalidades de aparição (favorável ou não) e complexidade estilística. De igual forma, lembra Bardin, entre 1888 e 1892, o francês B. Bourbon trabalhou o livro bíblico Êxodo e, entre 1908 e 1918, estudou-se sociologicamente a integração de emigrantes polacos na Europa e na América.

Somente nos primeiros 40 anos do século XX, porém, a Análise de Conteúdo se desenvolveu, nos Estados Unidos. A disseminação do método se deu a partir da Escola de Jornalismo de Columbia, investigando temas como grau de sensacionalismo das publicações jornalísticas. Com a Primeira Guerra Mundial, o estudo da propaganda passou a ser uma das temáticas centrais nas pesquisas com AC, o que veio a se intensificar com a eclosão da Segunda Grande Guerra. A figura de Harold Lasswell – um dos fundadores dos estudos midiáticos nos Estados Unidos – aparece associada à origem da AC aplicada à comunicação. Segundo lembra Herscovitz (2007), Lasswell a via como um método capaz de descrever, com precisão, o que era dito sobre um determinado tema, em um dado espaço.

Dada a influência positivista e o alcance do behaviorismo²⁸ nas ciências psicológicas àquela altura, a Análise de Conteúdo, em seus primeiros momentos, esteve muito ligada à

²⁸Conforme descreve Bardin (2009), o behaviorismo “rejeita a introspecção intuitiva em benefício da psicologia comportamental objetiva. Trata-se de descrever o comportamento enquanto resposta a um estímulo, com um máximo de rigor e cientificidade” (p. 17).

ideia de cientificidade, rigor e comprovação dos dados apresentados. Na prática, isso se fez muito visível com a aplicação do método nas ciências políticas. Segundo observa Bardin (2009), nos anos de 1940, 25% dos estudos empíricos que utilizavam a AC, nos Estados Unidos, pertenciam a essa área. A preocupação era, sobretudo, de identificar, com uma garantia que se prometia científica, jornais e demais periódicos suspeitos de propaganda subversiva/nazista.

Oscilando momentos de confiança e descrédito, por sua preocupação estatística, o método ganhou novos contornos com o interesse de pesquisadores de áreas variadas, durante as décadas posteriores. Não mais a simples descrição de resultados passou a ser o objetivo da AC, pois a inferência qualitativa ganhou espaço. Um aliado nessa expansão foi a tecnologia, já que a invenção e popularização de computadores, ao final na década de 60, permitiu a contabilidade de dados antes inimagináveis, se feitos manualmente.

O fato é que, conforme destaca Herscovitz (2007), o enfoque quali/quantitativo segue garantindo à AC o contínuo interesse de pesquisadores ao longo dos anos, por trabalhar com os conteúdos manifestos (visíveis através das porcentagens) e os latentes (ocultos ou subentendidos). Viabiliza-se, portanto, que “se compreenda não somente o significado aparente de um texto, mas também o significado implícito, o contexto onde ele ocorre, o meio de comunicação que o produz e o público ao qual ele é dirigido” (HERSCOVITZ, 2007, p. 126).

Foi essa a intenção abraçada por este trabalho. Os dados estatísticos obtidos a partir dos estudos do *Correio da Paraíba* e do *Jornal da Paraíba* foram apenas o primeiro passo da investigação. À identificação das tendências de apresentação das notícias sobre jovens vítimas de crimes violentos, seguiu-se uma segunda fase, em que se discutem as significações dos fenômenos postos em destaque pela verificação de frequências, nos dois periódicos.

4.2 Os passos da AC

Uma das tendências mais recorrentes na Análise de Conteúdo é aquela proposta pela pesquisadora francesa Laurence Bardin (2009). Ela divide as fases da AC em torno de três polos cronológicos: a pré-análise; a exploração do material; o tratamento/a descrição dos resultados/inferências.

A pré-análise consiste no conjunto de procedimentos que antecedem o estudo em si. Trata-se exatamente da escolha do objeto de estudo, da delimitação espaço-temporal, da construção do arcabouço teórico que baseia o trabalho – como feito até então – e da reunião

dos materiais. No caso desta pesquisa, conseguiram-se as edições do *Correio da Paraíba* e do *Jornal da Paraíba* em sua versão online, disponibilizada, em formato PDF, no site de cada periódico²⁹. Ressalta-se que, embora ambos garantam que se trata de uma reprodução exata do que é comercializado fisicamente/entregue aos assinantes, pode haver algum tipo de variações. A mais evidente parece se referir ao fato de que, nos dois veículos, o que se publica na Internet é o que circula em João Pessoa, Capital paraibana. Os jornais direcionados às cidades do interior, portanto, podem apresentar capas ou páginas distintas.

Já a exploração do material é o momento em que o pesquisador, após definir seus objetivos e ter consigo a amostra selecionada, põe em prática a análise. “Esta fase, longa e fastidiosa, consiste essencialmente em operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas” (BARDIN, 2009, p. 127), sendo a *codificação* a palavra-chave que engloba as demais nesse processo.

Bardin (2009) afirma que “a codificação corresponde a uma transformação – efetuada segundo regras precisas – dos dados em bruto do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo ou da sua expressão” (p. 129). Em termos práticos, consiste na elaboração de uma ficha de análise que contempla diversas questões, a serem aplicadas no *corpus*. Cada uma dessas perguntas foi aqui chamada de unidade de registro ou de análise, com base na referência de Bardin (2009). Com a aplicação desses questionamentos a todas as matérias do universo de pesquisa, reúnem-se, ao final, aqueles com assuntos semelhantes e constroem-se grandes categorias temáticas, que subsidiam as inferências/interpretações posteriores, momento em que se interpretam os resultados e se dá um posicionamento conclusivo sobre o que foi estudado.

Para que o percurso que antecede a análise fique claro, abordam-se as unidades trabalhadas neste trabalho no tópico subsequente.

4.3 Unidades de análise

Conforme discutido anteriormente, as unidades de análise ou de registro, em termos práticos, fazem parte da fase de exploração do material/codificação e constituem cada um dos questionamentos a serem feitos ao objeto, a fim de transformar os dados brutos em elementos inteligíveis ao pesquisador.

²⁹As versões em PDF se encontram nos sites www.correiodaparaiba.com.br (*Correio da Paraíba*) e <http://acervo.jornaldaparaiba.com.br/> (*Jornal da Paraíba*). Para acessar, no entanto, é preciso ter uma assinatura válida.

Para a realização deste estudo, elaborou-se uma ficha analítica contendo 42 questões, conforme se vê a seguir, contemplando os temas pertinentes e essenciais ao trabalho. Nela, além da identificação das notícias, consideram-se o conteúdo, o formato em que são apresentadas, as fontes ouvidas e a abordagem jornalística, contemplando, portanto, todo o universo necessário, para que se alcance o objetivo proposto nesta dissertação.

Quadro 3 – Ficha de análise

(continua)

UNIDADES DE ANÁLISE		
IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA	1) Jornal	(01) <i>Correio da Paraíba</i> (02) <i>Jornal da Paraíba</i>
	2) Data	____/____/____
	3) Mês	(01) Janeiro (02) Fevereiro (03) Março (04) Abril (05) Maio (06) Junho (07) Julho (08) Agosto (09) Setembro (10) Outubro (11) Novembro (12) Dezembro
	4) Dia da semana	(01) Domingo (02) Segunda (03) Terça (04) Quarta (05) Quinta (06) Sexta (07) Sábado
	5) Número da matéria	
	6) Título da matéria	
CONTEÚDO DA MATÉRIA	7) Razão de ser da matéria	(01) O(s) crime(s)/o(s) acontecimento(s) em si (02) Matéria de repercussão: refere-se a um crime já acontecido, mas retoma algum aspecto novo (03) Iniciativa do jornalista/do jornal (não motivada por crime recente) (04) Outro (sugestão do leitor, colaborador, população, denúncia externa ao jornal, etc.)

Quadro 3 – Ficha de análise

(continuação)

	8) Apresentação do(s) crime(s) violento(s)	(01) O(s) crime(s) violento(s) vitimando o(s) jovem(ns) é(são) a matéria principal (02) O(s) crime(s) violento(s) vitimando o(s) jovem(ns) é(são) uma matéria coordenada/vinculada a outra, sobre assunto/caso diferente (03) Matéria de repercussão: o crime é citado como suíte (lembração/retomada do caso), após apresentação de situações novas referentes à mesma ocorrência (04) O(s) crime(s) é(são) citado(s) apenas como exemplo(s) ilustrativo(s) de caso(s) anterior(es) na abordagem de um tema maior (05) O(s) crime(s) é(são) apresentado(s) dentro de um balanço policial de ocorrências (a partir de dois casos diferentes) (06) Não há referência específica a um ou mais crimes; abordam-se genericamente crimes violentos com vítimas jovens
	9) Repercussão posterior (no <i>corpus</i> da pesquisa)	(01) Sim (02) Não (03) Matéria já é de repercussão
	10) Quantidade de vítimas jovens	(01) Um indivíduo (02) Dois indivíduos (03) Três indivíduos (04) Quatro indivíduos (05) Cinco ou mais (06) Matéria de repercussão
	11) Sexo/gênero da(s) vítima(s)	(01) Masculino (02) Feminino (03) Vítimas de ambos os sexos (em caso de mais de uma vítima e havendo diferença de gênero) (04) Matéria de repercussão, com vítima do sexo masculino (05) Matéria de repercussão, com vítima do sexo feminino (06) Matéria de repercussão, com vítimas de ambos os sexos
	12) Idade é apresentada?	(01) Sim (02) Não. A idade não é apresentada (03) Mais de uma vítima, tendo pelo menos uma a idade mencionada (04) Matéria de repercussão
	13) Menção à juventude/etapa da vida (em quaisquer das vítimas, havendo mais de uma)	(01) Sim (02) Não
	14) Referência à cor/raça (em quaisquer das vítimas, havendo mais de uma)	(01) Sim (02) Não

Quadro 3 – Ficha de análise

(continuação)

	15) Tipo de crime sofrido	(01) Homicídio (02) Tentativa de homicídio (03) Roubo seguido de morte (04) Lesão corporal (05) Sequestro (06) Cárcere privado (07) Tortura (08) Maus-tratos (09) Grave ameaça (10) Mais de um crime, em caso de mais de uma vítima e envolvendo crimes distintos (11) Matéria de repercussão (12) Abuso/exploração sexual
	16) Menção aos vocábulos “violência” ou “crime”	(01) Crime (02) Violência (03) Ambos (04) Nenhum
	17) Descreve o local do crime?	(01) Sim (02) Não, apenas cita (03) Nem descreve, nem cita (04) Matéria de repercussão (05) Descreve em um(ns) crime(s), ignora em outro(s)
	18) Local do(s) crime(s)	(01) Descrito(s) como periférico/vulnerável à criminalidade (02) Descrito(s) como nobre(s) (03) Um(ns) é(são) descrito(s) como periférico(s), outro(s) não recebe(m) descrição (04) Um(ns) é(são) descrito(s) como nobre(s), outro(s) não recebe(m) descrição (05) Não há informações suficientes (06) Matéria de repercussão (07) Não faz referência a um local específico
	19) Motivação do crime:	(01) Tráfico de drogas e suas implicações (02) Dívida não relacionada à droga (03) Vingança não relacionada à droga (04) Acerto de contas não relacionado à droga (05) Briga não relacionada à droga (06) Bala perdida (07) Roubo seguido de violência física diversa (08) Crime passional (09) Mais de uma motivação (em caso de mais de uma vítima e havendo causas distintas) (10) Matéria não identifica motivação (11) Matéria cogita possibilidades, sem haver certeza (12) Outra (13) Matéria de repercussão

Quadro 3 – Ficha de análise

(continuação)

FORMATO DA MATÉRIA	20) Menção a envolvimento ilegais/ilícitos da vítima (de quaisquer das vítimas, em caso de mais de uma)	(01) Sim (02) Uma(s) vítima(s) sim, outra(s) não menciona (03) Matéria diz que vítima não tem envolvimento ilícitos (04) Matéria não menciona
	21) Referência à ocupação da vítima (emprego, atividade, formação, etc.)	(01) Sim (02) Uma(s) vítima(s) tem(têm) ocupação citada, outra(s) não (03) Vítima(s) desempregada(s)/não tem(têm) ocupação (04) Não há referência
	22) Tipo de matéria	(01) Factual (02) Especial
	23) Gênero jornalístico	(01) Nota (02) Notícia (03) Reportagem (04) Entrevista (05) Outro
	24) Matéria é a manchete?	(01) Sim (02) Não
	25) Há chamada na capa?	(01) Sim (02) Não
	26) Há fotografia na capa?	(01) Sim (02) Não
	27) Destaque da foto de capa	(01) Menos de ¼ de página (02) Entre ¼ e ½ de página (03) Entre ½ e ¾ de página (04) Entre ¾ e página inteira (05) Não há foto de capa
	28) Caderno	(01) Cidades (02) Últimas
	29) Matéria abre o caderno?	(01) Sim (02) Não
	30) Matéria abre página?	(01) Sim (02) Não
	31) No total, há quantas matérias na página em que a notícia se encontra?	(01) Uma (02) Duas (03) Três (04) Quatro (05) Cinco (06) Seis (07) Sete (08) Oito (09) Nove (10) Dez (11) Onze

Quadro 3 – Ficha de análise

(continuação)

	32) Tamanho da matéria	(01) Menos de ¼ de página (02) Entre ¼ e ½ de página (03) Entre ½ e ¾ de página (04) Entre ¾ e uma página inteira (05) Até 1 página e ½ (06) Mais de 1 página e ½ (07) 2 páginas (08) Mais de 2 páginas
	33) Há fotografia interna?	(01) Uma (02) Duas (03) Três (04) Quatro (05) Cinco (06) Nenhuma
	34) Espaço ocupado pela fotografia principal interna	(01) Menos de ¼ de página (02) Entre ¼ e ½ página (03) Entre ½ e ¾ de página (04) Entre ¾ e uma página inteira (05) Não há fotografia interna
	35) Quem/o que é retratado na fotografia?	(01) Jovem (02) Cenário do crime (03) Polícia (04) Outro (05) Não há fotografia interna
FONTES OUVIDAS	36) Há testemunhas?	(01) Sim (02) Não (03) Matéria de repercussão
	37) Presença de fontes familiares/afetivas	(01) Uma (02) Duas (03) Três (04) Quatro (05) Cinco ou mais (06) Nenhuma
	38) Presença de fontes oficiais	(01) Uma (02) Duas (03) Três (04) Quatro (05) Cinco ou mais (06) Nenhuma
	39) Predominância de quais fontes?	(01) Familiares/afetivas (02) Oficiais (03) Testemunhas sem relação afetiva/familiar com a vítima (04) O peso das fontes é semelhante (05) A única voz é a do jornalista

Quadro 3 – Ficha de análise

(conclusão)		
ABORDAGEM JORNALÍSTICA	40) Fontes oficiais mais mencionadas	(01) Polícia Militar (soldados, comandantes, etc.) (02) Polícia Civil (delegado, escrivão, etc.) (03) Ministério Público (promotor, procurador, etc.) (04) Executivo estadual (secretário, governador, diretor, etc.) (05) Executivo municipal (prefeito, secretário, diretor, etc.) (06) Fonte não nomeada (a referência é sempre genérica, sem atribuir a fala a um determinado indivíduo, a exemplo da “polícia”, “Secretaria”, etc.) (07) Não há fontes oficiais (08) Outra (09) O peso das fontes citadas é semelhante, sem preponderância de uma específica
	41) Caráter da matéria:	(01) Informativo (a notícia consiste apenas no relato do acontecimento) (02) Emocional (são trazidos os impactos emocionais na família da vítima, de modo a apelar para as emoções do leitor) (03) Problematicante (além de informar e possivelmente ouvir fontes familiares, o jornalista aprofunda a discussão, com dados aprofundados e especialistas, alertando para causas, consequências, impactos futuros, etc.)
	42) Enquadramento temático priorizado na matéria	(01) Crime/segurança pública (02) Direitos humanos (03) Políticas sociais (04) Pobreza e exclusão (05) Sofrimento e negatividade (06) Não foi possível identificar

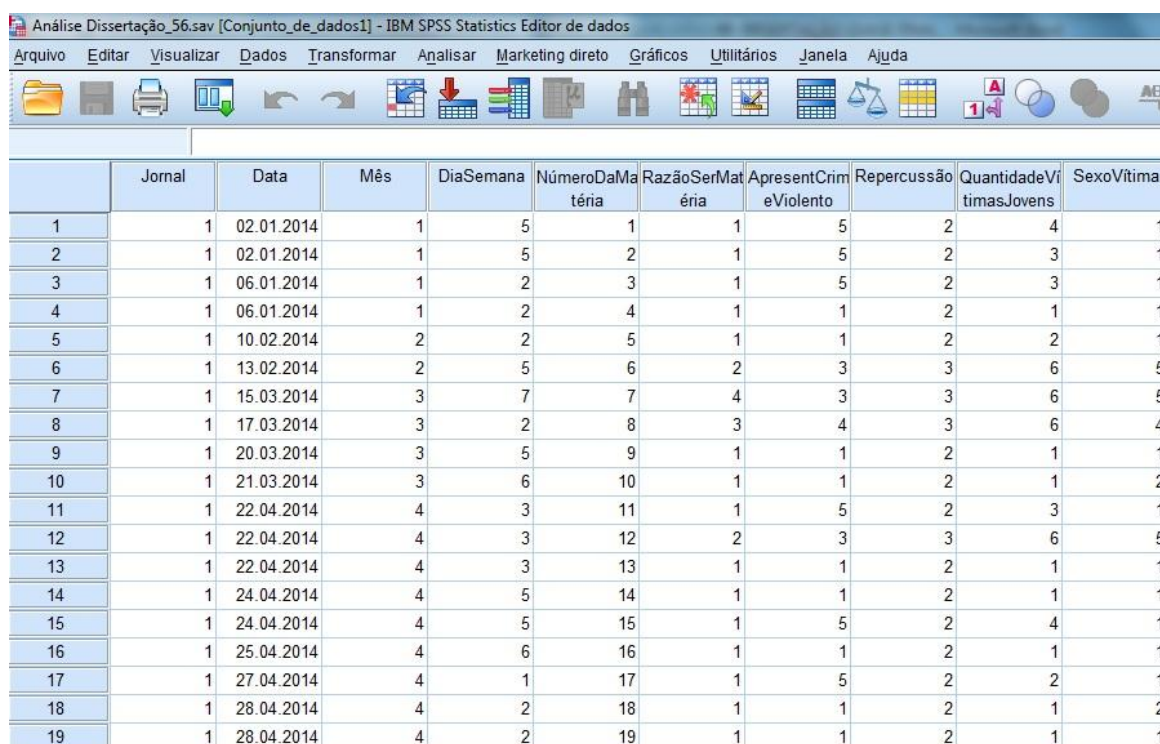
Fonte: Elaboração própria

O processo para se chegar até a ficha de análise não se deu de forma definitiva, em um único momento. Iniciou-se com questionamentos pessoais sobre o que se buscava saber de cada matéria a ser analisada e, conseqüentemente, de todo o *corpus*. Conforme se imergia na pré-análise e se tinha contato com as notícias sobre crimes violentos vitimando jovens, viam-se perguntas que precisavam ser respondidas. Aos poucos, organizou-se uma lista com os assuntos a serem tratados, os quais, em seguida, foram sendo agrupados em grandes categorias, por aproximação temática (identificação, conteúdo, formato, fontes ouvidas e abordagem).

Obtendo-se um protótipo do que seria posto em prática no universo analítico, pôs-se a testar as unidades de registro e as variáveis, antes de ser iniciada a investigação propriamente dita. Um dos mecanismos de verificação da pertinência e completude da ficha foi a elaboração de um artigo, com temática similar, apresentado em um simpósio³⁰. Conforme se aplicavam os questionamentos no *corpus* desse trabalho paralelo, viam-se novas falhas e inconsistências, que foram sendo ajustadas/aprimoradas/retificadas, até que se perfez a versão final da ficha, aplicada nesta dissertação. Ela difere bastante daquela pensada preliminarmente.

No tocante à realização da análise e à contabilização dos dados, utilizou-se o programa de computador IBM SPSS, bastante empregado na pesquisa estatística das ciências sociais. Basicamente, as unidades de análise – como idade, tipo de crime, motivação, entre outros – foram inseridas na plataforma do software, bem como as possíveis alternativas para cada uma, passando cada resposta a ter um número correspondente. Ao final, o SPSS fez o apanhado de todos os itens preenchidos e produziu um relatório de frequências, com tabelas para cada unidade, possibilitando ainda que fosse feito, sempre que necessário, um cruzamento das informações/variáveis. A figura a seguir ilustra a tela principal do programa.

Figura 1 – Tela principal do programa IBM SPSS



	Jornal	Data	Mês	DiaSemana	NúmeroDaMatéria	RazãoSerMatéria	ApresentCrimeViolento	Repercussão	QuantidadeVítimasJovens	SexoVítima
1	1	02.01.2014	1	5	1	1	5	2	4	1
2	1	02.01.2014	1	5	2	1	5	2	3	1
3	1	06.01.2014	1	2	3	1	5	2	3	1
4	1	06.01.2014	1	2	4	1	1	2	1	1
5	1	10.02.2014	2	2	5	1	1	2	2	1
6	1	13.02.2014	2	5	6	2	3	3	6	5
7	1	15.03.2014	3	7	7	4	3	3	6	5
8	1	17.03.2014	3	2	8	3	4	3	6	4
9	1	20.03.2014	3	5	9	1	1	2	1	1
10	1	21.03.2014	3	6	10	1	1	2	1	2
11	1	22.04.2014	4	3	11	1	5	2	3	1
12	1	22.04.2014	4	3	12	2	3	3	6	5
13	1	22.04.2014	4	3	13	1	1	2	1	1
14	1	24.04.2014	4	5	14	1	1	2	1	1
15	1	24.04.2014	4	5	15	1	5	2	4	1
16	1	25.04.2014	4	6	16	1	1	2	1	1
17	1	27.04.2014	4	1	17	1	5	2	2	1
18	1	28.04.2014	4	2	18	1	1	2	1	2
19	1	28.04.2014	4	2	19	1	1	2	1	1

Fonte: Captura de tela do IBM SPSS em execução no Windows 7

³⁰ AGUIAR, Tássio José Ponce de Leon. **Jornalismo impresso e a burocratização da informação**: uma análise da construção midiática de crimes violentos, letais e intencionais no jornal Correio da Paraíba. 2015. Trabalho apresentado no I Simpósio de Pesquisa Sobre a Mídia Paraibana, João Pessoa, 2015.

No sentido de esclarecer as significações das unidades de análise, eliminando quaisquer possíveis dúvidas quanto à sua função, detalhar-se-á cada uma delas no subtópico seguinte.

4.3.1 Descrição detalhada das unidades de análise

Conforme se adiantou anteriormente, as unidades de análise foram divididas em cinco grandes grupos: *identificação da matéria*, em que se encaixam os dados relativos à notícia, à edição e ao jornal de que fazem parte; o *conteúdo da matéria*, em que pesam as informações descritas pelo veículo de comunicação sobre o jovem e sobre o acontecimento; o *formato da matéria*, que diz respeito a como a notícia foi apresentada no periódico em questão, considerando fatores como a presença ou ausência de chamadas de capa, manchete, fotografias, tamanho, etc.; *fontes ouvidas*, no que tange à quantidade, à predominância e à identidade das vozes trazidas; e *abordagem jornalística*, em que se avalia qual o sentido daquela construção midiática – se apenas informativa, se problematizante ou meramente emocional –, bem como o enquadramento temático dado ao todo.

Abaixo, explicam-se os critérios utilizados para essas definições.

- *Jornal, data, mês, número e título da matéria*: nestes cinco primeiros pontos, aqui trazidos em conjunto, fez-se a identificação da matéria analisada, de acordo com a data em que foi publicada, com o mês, com o número individual (cada uma recebeu uma numeração, para que o algarismo lhe pudesse identificar em meio ao conjunto total), com o jornal em que foi veiculada (*Correio da Paraíba* ou *Jornal da Paraíba*) e com o título que recebeu internamente, isto é, dentro dos cadernos de *Últimas* ou *Cidades*, e não nas capas (quando existentes).
- *Razão de ser da matéria*: o objetivo desta unidade de registro foi avaliar se a cobertura do crime violento era fruto do evento recente em si (a ocorrência de um homicídio, por exemplo); se de uma atualização de caso anterior (quando são trazidas informações novas sobre um crime vitimando jovens já acontecido/noticiado, estando o fato originário como plano de fundo); se oriunda da iniciativa do jornalista/jornal (quando não há apelo factual recente para se retratar o acontecimento, mas, mesmo assim, o veículo decide dar-lhe visibilidade); ou se era proveniente de outras fontes (como denúncias ou ações dos segmentos sociais, como um protesto).

- *Apresentação do crime violento*: verificou-se como o caso noticiado, vitimando jovens, foi apresentado: se constituiu a matéria principal; se foi apresentado como uma matéria vinculada/coordenada/complementar a outra (quando, por exemplo, uma notícia sobre a morte de uma jovem vem atrelada a outra matéria, de abrangência maior, sobre os direitos de crianças e adolescentes); se o crime foi citado apenas como suíte, isto é, quando se faz uma rememoração de um caso já noticiado, após serem trazidas atualizações específicas sobre ele; se foi mencionado apenas como exemplo ilustrativo de casos anteriores (quando, falando-se sobre os homicídios no Estado, meramente se cita que, no mês anterior, ocorreu a morte de determinado indivíduo, sem haver qualquer atualização ou aprofundamento); se estava inserido dentro de um balanço policial de ocorrências (quando os jornais decidem tratar de uma variedade de casos não noticiados, ocorridos durante determinado período); ou se, por fim, a apresentação era genérica, em referência a uma ideia abstrata de juventude, sem individualizações.

- *Repercussão*: neste item, observou-se se a notícia ganhou repercussão em outra edição do periódico (dentro da amostra analisada), ou se foi encerrada na mesma edição em que foi publicada.

- *Personagens*: identificou-se a quantidade de jovens apresentados nas matérias relacionadas a crimes violentos: se um, dois, três, quatro ou cinco ou mais indivíduos.

- *Sexo/gênero da vítima*: nesta unidade, demarcou-se o gênero. Havia seis opções: masculino, feminino, ambos (no caso de mais de uma vítima), matéria de repercussão com vítima do sexo masculino, matéria de repercussão com vítima do sexo feminino e matéria de repercussão com vítima de ambos os sexos. Decidiu-se separar as três últimas, para observar se a repercussão encontra relação direta com o gênero das vítimas, o que não se poderia perceber, se estivessem juntas às demais.

- *Idade da vítima*: questionou-se se as matérias trazem a idade das vítimas. Existem quatro respostas possíveis: sim; não; mais de uma vítima (pelo menos uma tem a idade citada); e matéria de repercussão. Sobre estas últimas, considerou-se importante separá-las, porque, por tratar de casos noticiados anteriormente, os jornais poderiam optar por não republicar a informação.

- *Menção à juventude/etapa da vida*: esta questão investigou se, na descrição de pelo menos um dos indivíduos violentados fisicamente (em caso de mais de um), existia a adjetivação referente à etapa da vida, como *jovem*, *adolescente*, *garoto*, entre outros. As alternativas possíveis foram sim ou não.

- *Referência à raça/cor*: apesar de a questão raça/cor não ser um tema abordado neste trabalho, esta questão visou a observar se os jornais em questão trabalharam com essas noções, na apresentação de jovens vítimas de crimes violentos. Por esse motivo, só havia duas respostas: sim ou não.

- *Tipo do crime*: averiguou-se o tipo de crime sofrido pelo(s) jovem(s) apresentado(s), com base na classificação de Bandeira (2010), descrita na seção 2.1.3: homicídio doloso, tentativa de homicídio, lesão corporal dolosa, sequestro, cárcere privado, tortura, maus-tratos, grave ameaça, outro e abuso/exploração sexual.

- *Menção à violência ou crime*: esta unidade tentou verificar qual palavra é mais recorrente no noticiário que compõe o *corpus* da pesquisa: crime, violência, ambos ou nenhum.

- *Presença de descrição e caracterização do local do crime*: em primeiro lugar, questionou-se se a matéria apresentava descrição do espaço físico em que o crime ocorreu, se apenas o citava (sem descrever), se nem o descrevia, nem o citava, se descrevia um(ns) local(is) e ignorava outro(s) ou se era uma matéria de repercussão (ponderou-se prudente separá-las, porque se julgou que a necessidade de descrição seria maior nas matérias originais, podendo ser dispensada nas posteriores).

Por outro lado, a caracterização buscava encontrar indícios que pudessem fazer o leitor imaginar em que tipo de localidade se deu o caso: se em espaço(s) periférico(s)/vulnerável(is) à criminalidade ou se em área(s) nobre(s), com alternativas que mesclam essas duas características principais (para notícias com mais de um caso de crime violento). Dedicou-se também uma alternativa às matérias de repercussão, que igualmente ficaram especificadas, por se acreditar que, como no caso da idade, os veículos poderiam omitir esse tipo de informe, porque se trata de uma notícia sobre algo já ocorrido.

Faz-se mister lembrar a dificuldade metodológica em se avaliar se um lugar é periférico ou nobre. Por esse motivo, baseou-se não em critérios pessoais do pesquisador, mas no que a própria redação da notícia descreve, isto é, se o texto apresentava palavras ou argumentos que adjetivassem a periculosidade do ambiente, sua riqueza ou sua pobreza. Assim, por mais que fossem citados nomes de bairros em que se tem uma ideia da atuação da criminalidade, por exemplo, estes não foram classificados como tais, se não fosse feita a menção verbal a essa particularidade. Esse afastamento teve por objetivo colocar-se na posição do leitor que não conhece a cidade em que se deu o crime.

- *Motivação do crime:* aqui, disponibilizaram-se 13 opções: tráfico de drogas e suas implicações, dívida não relacionada à droga, vingança não relacionada à droga, acerto de contas não relacionado à droga, briga não relacionada à droga, bala perdida, roubo seguido de violência física diversa, crime passionai, mais de uma motivação (em caso de mais de uma vítima, com causas distintas), matéria não identifica motivação, matéria levanta possibilidades sem que haja certeza, matéria de repercussão e outra. Também se seguiu, nesta unidade de registro, somente o que foi dito verbalmente no texto jornalístico.

- *Menção a envolvimentoi ilegais/ilícitoi (de quaisquer das vítimas, em caso de mais de uma):* a unidade de registro em questão observou se o jornalista cita algum histórico de envolvimento ilícito da vítima, do ponto de vista da lei vigente. Assim posto, consideraram-se desvios penais como tráfico de drogas, passagem pela polícia, ser ex-presidiário, entre outros. A intenção foi avaliar qual o tipo de relevância que esse passado assume no relato do caso, averiguando se há relação com uma possível estigmatização da vítima.

- *Referência à ocupação da vítima:* aqui se pretendeu identificar se a notícia fez referência à ocupação da vítima (emprego, atividade econômica, etc.), sendo possíveis as respostas seguintes: sim; uma(s) sim, outra(s) não; vítima estava desempregada/não tinha ocupação; e não há referência.

- *Tipo da matéria:* neste item, visou-se a identificar se a notícia em questão é factual – isto é, refere-se a um acontecimento recente e, com fins informativos, dedica-se ao relato do ocorrido, ainda que possa trazer complementos, como a fala de um especialista – ou se é especial. Este último termo é utilizado em referência a matérias produzidas para as edições do domingo, sem vínculos às pautas da ordem do dia, trazendo reflexões sobre o tema proposto. Em geral, têm mais espaço, ilustram a abordagem com personagens que passaram pela situação trabalhada, contam histórias pessoais e buscam problematizar o assunto, ouvindo profissionais especializados e demais indivíduos, para ir além do evento policial específico.

- *Gênero jornalístico:* a unidade de registro referente ao gênero é mais uma ferramenta, para que se observe o destaque atribuído ao noticiário sobre jovens vítimas de crimes violentos. Porém, devido à pluralidade e à complexidade que acompanham as discussões sobre o tema, faz-se essencial, para além de apresentá-la, basear-se em um referencial teórico. Neste caso, propôs-se estudar as classificações feitas na obra de José Marques de Melo (2010, 2012), em que se faz um apanhado das discussões travadas ao longo dos anos sobre o assunto e se tenta chegar a um caminho compreensivo.

De antemão, o autor lembra que, como o jornalismo brasileiro sofreu influência direta do que era praticado na Europa, via-se, no século XX, a coexistência de dois gêneros na atividade jornalística nacional. O primeiro deles é o *informativo*, que tem como finalidade informar/saber o que se passa. Para transmitir esse saber, meramente descreve os eventos observados (carregando, muitas vezes, a ilusão de objetividade discutida no primeiro capítulo). Até hoje, aceita-se que se apresenta sob os formatos de nota, notícia, reportagem e entrevista (MARQUES DE MELO, 2010).

A nota consistiria em um primeiro relato sobre um acontecimento que ainda estaria por se desenrolar, sendo mais comum na televisão e no rádio. Por esse motivo, a notícia – considerada o relato integral da ocorrência que já eclodiu no organismo social – seria mais completa. Essa categorização feita por Marques de Melo, que preza pela progressão dos eventos, sofre críticas de alguns autores, que, conforme observa Laura Conde Tresca (2010), simplificam essa relação, ao apontar que a nota seria uma notícia curta, estando sua diferenciação justamente no tamanho. Para a pesquisa empreendida nesta dissertação, também se considerou esse olhar.

Já a reportagem, pela óptica de Marques de Melo, consistiria no relato ampliado e aprofundado de um determinado acontecimento que já se desenrolou/fez-se notável, tal qual a notícia, porém com o diferencial de conter aprofundamento e detalhamento sobre o caso. Em vez de tratar do fato específico, abordaria também o assunto em que o evento particular se insere. Desse modo, se a notícia seria o aprofundamento da nota, seja em conteúdo ou tamanho, a reportagem seria o aperfeiçoamento da notícia, trazendo as características de uma matéria especial, referidas no início deste item: propõe reflexões sobre o tema discutido, tem mais espaço, conta com personagens, problematiza o assunto, ouve especialistas, entre outros.

O último formato do gênero informativo seria a entrevista, que, para além da técnica de colher informações, consiste em um relato que privilegia os indivíduos que presenciaram ou protagonizaram os acontecimentos. Compreende o ato de entrevistar como foco central da matéria, tal qual ocorre quando um indivíduo fala exclusivamente para um meio de comunicação, ou quando a construção textual midiática se dá no formato de perguntas e respostas. Dando prioridade aos partícipes ou artífices sociais, a figura do jornalista é minimizada, aparecendo apenas como mediadora.

O segundo gênero trabalhado e reconhecido por José Marques de Melo (2010), também pelo viés da finalidade do texto jornalístico, é o *opinativo*. Ao contrário do informativo, perfaz-se na opinião direta, explícita e, na maioria das vezes, sinalizada no noticiário, separada das demais matérias que se propõem meramente a relatar os

acontecimentos. De acordo com o autor, pode partir da empresa, do jornalista, do colaborador ou do leitor, não se pretendendo isento ou imparcial.

No caso da empresa, vem em formato de editorial, isto é, um texto em espaço reservado, devidamente identificado como tal, em que o veículo defende uma ideia sobre um dado assunto. Do jornalista ou colaborador, apresenta-se de formas diversas: artigo, comentário, resenha, coluna, crônica ou caricatura. Do público, aparece como *cartas do leitor*, em que os pensamentos são publicados integral ou parcialmente, em tamanhos diversos.

O trabalho de pré-análise possibilitou que algumas desses formatos fossem automaticamente excluídos da ficha de análise. Quando se definiu o *corpus* da pesquisa, delimitando-se os cadernos e eliminando-se as produções que não são de autoria dos jornais estudados, conforme explicado na abertura do capítulo 3, deixaram-se de fora, por consequência, os artigos presentes nos cadernos de *Cidades do JP* e do *Correio* (*Últimas* não traz artigos). Essa demarcação seccional, por sua vez, impossibilita a presença de editoriais, posto que, no único periódico em que se apresenta – o *Jornal da Paraíba* –, localiza-se em *Política*. Por outro lado, em nenhuma edição, viram-se caricaturas, crônicas, comentários ou resenhas, o que leva a crer na prevalência do gênero informativo para esse tipo de cobertura.

O terceiro e último gênero interessante a esta dissertação³¹ – o interpretativo – visa a identificar o sentido de um fato, analisando-o, em vez de valorá-lo positiva ou negativamente, como o faz o jornalismo opinativo. O formato padrão, para pesquisadores como Francisco de Assis (2010), é a reportagem interpretativa, cujo diferencial, em relação à reportagem presente no gênero informativo, está no aprofundamento, na complementação, na pesquisa histórica de antecedentes e na busca de um caráter humano e permanente em ocorrências eventuais, abordando as implicações dos acontecimentos, para além de citá-los.

No entanto, essa classificação não tem sido consensual entre os teóricos da comunicação. Lailton Alves da Costa (2010), fazendo um retrospecto do pensamento de Marques de Melo, lembra que, por muito tempo, o autor desconsiderou sua existência, por considerar que oscilasse entre o informativo e o opinativo. Em suas obras mais recentes, Marques de Melo (2012) já reconhece o gênero interpretativo, porém com apenas quatro formatos (dossiê, perfil, enquete e cronologia), reforçando sua visão de que a reportagem se configura como parte do gênero informativo.

Sobre o assunto, resume Francisco de Assis (2010):

³¹Marques de Melo (2010) traz ainda, na obra *Gêneros jornalísticos no Brasil*, referências ao gênero utilitário e diversional, mas que não foram encontrados no *corpus* desta pesquisa, nem a ela dizem respeito.

Frente a essas considerações, um fato deve ser notado: a questão do gênero interpretativo ainda não foi completamente encerrada. Embora seja praticamente de comum acordo que o gênero se caracterize pelo aprofundamento, pela explicação e pela análise da informação (DIAS et al, 1998, p. 8; ERBOLATO, 2006, p. 31; MARQUES DE MELO, 2010, p. 24), os formatos atribuídos a ele nem sempre são os mesmos. O principal exemplo é a reportagem (LIMA, 2002, p. 88) – ou as suas modalidades “reportagem interpretativa” (LEANDRO; MEDINA, 1973, p. 23) e “reportagem em profundidade” (BELTRÃO, 1976, p. 42) –, entendida por alguns autores como sendo texto de interpretação, mas que é classificada por Marques de Melo (2006a) como formato informativo. (ASSIS, 2010, p. 24-25)

Haja vista a diversidade teórica presente, optou-se, na elaboração deste item da ficha de análise, por seguir o pensamento de um único autor, evitando possíveis ambiguidades. Assim, guiou-se por Marques de Melo, reconhecendo a reportagem como integrante do gênero informativo. Por outro lado, sobre os demais formatos por ele definidos (dossiê, perfil, enquête e cronologia), não foram encontrados nas edições analisadas e, portanto, não se julgou necessário constarem como alternativas de resposta, na unidade de registro.

- *Manchete/chamada de capa*: nestas unidades de registro, visou-se a identificar a importância dada pelos editores ao noticiário componente do *corpus*, nas capas das edições. Assim, no primeiro item, pergunta-se se a notícia sobre jovens vítimas de crimes violentos foi considerada a principal do dia, entre todos os cadernos, a ponto de se tornar o carro-chefe do periódico e constituindo, portanto, a manchete, com duas alternativas possíveis: sim e não. Em seguida, vê-se se elas receberam alguma chamada na capa, também com duas possibilidades (sim e não).

No linguajar jornalístico, manchete consiste na chamada de maior destaque da edição e se refere à matéria que é utilizada para vender a edição do dia. É apresentada com letras maiores, geralmente em duas linhas, sobressaindo-se na capa. As demais chamadas igualmente são utilizadas para despertar o interesse do público, porém seu destaque é inferior: podem vir em formato semelhante à manchete (porém com letras menores), através de uma pequena caixa de texto ou, até mesmo, de uma fotografia. Em todos os casos citados, um pequeno texto acompanha o título, resumindo a notícia e identificando, ainda na capa, a página em que ela se encontra.

- *Fotografia de capa e destaque da foto*: também avaliando o destaque dado pelos periódicos às matérias relacionadas ao tema desta pesquisa, verificou-se se as notícias receberam fotos na capa, bem como o destaque dado a elas. Assim, para a primeira unidade de análise, há duas respostas possíveis: sim ou não. Em caso positivo, há quatro opções referentes ao espaço paginal ocupado pela imagem, afora uma reservada para sua inexistência:

menos de $\frac{1}{4}$ de página, entre $\frac{1}{4}$ e metade da página, entre a metade e $\frac{3}{4}$ da página, entre $\frac{3}{4}$ de página e página completa e não há foto de capa.

- *Caderno/matéria de capa do caderno*: neste item, vê-se em qual dos cadernos analisados a matéria foi veiculada: *Cidades* ou *Últimas*. Em seguida, questiona-se se as notícias referentes a jovens vítimas de crimes violentos abrem o caderno, isto é, se são as principais, presentes na primeira página. Essencial esta investigação, no sentido de que apenas as notícias julgadas importantes são assim dispostas.

- *Abre página*: a expressão abrir página diz respeito à matéria ser a manchete da página em que se localiza, isto é, ser aquela a quem é dado o maior destaque e que, portanto, é colocada no topo, sendo apresentada com o título contendo letras maiores que as demais notícias. Puseram-se duas opções: sim ou não.

- *Matérias na página*: neste item, observaram-se quantas matérias havia na página em que se encontrava a notícia sobre jovens vítimas de crimes violentos, incluindo ela mesma. O nível de relevância atribuída a cada uma é inversamente proporcional à quantidade de matérias presentes, já que, quanto mais dividem o mesmo espaço, menos cada uma pode ser trabalhada.

- *Tamanho da matéria*: um bom indicativo da importância dada à matéria é o seu tamanho. Por isso, verificou-se a área que cada uma delas ocupou: menos de $\frac{1}{4}$ de página, entre $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{2}$, entre $\frac{1}{2}$ e $\frac{3}{4}$, entre $\frac{3}{4}$ e uma página inteira, até uma página e meia, duas páginas ou mais de duas. No tocante aos anúncios, eles foram levados em consideração, verificando-se, assim, o espaço que restou à notícia.

- *Fotografia interna, área ocupada e personagens retratados*: os três itens aqui resumidos referem-se à presença de fotografias nas matérias relacionadas a jovens vítimas de crimes violentos. A primeira unidade de registro diz respeito à quantidade: se uma, duas, três, quatro ou nenhuma. A segunda verificou a área ocupada pela fotografia principal: se menos de $\frac{1}{4}$ de página, se entre $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{2}$, se entre $\frac{1}{2}$ e $\frac{3}{4}$ ou entre $\frac{3}{4}$ e a página completa. Em seguida, uma terceira questão pergunta quem ou o que foi retratado: se o jovem, o cenário do crime, a polícia ou outro.

- *Fontes familiares/afetivas e oficiais, predominância e recorrência*: neste item, buscou-se perceber quem são as fontes ouvidas para a construção das matérias sobre jovens vítimas de crimes violentos. As fontes familiares/afetivas dizem respeito aos parentes dos jovens, a exemplo de pais, mães, tias, sobrinhos. Entretanto, consideraram-se também aquelas

pessoas ligadas afetivamente ao indivíduo, como amigos, colegas, professores, entre outros. Perguntam-se, então, quantas delas foram ouvidas na notícia analisada.

Já as fontes oficiais consistem naquelas ligadas aos órgãos de Estado/de governo, a exemplo de policiais militares ou civis, Ministério Público, Executivo estadual (governador, secretários de Segurança, etc.) ou Executivo municipal (prefeitos, secretários, Guarda Municipal, entre outros). Também se questionou o número de indivíduos ouvidos na matéria em questão: um, dois, três, quatro, cinco ou mais ou nenhum.

Em seguida, analisou-se quem é a fonte preponderante da notícia: se as familiares, se as oficiais, se as testemunhas sem relação afetiva/familiar com a vítima, se o peso das fontes trazidas é semelhante ou se, por fim, a única voz presente em todo o texto é a do jornal/jornalista.

Na última unidade de registro deste grupo, a recorrência das fontes oficiais, fez-se um apanhado de quem são as mais ouvidas: se membros da Polícia Militar, se da Polícia Civil, se do Ministério Público, se do Executivo estadual, se do Executivo municipal, se uma fonte não nomeada (referida genericamente, como *polícia*), se outra, se não há fontes oficiais ou se aquelas que foram ouvidas tiveram o mesmo peso.

- *Caráter e enquadramento da matéria*: a depender de como foi construída a notícia, investigou-se qual o caráter que ela assumiu: se informativo, emocional ou problematizante. Como informativo, encaixaram-se os materiais que apenas relacionaram-se à incumbência de noticiar o fato ocorrido, sem aprofundamentos; como emocional, as matérias que recaíram sobre a tragédia do evento, sustentando-se nas relações de ordem afetiva, sem trazer fatos novos; houve ainda uma terceira possibilidade, no caso de a notícia problematizar o fato, podendo aliar informação, emoção, mas também alertando sobre possíveis causas, consequências e soluções para a situação retratada, através de fontes institucionais, familiares e especialistas.

Enfim, a última unidade de análise disse respeito ao enquadramento temático dado à matéria. Para tanto, propuseram-se seis opções: crime/segurança pública; direitos humanos; políticas sociais; pobreza e exclusão; sofrimento e negatividade; não foi possível identificar.

5 RESULTADOS E ANÁLISE

Depois de detalhados o aporte teórico e os caminhos metodológicos adotados, chega-se ao ponto central desta pesquisa: a exposição e a discussão dos resultados obtidos, a partir da investigação do *corpus* selecionado.

Com fins didáticos, a apresentação dos dados que se seguem está individualizada: em um primeiro momento, mostra-se como o *Correio da Paraíba* construiu as notícias sobre jovens vítimas de crimes violentos no recorte temporal proposto, discutindo as significações e particularidades presentes no universo observado; em seguida, faz-se o mesmo com o *Jornal da Paraíba*, trabalhando ainda um olhar comparativo entre ambos.

Assim disposto, parte-se para uma segunda etapa, em que são apresentadas as implicações teóricas das estratégias dos veículos, relacionando-as ao conteúdo discutido nos dois primeiros capítulos. Garante-se, portanto, que a intenção de se realizar uma pesquisa quantitativa e qualitativa se concretize.

5.1 Correio da Paraíba

Um interessante ponto de partida para a análise do jornal *Correio da Paraíba* consiste na visão que o próprio veículo tem sobre o trabalho jornalístico que é executado diariamente por sua equipe de profissionais, no que se refere à cobertura de crimes violentos. De acordo com a editoria do periódico³²,

o Jornal Correio não tem o perfil de jornal policial, mas tenta refletir a preocupação da sociedade em relação à segurança. O que nos propomos a fazer é não dar somente a notícia do crime, mas avaliar o fato dentro de um contexto social. É claro que nem sempre há espaço físico nas páginas ou tempo hábil para isso e ainda temos que contar com a disponibilidade da fonte que faria essa análise. Acho que o jornal tem caminhado para isso e precisa mudar mais. Não faz mais sentido – se é que fez um dia – copiar e publicar BOs [boletins de ocorrência]. (Trecho de entrevista realizada em 08 abr 2015, através de uma rede social)

No sentido de verificar a incidência desse tipo de temática no periódico, contabilizou-se o total de notícias veiculadas na amostra referente ao ano de 2014³³. Nas 92 edições, foram publicadas 1.375 matérias sobre temas diversos, sendo 888 (64,6%) em *Cidades* (maioria que se justifica pelo fato de o caderno ter, em geral, seis páginas diárias, incluindo publicidade),

³²O nome do(a) profissional foi preservado, por não se considerar essencial ou necessário para a compreensão das dinâmicas do veículo em questão. A íntegra da entrevista se encontra no Apêndice C.

³³Conforme apresentado na abertura do capítulo 3, o *Correio da Paraíba* publicou, na amostra referente ao ano de 2014, 92 edições, enquanto o *Jornal da Paraíba*, 79.

estando as demais 487 (35,4%) na seção de *Últimas*, que é constituída, todos os dias, por apenas uma lauda.

Chegando ao montante veiculado no período estudado, pôde-se verificar a dimensão da recorrência e da relevância atribuídas ao que aqui se chamou de *noticiário policial*³⁴, isto é, aquelas notícias que trazem relatos sobre a criminalidade, como roubos, assassinatos, violência doméstica, operações policiais, prisões e apreensões diversas. Nessa grande categoria, o *Correio* trouxe 257 matérias, o equivalente a 18,7% do total veiculado no período em questão. Dessas 257, 69 (correspondendo a 5% do total de notícias publicadas no ano, mas a 26,8% do universo de matérias policiais) diziam respeito ao objeto de estudo desta pesquisa: os jovens (neste estudo, entendidos como indivíduos entre 15 e 29 anos) vítimas de crimes violentos. A maioria (63,8%) está localizada em *Cidades*.

Quadro 4 – Visão geral – Correio da Paraíba

CORREIO DA PARAÍBA	QUANTIDADE
Edições	92 edições
Total de matérias veiculadas	1.375 matérias (100%)
Segundo o caderno	888 em <i>Cidades</i> (64,6%) 487 em <i>Últimas</i> (35,4%)
Segundo o tema	257 matérias policiais (18,7%)
	69 matérias retratando jovens vítimas de crimes violentos (5% do total de matérias no ano / 26,8% do total de matérias policiais). Destas, 44 (63,8%) estão em <i>Cidades</i> 25 (36,2%) estão em <i>Últimas</i>

Fonte: Elaboração própria

Apenas considerando a baixa frequência com que as pautas policiais aparecem nos cadernos analisados do *Correio*, pode-se afirmar que, de fato, o veículo atribui pouco valor-notícia e consequentemente dá ínfima cobertura a esse tipo de acontecimento, tal como adiantado pela editoria do jornal, citada anteriormente. Certamente isso não se deve à carência de ocorrências, mas sim às escolhas editoriais do periódico, tendo em vista que, analisando o indicador de homicídios do Estado³⁵, a Paraíba apresentou uma média de dois assassinios por

³⁴Na classificação *policial* aqui definida, excluíram-se os acidentes, fruto de uma opção pessoal, por se julgar que sua natureza, do ponto de vista da vítima, não tem um apelo criminal ou desviante, diferente do que ocorre com os homicídios ou lesões corporais intencionais sofridas, por exemplo. Essa visão, no entanto, não é unânime e pode variar conforme cada pesquisador.

³⁵Conforme discutido na seção 2.6.

dia, sendo dois deles vitimando pessoas entre 15 e 29 anos – e esse é apenas um dos vários tipos de crimes violentos previstos na legislação penal.

No entanto, a proposta de entender como o veículo constrói midiaticamente o noticiário sobre jovens vítimas de crimes violentos não se satisfaz com a constatação da limitada presença de notícias relacionadas ao assunto. Vistas de longe, as estatísticas são frias e não dão respaldo, para que se compreendam os sentidos produzidos pelo fazer jornalístico. Buscou-se analisar, portanto, a estrutura e a dinâmica apresentada pelo *Correio* nas 69 matérias que correspondem ao recorte proposto, de acordo com variáveis apresentadas em grandes grupos, conforme se começa a discutir a seguir.

5.1.1 Uma visão geral: caráter, enquadramento e razão de ser do noticiário

A Análise de Conteúdo empreendida sobre as edições do *Correio* constatou que o jornal apresentou matérias sobre jovens vítimas de crimes violentos durante todo o ano artificial trabalhado nesta pesquisa. No entanto, abril é o mês em que se observou a maior frequência desse tipo de noticiário – 12 notícias, bem acima da média mensal de 5,7 –, seguido de outubro e dezembro, com nove cada. No tocante à semana, a quinta-feira é o dia de maior recorrência (16), seguido da segunda (13 ocorrências). Pouco mais da metade dessas matérias (35) traz apenas uma vítima com idade entre 15 e 29 anos.

O jornal interpreta os casos relatados, em sua maioria, como crimes, posto que o vocábulo está presente em 40 matérias (58%). Apenas quatro (5,8%) são classificados unicamente como *violência*, enquanto sete (10,1%) usam as duas expressões. Porém, em 18 situações (26,1%), não há nenhuma menção a ambos os conceitos, construindo-se o texto a partir da referência ao tipo penal encontrado, tal como um homicídio.

Sobre as noções de adolescência e juventude, pôde-se observar que esses conceitos encontram-se bastante diluídos, apresentados de forma imprecisa, o que remete à discussão de Margulis e Urresti (2008), vista no item 2.3. Embora o jornal referencie as etapas da vida através de palavras como *adolescente* ou *jovem* em 42 matérias (61%), não há qualquer menção nas demais 27 (39%), tratando as vítimas ora somente pelo nome, ora chamando-as *homem* ou *mulher*, ainda que as idades estejam dentro do mesmo intervalo. O parecer jovem, portanto, implica numa condição não unânime, que vai além da data de nascimento e envolve uma percepção que é social, funcional e ocupacional.

Curioso pensar que, nesse sentido, em determinados casos, há verdadeira distorção no vocabulário empregado, mostrando, até mesmo, contornos contraditórios. Em 06 de janeiro,

por exemplo, a notícia de título “Garoto de 15 anos é morto em Santa Rita” infantiliza alguém que poderia ser considerado tanto um adolescente, quanto um jovem; por outro lado, se observadas matérias como “Jovem é vítima”, de 04 de janeiro, é atribuída juventude a uma pessoa aos 13 anos³⁶.

De igual forma, em 22 de abril, na matéria “Estupro coletivo e morte de garotas: familiares são ameaçados em Queimadas”, as vítimas, todas maiores de 25 anos, são denominadas *garotas*; no entanto, em situações como “Homem é morto com cinco tiros”, de 28 de abril, um indivíduo de 23 anos é identificado como adulto, o que se repete em 23 de agosto, em “Homem agride mulher e se mata”, quando uma jovem de 21 anos é sempre citada como dona de casa, mãe ou mulher, mas nunca como alguém no auge da juventude.

Essa falta de congruência reflete o que Margulis e Urresti (2008) referenciam como pluralidade juvenil, mas, ao mesmo tempo, permite que se infira que o jornal deixa a cargo dos profissionais a classificação etário-valorativa das vítimas, de acordo com suas próprias visões acerca do tema. A sensação de juventude, para pessoas distintas, é diferente, o que explica tamanha heterogeneidade interpretativa. Se fosse seguido o julgamento presente em algumas matérias, incluir-se-iam, nesta análise, notícias como “Vigilante fere mulher e se mata” (14/10/2014), em que se chama alguém de 34 anos de *rapaz*, ou “Acidente mata criança de 11 anos” (29/12/2014), em que, no texto, diz-se que o acidente matou um *adolescente*.

Quase consensual, no entanto, é o caráter do noticiário: 64 matérias (92,8% do total) destinam-se apenas a informar, isto é, consistem somente no relato meramente descritivo do fato ocorrido, sem trazer elementos problematizantes (como a presença de profissionais que repercutissem/comentassem o assunto ou dados que ampliassem/aprofundassem a discussão) ou emocionais (como as falas dos familiares, que pudessem retratar os impactos causados pelo crime violento seja no âmbito familiar ou da própria vítima).

Tabela 2 – Caráter das matérias – Correio da Paraíba

CARÁTER DA MATÉRIA	FREQUÊNCIA (NÚMERO DE MATÉRIAS)	PORCENTUAL
Informativo	64	92,8%
Emocional	2	2,9%
Problematizante	3	4,3%
Total	69	100,0%

Fonte: Elaboração própria

³⁶ Apesar da menção à juventude, esta notícia não foi considerada na análise, em virtude do recorte etário proposto, de 15 a 29 anos. Entretanto, considerou-se trazer o caso à tona como exemplo ilustrativo, para auxiliar a compreensão.

Sobre a problematização, isso só ocorre em três situações (4,3%). A primeira delas se dá em 24 de agosto, um domingo, com “No ‘negócio do tráfico’ em Bayeux, vida vale só R\$ 25”. Aqui se discute a problemática do envolvimento de jovens com entorpecentes, ouvindo-se exclusivamente o coordenador municipal de políticas públicas antidrogas, o qual cita casos em que adolescentes são mortos quando suas dívidas chegam a R\$ 25. Apesar de tratar da gravidade da temática, não se traz nenhuma outra fonte, exceto por quadros informativos que mostram a ação do crack no organismo, creditando-se um *website*.

Já em “Após assalto, jovem é espancado”, de 30 de agosto, debate-se o fato de a sociedade, por vezes, fazer justiça com as próprias mãos, como no caso citado, em que o acusado de assaltar um ônibus, com 16 anos, é espancado pelos passageiros. Interessante notar, no entanto, que o aprofundamento da ocorrência, para além do mero relato, não se dá em virtude das razões que levaram o rapaz a ter supostamente cometido o roubo ou por causa da violência física por ele sofrida. O *Correio* analisa a notícia, trazendo um cientista social, no sentido de discutir os motivos pelos quais os indivíduos assumem o papel de polícia, resumindo a agressão como “um grito de socorro da sociedade”. Vê-se, assim, um posicionamento do jornal, reforçado pelo fato de que, enquanto o jovem é o centro da matéria, na figura do criminoso/*outsider* (BECKER, 2008; ELIAS; SCOTSON, 2000), os seus agressores só são referenciados uma vez, quando se fala que, até o dia anterior, “não foram identificados ou presos”.

Por fim, a última matéria que tenta ir além do factual foi publicada em 4 de setembro, com o título “Presos contratam segurança privada”. Trata-se de uma denúncia de agentes penitenciários, temerosos por sua vida, já que indivíduos do regime semiaberto estavam chegando e saindo dos presídios acompanhados por homens armados, enquanto os funcionários sequer tinham equipamentos para defesa pessoal, caso necessitassem. As mortes de jovens, por sua vez, são utilizadas como simples exemplos ilustrativos para um alerta primeiro: o risco sofrido pelos trabalhadores.

Vê-se, destarte, que, mesmo quando as notícias tentam ir além do apego imediato dos acontecimentos, apresentam deficiências: apenas um caso problematiza o crime violento vitimando a juventude, embora traga apenas uma fonte e não cite casos específicos que comprovem que o contexto é real; outras duas ocasiões trazem, sim, análises, mas com focos que não os esperados nesta pesquisa.

A preocupação praticamente exclusiva com a construção descritiva dos acontecimentos recentes se reflete em outra variável de análise: o enquadramento temático.

Viu-se que 65 matérias (94,2%) estão dentro do recorte “Crime/segurança pública”, já que não conseguem ir além da atmosfera policialesca.

Tabela 3 – Enquadramento temático – Correio da Paraíba

ENQUADRAMENTO TEMÁTICO	FREQUÊNCIA (NÚMERO DE MATÉRIAS)	PORCENTUAL
Crime/segurança pública	65	94,2%
Políticas sociais	3	4,3%
Sufrimento e negatividade	1	1,4%
Total	69	100,0%

Fonte: Elaboração própria

Quatro fogem a essa regra, mas só representam 5,7% do universo analisado. Três delas tratam de políticas sociais de enfrentamento aos crimes violentos vitimando esse segmento social: “Marcha protesta contra morte de 63 mulheres”, de 15 de março; a já referida “No ‘negócio do tráfico’ em Bayeux, vida vale só R\$ 25”, de 24 de agosto; e “Ministério do Turismo debate prevenção: Disque 100 registra 71 denúncias de exploração sexual na Paraíba”, de 28 de agosto. A notícia restante tem foco no impacto negativo que um crime – um estupro coletivo durante uma festa de aniversário, o qual resultou na morte de duas mulheres – tem na família das duas vítimas fatais.

Julga-se que o enquadramento temático bastante restrito das notícias veiculadas pelo *Correio* encontra, por sua vez, grande correspondência na razão de ser das matérias. Percebeu-se que 62 delas (89,9%) foram publicadas por apenas dois motivos: ou devido à ocorrência de um crime violento, ou por repercutirem um caso anterior, retomando sua relevância com a adição de elementos novos. Fazem-se impor, desse modo, valores-notícia como atualidade e novidade.

Tabela 4 – Razão de ser da matéria – Correio da Paraíba

RAZÃO DE SER DA MATÉRIA	FREQUÊNCIA (NÚMERO DE MATÉRIAS)	PORCENTUAL
O(s) crime(s)/o(s) acontecimento(s) em si	51	73,9%
Matéria de repercussão de caso anterior	11	15,9%
Iniciativa do jornalista/do jornal	3	4,3%
Outro (denúncias, eventos organizados pela sociedade civil, pesquisas, etc.)	4	5,8%
Total	69	100,0%

Fonte: Elaboração própria

Fica bastante evidente, através do quadro anterior, que não existe, por parte do *Correio*, uma iniciativa de discutir os crimes violentos sofridos por jovens, desvinculados de um evento factual, da ordem do dia. Por esse motivo, o noticiário acaba tornando-se muito preso ao *lead* jornalístico, respondendo apenas às questões básicas da pirâmide invertida: *quem fez o que, onde, quando, como e por quê*.

Isso é perceptível mesmo nas três ocasiões em que a notícia existe em função do interesse do jornal (sem o apego ao *ontem*), em que se espera naturalmente que haja um diferencial em relação às notícias corriqueiras. Todavia, em duas delas, repete-se a estrutura piramidal informativa, ao renovar a atualidade de acontecimentos passados: em “Bala perdida na Capital: 3 mortos e 1 ferido em 14 dias”, de 17 de março, é feito um apanhado de vítimas desse tipo de lesão corporal nas semanas anteriores, mas mantém-se o caráter meramente descritivo; já em “Natal: 71 foram presos na PB”, de 27 de dezembro, o veículo apura os crimes ocorridos durante a semana em questão, citando o caso do assassinato de um jovem de 28 anos, sem ir além do básico. A exceção é a já referida matéria “No ‘negócio do tráfico’ em Bayeux, vida vale só R\$ 25”, de 24 de agosto. Esta, por estar desapegada de uma ocorrência particular, ser veiculada no domingo (em *Cidades*) e ter um fundo reflexivo, insere-se na denominação de matéria *especial*. É a única com essa característica, pois as outras 68 (98,6%) se apresentam como *factuais*.

5.1.2 Um olhar sobre o conteúdo noticioso

No subtópico anterior, observou-se a tendência marcante de o *Correio* construir as notícias sobre jovens vítimas de crimes violentos a partir de um viés estritamente informativo, dentro do enquadramento crime/segurança pública, motivadas por acontecimentos recentes, que se fazem urgentes em virtude de sua novidade e atualidade. Já nesta etapa da análise, ao debruçar-se sobre o modo como esse noticiário é construído do ponto de vista textual/argumentativo, chega-se a peculiaridades bastante problemáticas e que devem ser ressaltadas.

De forma geral, reforça-se que o jornal atende ao que se julga ser elementar ao jornalismo, respondendo às perguntas básicas sobre os acontecimentos: *quem, o quê, quando, onde, como e por quê*. Nesse sentido, pôde-se verificar, por exemplo, que as maiores vítimas dos crimes violentos, no período analisado, são do sexo masculino, haja vista que 49 matérias

(73,2% válidos³⁷), sejam elas de repercussão ou não, têm exclusivamente homens jovens como aqueles que sofreram as ações criminosas.

Tabela 5 – Gênero das vítimas – Correio da Paraíba

GÊNERO DAS VÍTIMAS	FREQUÊNCIA (NÚMERO DE MATÉRIAS)	PORCENTUAL	PORCENTAGEM VÁLIDA
Masculino	45	65,2%	67,2%
Feminino	9	13,0%	13,4%
Matéria de repercussão, vítimas sexo masculino	4	5,8%	6,0%
Matéria de repercussão, vítimas sexo feminino	8	11,6%	11,9%
Matéria de repercussão, vítimas ambos os sexos	1	1,4%	1,5%
Total válido	67	97,1%	100,0%
Sem correspondência**	2	2,9%	
Total	69	100,0%	

Fonte: Elaboração própria

Nota: A falta de correspondência em duas matérias deve-se ao fato de não se fazer referência a um indivíduo ou a um grupo específicos, mas à juventude, de maneira genérica. Trata-se de “No ‘negócio do tráfico em Bayeux, vida vale só R\$ 25”, de 24 de agosto, e “Ministério do Turismo debate prevenção: Disque 100 registra 71 denúncias de exploração sexual na Paraíba”, de 28 de agosto. A carência de individualização em ambas se repete em outras variáveis.

Curioso, todavia, é perceber que, o *Correio* não considera a cor ou raça das vítimas como algo necessário, já que, nas 69 matérias, só é feita referência em uma delas, no dia 25/12/2014, quando se afirma que “de acordo com as informações da Polícia, a vítima, um homem de cor morena, [...] foi alvejada por três tiros”.

Na mesma lógica de responder aos questionamentos básicos do *lead*, referencia-se, em quase todas as matérias, a idade das vítimas. Afora as de repercussão (por se considerar que o peso por esse tipo de dado é menor nos casos de menção a crime anterior/atualização de informações), só não aparece em cinco notícias (7,5% válidos). Curioso ressaltar que, em

³⁷Fala-se em porcentagem válida quando se subtraem do total de matérias analisadas aquelas que não têm correspondência em determinadas variáveis. Por exemplo, em uma notícia que não cita um indivíduo específico, unidades de análise como gênero, idade e ocupação não podem ser preenchidas. Isso explica a diferença em relação ao percentual geral, que faz o cálculo independentemente dessas condições. Portanto, sempre que se falar em porcentagem válida, haverá notícias enquadradas como “sem correspondência”, para justificar a falta de resposta para a variável analisada.

quatro delas, a ausência se justifica, porque as investigações sobre os jovens feridos ou mortos ainda se encontrava incipiente, e não por um esquecimento ou opção editorial.

Tabela 6 – Referência à idade – Correio da Paraíba

REFERÊNCIA À IDADE	FREQUÊNCIA (NÚMERO DE MATÉRIAS)	PORCENTUAL	PORCENTAGEM VÁLIDA
Sim	30	43,4%	44,7%
Idade não apresentada	5	7,2%	7,5%
Mais de uma vítima (pelo menos uma vítima tem a idade citada)	19	27,5%	28,4%
Matéria de repercussão	13	18,8%	19,4%
Total válido	67	97,1%	100,0%
Sem correspondência	2	2,9%	
Total	69	100,0%	

Fonte: Elaboração própria

Com igual preocupação, todas as matérias citam o tipo de crime violento sofrido pelo(s) indivíduo(s). Essa variável permite que se percebam as violações que recebem maior atenção no jornal *Correio*.

Tabela 7 – Tipo de crime sofrido – Correio da Paraíba

TIPO DE CRIME SOFRIDO	FREQUÊNCIA (NÚMERO DE MATÉRIAS)	PORCENTUAL
Homicídio	37	53,6%
Tentativa de homicídio	6	8,7%
Lesão corporal	4	5,8%
Mais de um crime	7	10,1%
Matéria de repercussão	12	17,4%
Abuso/exploração sexual	3	4,3%
Total	69	100,0%

Fonte: Elaboração própria

Fica bastante evidente, pela interpretação das frequências no quadro anterior, que os homicídios são os desvios penais que detêm o maior valor-notícia no periódico. Isso não equivale a dizer, porém, que os assassinatos são as ocorrências mais habituais. Diariamente, diversos outros tipos de crimes violentos são cometidos, muitas vezes em maior quantidade,

como roubos, estupros, sequestros, maus-tratos, ameaças e extorsão. No entanto, não se atribuem a eles importância/noticiabilidade suficientes, para que sejam reportados. Cabe a suposição de que, por serem tão costumeiros e consequentemente naturalizados, já não chocam e não merecem cobertura jornalística.

Ainda na tentativa de perfazer uma pirâmide invertida, vê-se que o *Correio da Paraíba* também tenta apontar o porquê dos crimes na maioria dos casos. Apenas em 16 das 69 notícias (23,2%), não se citam as causas ou as suspeitas levantadas até então.

Tabela 8 – Motivação do crime – Correio da Paraíba

MOTIVAÇÃO DO CRIME	FREQUÊNCIA (NÚMERO DE MATÉRIAS)	PORCENTUAL
Tráfico de drogas e suas implicações	6	8,7%
Vingança não relaciona à droga	1	1,4%
Briga não relacionada à droga	3	4,3%
Bala perdida	1	1,4%
Roubo (seguido de violência física diversa)	5	7,2%
Crime passional	2	2,9%
Mais de uma motivação	8	11,6%
Matéria levanta apenas possibilidades	7	10,1%
Outra	6	8,7%
Matéria de repercussão	14	20,3%
Matéria não identifica motivação	16	23,2%
Total	69	100,0%

Fonte: Elaboração própria

Os problemas começam, no entanto, quando se faz menção ao local em que se deu a violência física criminosa. Excluindo da análise as matérias de repercussão³⁸ e duas em que não há correspondência para a variável³⁹, totalizando 53, todas apontam o local do acontecimento. A ressalva, porém, deve-se ao fato de que, em 45 delas (84,9% válidos), o local é apenas citado: não há qualquer aprofundamento ou descrição, para além de se informar

³⁸Separaram-se as matérias de repercussão, a fim de que um mesmo crime não fosse contabilizado duas vezes, além do fato de que, por se tratar de uma retomada, a menção ao local poderia não ser vista como informação preponderante, a se ressaltar novamente.

³⁹As duas matérias citadas foram excluídas, por fazerem referência genérica a crimes violentos vitimando jovens. Trata-se de “No ‘negócio do tráfico em Bayeux, vida vale só R\$ 25”, de 24 de agosto, e “Ministério do Turismo debate prevenção: Disque 100 registra 71 denúncias de exploração sexual na Paraíba”, de 28 de agosto.

o nome do bairro, da rua ou, até mesmo, da cidade em que se deu o acontecido, conforme se constata na figura 2.

Figura 2 – Locais dos crimes são apenas citados

PM registra 4 mortes por assassinato

Campina Grande - Quatro assassinatos foram registrados pela Polícia Militar em cerca de cinco horas entre a noite de quarta-feira e a madrugada de ontem nas regiões do Cariri, Agreste e Borborema.

O primeiro crime aconteceu em Pocinhos, e teve como vítima Vanderley de Sousa Batista, 29.

Em Aroeiras, região do Cariri, a Polícia Militar informou que dois homens mataram a tiros um jovem de 21 anos. O terceiro homicídio foi em São Vicente do Seridó. O Juaci Roberto de Lima foi assassinado a facadas.

Fonte: Correio da Paraíba (25/12/2014)

Vê-se, assim, que, se o leitor não está familiarizado com os diversos espaços urbanos, fica difícil ter qualquer ideia sobre a localidade. Não se tem como saber, por exemplo, se o lugar em questão é nobre ou periférico, se as violências diversas são comuns ao sítio, se há presença de policiamento, se o tráfico de drogas atua sobre a região, ou se o espaço fica próximo de alguma via importante, em que o acesso é inevitável.

Cogita-se que essa carência descritiva do ambiente tenha relação direta com as fontes ouvidas para a construção do reporte midiático. Como se observa a partir da tabela 9, em 58 (93,55%) das 62 matérias válidas para esta variável, não há nenhuma testemunha dos crimes violentos. Pergunta-se, portanto: como as informações são obtidas?

Tabela 9 – Presença de testemunhas – Correio da Paraíba

PRESEÇA DE TESTEMUNHAS	FREQUÊNCIA (NÚMERO DE MATÉRIAS)	PORCENTUAL	PORCENTAGEM VÁLIDA
Sim	4	5,8%	6,45%
Não	58	84,1%	93,55%
Total	62	89,8%	100,0%
Matéria de repercussão	7	10,1%	
Total	69	100,0%	

Fonte: Elaboração própria

Uma análise do tipo de vozes consultadas ajuda a pensar possíveis respostas para esta e outras questões: das 69 matérias, sejam elas de repercussão ou não, só se ouvem fontes familiares/afetivas em nove delas (13%). Em 60 (87%), portanto, não há nenhuma referência a pais, mães, amigos, namoradas ou vizinhos, por exemplo.

Chega-se, assim, a um ponto fundamental para o entendimento da dinâmica encontrada no *Correio da Paraíba*: as fontes oficiais. Abarcando membros das polícias civil e militar, das secretarias de governo, do Ministério Público ou da Justiça, estas são ouvidas em 55 notícias (79,7%), sendo que, em pouco mais da metade delas, os textos são construídos com base nos informes de somente um interlocutor (53,6%).

Tabela 10 – Presença de fontes oficiais – Correio da Paraíba

PRESEÇA DE FONTES OFICIAIS	FREQUÊNCIA (NÚMERO DE MATÉRIAS)	PORCENTUAL
Uma	37	53,6%
Duas	15	21,7%
Três	2	2,9%
Quatro	1	1,4%
Nenhuma	14	20,3%
Total	69	100,0%

Fonte: Elaboração própria

A preferência por essas vozes pode se explicar pela credibilidade das instituições que elas representam, afinal, coloca-se a responsabilidade pelas informações em alguém que não o próprio jornalista, além de serem os mesmos dados que serão levados adiante, quando da investigação policial e do julgamento posterior dos réus potenciais. Por outra perspectiva, também se pode pensar que a opção oficiosa se justifica pelo fato de que, tendo em vista os

horários em que os crimes violentos ocorrem, a hierarquização de prioridades dentro das redações e os valores-notícia atribuídos aos crimes violentos envolvendo jovens, os jornalistas não vão ou não podem ir até o local do crime, encontrando a alternativa de obter as informações através de telefonemas, e-mails ou consultas a boletins de ocorrência, seja nas delegacias ou através da Internet.

Um bom indício dessa apuração a distância é a maior recorrência de fontes não nomeadas, denominadas apenas como *polícia*, conforme ocorre em 22 matérias (31,9%). Leva-se a crer que, como os informes não foram obtidos através de um ente específico, mas de um documento como um relatório de ocorrências, cita-se apenas o órgão legal, genericamente, de modo a assinalar que aqueles dados não foram inventados⁴⁰.

Tabela 11 – Fontes oficiais predominantes – Correio da Paraíba

FONTES OFICIAIS PREDOMINANTES	FREQUÊNCIA (NÚMERO DE MATÉRIAS)	PORCENTUAL
Polícia Militar (policiais, comandantes, etc.)	7	10,1%
Polícia Civil (delegados, escrivães, etc.)	18	26,1%
Ministério Público (promotores, procuradores, etc.)	3	4,3%
Executivo estadual (secretários, diretores, etc.)	1	1,4%
Executivo municipal (secretários, diretores, etc.)	1	1,4%
Fonte não nomeada (referência genérica à “polícia”)	22	31,9%
Não há fontes oficiais	14	20,3%
Outra fonte	3	4,3%
Total	69	100,0%

Fonte: Elaboração própria

Essa preferência pelas polícias – sejam elas tratadas de forma restrita (entrevistando comandantes, capitães, etc.) ou generalista – encontra reflexo no caráter meramente informativo das notícias construídas, enquadradas na temática crime/segurança pública, conforme se discutiu na seção 4.1.1. Como só se tem acesso ao que esses órgãos julgam ser importante, como a autoria e as motivações para as ações criminosas, acabam ficando

⁴⁰Ainda assim, em 12 matérias (17,4%), não há fonte alguma citada. A única voz presente é a do jornalista.

aprioadas ao factua, deixando de fora os contextos pessoais de quem sofreu as violências, os relacionamentos familiares e os impactos gerados pelos acontecimentos reportados.

Acredita-se que isso também explica a omissão, na maioria das matérias, de quaisquer indicações relativas à ocupação das vítimas. Em 43 delas (64,2% válidos), os sujeitos são tratados apenas pelo nome ou em referência à sua juventude.

Tabela 12 – Referência à ocupação da vítima – Correio da Paraíba

REFERÊNCIA À OCUPAÇÃO DA VÍTIMA	FREQUÊNCIA (NÚMERO DE MATÉRIAS)	PORCENTUAL	PORCENTAGEM VÁLIDA
Sim	17	24,6%	25,4%
Uma(s) vítima(s) com ocupação citada, outra(s) não	7	10,1%	10,4%
Não há referência	43	62,3%	64,2%
Total válido	67	97,1%	100,0%
Sem correspondência	2	2,9%	
Total	69	100,0%	

Fonte: Elaboração própria

Diante dessa limitação argumentativa, portanto, ratifica-se a visão de que a preocupação maior do *Correio da Paraíba* é mesmo a de responder aos seis questionamentos básicos sobre o ocorrido (*o que, quem, onde, quando, como e por que*), característicos da pirâmide invertida jornalística. Por esse motivo, ao mesmo tempo em que são trazidas, em quase todas as matérias, informações básicas como o gênero, o nome e a idade das vítimas, assim como o local e a motivação/tipo do crime, ignoram-se informes relativos à vida dos indivíduos e ao que aquele evento representa no contexto social.

As matérias que se seguem, apresentadas na figura 3, ressaltam bem essa dinâmica, mas, ao mesmo tempo, incluem uma percepção nova, de que, aos elementos básicos do *lead*, o *Correio* parece adotar uma sétima pergunta: *a vítima tem/tinha envolvimento ilícito?*

Figura 3 – Matérias citam envolvimento ilícito – Correio da Paraíba

Homem é morto com seis tiros

Quatro pessoas foram assassinadas e outra morreu vítima de atropelamento, na madrugada e manhã de ontem, na Capital. Os crimes ocorreram nos bairros de Mandacaru, Mangabeira e das Indústrias. No Centro, uma moradora de rua feriu a golpes de faca-peixeira seu companheiro. O primeiro crime aconteceu por volta das 2h50, no Porto de João Tota, em Mandacaru. Homen arrombaram a casa de João Paulo da Silva, 26, e o executaram com seis tiros, na sala da casa.

No Loteamento Cidade Verde, em Mangabeira, Tiago Araújo, o "Trá", 22, foi executado a tiros. O

Assassinatos

Até ontem, um balanço extra-oficial apontava 18 assassinatos ocorridos na Paraíba nos dias 24 e 25, sendo 11 na Região Metropolitana da Capital. O último caso registrado em

ara matar

n armado foi ndo, segundo se preparava r adolescente

João Pessoa aconteceu no Bairro das Indústrias, vitimando Wel-des Barbosa Gouveia, 28 anos, que bebia em casa e foi perseguido por dois homens de moto, quando saiu para comprar cervejas. O pai da vítima disse à polícia que ele não tinha passagem pela polícia nem era usuário de drogas. A Secretaria da Segurança informou que o número oficial de homicídios registrados no período só será divulgado na segunda-feira.

VIOLÊNCIA

Adolescente é morto com 15 tiros, em JP

Trauma mas o Ítalo já chegou morto".

A polícia está investigando a morte do adolescente Ítalo de Azevedo, de 15 anos, executado com 15 tiros de pistola, no início da tarde de ontem, no bairro de Mandacaru, em João Pessoa. No momento do crime, ele estava acompanhado de uma amiga, de 13 anos, que foi atingida com três tiros, mas sobreviveu ao ataque. O crime aconteceu por volta das 13h30, na Rua Mascarenha de Mo-

Sobre o possível envolvimento do adolescente com o tráfico, o sargento Serafim disse que a única informação oficial é que foi encontrado no bolso da bermuda, um papelote de maconha. "Talvez ele tivesse alguma implicação com os traficantes da área, mas ainda não temos informações consistentes". Até o fechamento desta edição, a polícia não tinha prendido nenhum suspeito do crime.

Fonte: Correio da Paraíba (24/04, 27/12 e 29/12/2014)

Nota: Os nomes dos jornalistas foram ocultados, por não se julgar necessário.

Se informações como a ocupação dos sujeitos são relegadas ao esquecimento na maioria do *corpus* analisado, existe a referência a possíveis ilícitos penais cometidos por aqueles que sofreram os crimes violentos em quase metade do noticiário (41,8%), mesmo nos casos em que a resposta é negativa, como se vê na segunda matéria da figura 3.

Tabela 13 – Menção a envolvimento ilícito – Correio da Paraíba

MENÇÃO A ENVOLVIMENTO ILÍCITO	FREQUÊNCIA (NÚMERO DE MATÉRIAS)	PORCENTUAL	PORCENTAGEM VÁLIDA
Sim	15	21,7%	22,4%
Uma(s) vítima(s) sim, outra(s) não menciona(m)	10	14,5%	14,9%
Não tem envolvimento ilícito	3	4,3%	4,5%
Não menciona	39	56,5%	58,2%
Total válido	67	97,1%	100,0%
Sem correspondência	2	2,9%	
Total	69	100,0%	

Fonte: Elaboração própria

Pode-se traçar uma série de interpretações sobre o tema, mas a frequente menção a possíveis históricos infracionais tende a ser vista, sobretudo, como uma tentativa de justificar as violências específicas sofridas, sobretudo os assassinatos. Logo, ainda que não se saiba nada sobre os jovens, tenta-se, em caso positivo, não expor os impactos negativos do evento em si, pois, da forma como é construída a notícia, leva-se a crer que esse tipo de ocorrência só ocorre com os *outsiders*/desviantes, segundo conceitos de Becker (2008), Elias e Scotson (2000). Por sua vez, quando se ressalta que os vitimados nada deviam à justiça, é como se o jornal tentasse quebrar um estereótipo por ele mesmo criado, isto é, de que nem todas as vítimas têm implicações em atividades ilegais.

O efeito de amenização gerado pelo *envolvimento* – expressão já presente no léxico jornalístico – coaduna-se com o formato que assumem as matérias policiais que têm o recorte aqui estudado. Além de serem construídas com um tom meramente descritivo-informativo, trazendo dados básicos sobre os acontecimentos sob uma visão majoritariamente policial, tende-se a dar nenhum destaque ou repercussão aos crimes violentos que vitimam pessoas entre 15 e 29 anos, como se discutirá no tópico seguinte.

5.1.3 Formato e destaque

Para um jornal que não se identifica com o perfil policialesco – o que se adiantou pela editoria (ver seção 4.1) e se comprovou estatisticamente –, não é surpresa que as notícias referentes a crimes violentos vitimando jovens não ganhem destaque semelhante ao encontrado nos chamados periódicos sensacionalistas (ANGRIMANI, 1995). No entanto, analisar com profundidade o formato que esse tipo de notícia assume permite compreender os sentidos e valores atribuídos ao tema, bem como sua relação com a superficialidade de conteúdo.

Das 69 matérias analisadas no *Correio da Paraíba*, apenas quatro (5,8%) ocupavam mais de meia página: “Mortes caem 30% na Semana Santa”, de 22 de abril; “No ‘negócio do tráfico em Bayeux, vida vale só R\$ 25”, de 24 de agosto; “Presos contratam segurança privada”, de 04 de setembro; e “PC e MP investigam 5 estupros”, de 10 de outubro. Afora a de 24/08, já mencionada algumas vezes, vale ressaltar que somente a de outubro tem seu foco central nos casos envolvendo jovens. Nas demais, cita-se a juventude eventualmente, como exemplos factuais particulares.

Vê-se que os anúncios publicitários, presentes em quase todas as páginas de *Cidades e Últimas*, são os responsáveis por ocupar um espaço que poderia ser destinado aos textos

jornalísticos, incluindo sobre crimes violentos. A ínfima frequência com que estas aparecem ocupando uma área mais significativa deixa bastante claro que não há interesse em ampliar a temática. Por outro lado, os materiais produzidos se resumem a poucos parágrafos, posto que são descrições dos eventos policiais, através de fontes pouco variadas. Assim, como se verifica no quadro subsequente, 54 das 69 notícias analisadas – o que equivale a quase 80% do total – apresentam-se em extensões bastante modestas, inferiores a ¼ de página.

Tabela 14 – Tamanho das matérias – Correio da Paraíba

TAMANHO DAS MATÉRIAS	FREQUÊNCIA (NÚMERO DE MATÉRIAS)	PORCENTUAL
Menos de ¼ de página	54	78,3%
Entre ¼ e ½ de página	11	15,9%
Entre ½ e ¾ de página	4	5,8%
Entre ¾ e página inteira	0	0,0%
Total	69	100,0%

Fonte: Elaboração própria

Uma das disposições mais comuns na diagramação desse tipo de matéria é o encaixe em uma única coluna vertical, conforme se vê ressaltado em amarelo, na figura 4.

Figura 4 – Exemplo de disposição em uma coluna – Correio da Paraíba



Fonte: Correio da Paraíba (24/04/2014)

Considerando que uma página do *Correio* está disposta em seis colunas, comprova-se a pouca relevância atribuída ao assunto pelos editores, seja por seu baixo valor-notícia, seja por problemas estruturais internos, como a não obtenção de uma informação julgada de boa qualidade, bem como a preponderância dos anúncios publicitários.

Essa pobreza espacial – que se une à pobreza argumentativa – também é observada quando se investiga a quantidade de matérias existentes na página em que se encontra a notícia sobre jovens vítimas de crimes violentos, incluindo-a. Em 71% dos casos (49 situações), há pelo menos quatro matérias, sendo mais comum haver seis delas (21,7%), como se vê na figura 5 (“Polícia caça acusado de matar jovem de 28 anos”, de 09 de outubro).

Tabela 15 – Matérias por página – Correio da Paraíba

MATÉRIAS POR PÁGINA	FREQUÊNCIA	PORCENTUAL
Uma	3	4,35%
Duas	6	8,7%
Três	11	15,9%
Quatro	13	18,8%
Cinco	13	18,8%
Seis	15	21,7%
Sete	8	11,6%
Total	69	100,0%

Fonte: Elaboração própria

Figura 5 – Quantidade recorrente de matérias por página – Correio da Paraíba



Fonte: Correio da Paraíba (09/10/2014)

Dialoga igualmente com essas condições o fato de 81,2% das matérias analisadas (62 casos) serem notas ou notícias, aqui entendidas sob a óptica dos gêneros jornalísticos (MARQUES DE MELO, 2010). Compreendendo a nota como uma notícia reduzida, em extensão e em quantidade de informação, e a notícia como o reportar meramente descritivo dos acontecimentos (respondendo às seis perguntas básicas – *quem fez o que, quando, onde, como e por que*), vê-se que há consonância com o exposto até então. Em somente sete casos (10,1%), o *Correio* se utilizou de reportagens, isto é, textos com aprofundamento analítico/avaliativo dos eventos narrados, para além da mera citação das ocorrências.

Tabela 16 – Presença de fotografias internas – Correio da Paraíba

PRESENÇA DE FOTOGRAFIAS INTERNAS	FREQUÊNCIA (NÚMERO DE MATÉRIAS)	PORCENTUAL
Uma	5	7,2%
Duas	3	4,3%
Três	0	0,0%
Quatro	1	1,4%
Nenhuma	60	87,0%
Total	69	100,0%

Fonte: Elaboração própria

Do ponto de vista imagético, a que a tabela 16 se refere, é interessante verificar que 60 matérias (87%) não apresentam fotografias internas acompanhando os relatos. Não se quer dizer aqui que expor as vítimas ou mostrar detalhes dos locais dos crimes violentos seja necessário, como ocorre, muitas vezes, com os jornais abertamente de cunho sensacionalista. No entanto, fazem-se bastante pertinentes duas reflexões.

A primeira delas é que retratar um crime violento não implica necessariamente em mostrar sangue ou pessoas mortas, tal como se tornou clichê no jornalismo policial (FERREIRA JÚNIOR; MEDEIROS, 2005). Existe uma infinidade de possibilidades, que, bem utilizadas, além de passar um atestado de credibilidade (GOLZIO, 2013), humanizam a cena e atraem o olhar do leitor para aquela informação. Reduzidas, porém, a pequenos blocos de texto, sem atrativos, as matérias têm grande chance de sequer serem lidas.

Outro ponto a se pensar diz respeito à escolha feita pelo periódico em não enviar fotógrafos para as ocorrências, ou, enviando, não publicar essas imagens. Explicar-se-ia essa questão pelo viés lembrado pela editoria, de que o jornal *Correio* não tem um perfil policial?

Julgar-se-ia, portanto, que esse tipo de fotografia não tem nada a acrescentar, não merecendo, portanto, que se enviase um profissional? Faltariam tempo e estrutura para se tentar desenvolver um trabalho de novos olhares através das lentes dos repórteres fotográficos?

Acredita-se, neste estudo, que, para todos os questionamentos levantados, existe uma resposta positiva, com um acréscimo: possivelmente o repórter de texto também não vai ao local – o que explica a carência de descrição do ambiente anteriormente debatida –, e as informações são mesmo repassadas pelos órgãos de governo, como as polícias civil e militar, reforçando os argumentos trabalhados no subtópico 4.1.2.

Debruçando-se, contudo, sobre as nove matérias (13%) que trazem fotos (todas ocupando menos de ¼ de página), observam-se peculiaridades.

Quatro delas são reportagens: “Mortes caem 30% na Semana Santa”, de 22 de abril; “No ‘negócio do tráfico’ em Bayeux, vida vale só R\$ 25”, de 24 de agosto; “Após assalto, jovem é espancado”, de 30 de agosto; e “Presos contratam segurança privada”, de 04 de setembro.

Outras quatro têm jovens do sexo feminino como vítimas, sendo duas tratando do mesmo caso: “Marcha protesta contra morte de 63 mulheres em um ano”, de 15 de março; “Estupro coletivo e morte de garotas: Familiares são ameaçados em Queimadas”, de 22 de abril; “Mentor de barbárie terá júri em JP”, de 13 de junho; “Internação de réu adia júri em JP”, de 10 de outubro.

A exceção é “Três são mortos na praia do Seixas”, de 10 de fevereiro, que consiste em um relato como a maioria, embora o crime tenha ocorrido em uma praia.

Desconsiderando as reportagens (que, por si só, já são mais bem elaboradas) e atendo-se apenas às notas ou notícias, infere-se que os crimes vitimando mulheres são vistos pelo *Correio* como mais graves, tendo maior valor-notícia, por serem excepcionais. Lembra-se, aqui, do argumento de Weber (2005), que afirma que o crime é um fato social normal, tornando-se patológico somente ao fugir à regra geral – tal quando a vítima deixa de ser homem.

Se praticamente não há fotos nas notícias em si, a escassez é ainda maior na capa do jornal *Correio*. Somente o caso da praia do Seixas, veiculado em 10 de fevereiro, traz a imagem como chamada, mas, ainda assim, ocupando um espaço discreto, como se vê na figura 6, apresentada a seguir.

Figura 6 – Fotografia na capa – Correio da Paraíba



Fonte: Correio da Paraíba (10/02/2014)

Do ponto de vista das chamadas de capa – que consistem em mecanismos de o jornal apresentar as principais notícias do dia e, através delas, despertar a curiosidade do leitor –, o destaque pouco muda. Apenas 10 matérias (14,5%) foram consideradas suficientemente importantes, para, metaforicamente, estarem presentes na *vitrine da edição*. Quatro delas, semelhante ao que ocorre com as fotos internas, dizem respeito a crimes violentos vitimando pessoas do sexo feminino: “Estupro coletivo e morte de garotas: familiares são ameaçados em Queimadas” (22/04/2014), “Jogada de carro na estrada: jovem é identificada em João Pessoa” (29/04/2014), “Mentor de barbárie terá júri em JP” (13/06/2014) e “Trio de canibais é condenado” (15/11/2014). Essa visualização é curiosa, porque, apesar de apenas 17 matérias terem mulheres como vítimas, consistentemente se vislumbra que elas ganham maior atenção, se comparadas aos indivíduos do sexo masculino.

No que toca às manchetes, só uma notícia (1,4%) foi tratada como a mais relevante de toda a edição. Trata-se de “Polícia registra 15 homicídios no Natal”, publicada em 26/12/2014, no caderno de *Cidades*. Apenas pelo título, consegue-se perceber que o apelo de noticiabilidade do caso tem relação direta com o fato de os crimes violentos terem ocorrido no período natalino. Ressalta-se, porém, que, embora esta devesse ser uma matéria de referência, tendo em vista a importância a ela atribuída, sua construção textual e argumentativa é uma das mais problemáticas.

Figura 7 – Manchete: capa e matéria – Correio da Paraíba

CORREIO DA PARAÍBA
Sexta-feira, 26 de dezembro de 2014
Jornalismo com ética e paixão
Publicação: Terça-feira 7h, Quarta 7h, Quinta 7h, Sexta 7h, Sábado 7h, Domingo 7h
R\$ 1,50

PB tem Natal violento com 15 assassinatos

★ Doze homicídios ocorreram na Região Metropolitana de João Pessoa

A Paraíba registrou este ano 15 assassinatos, mais do que em 2013 e 2012. Na Região Metropolitana de João Pessoa, foram 12 casos. O maior número de vítimas ocorreu em Campina, com 3 mortes. Em Brejo e Agreste, também foram 3 casos cada. Em João Pessoa, foram 2 assassinatos. Os crimes ocorreram em diferentes locais, incluindo ruas, casas e locais públicos. A Polícia Civil está investigando os casos e buscando identificar os autores. A situação é preocupante, especialmente considerando que o Natal é uma época de paz e celebração. A população está sendo alertada para se manter alerta e evitar locais perigosos. As autoridades estão trabalhando para garantir a segurança da população durante o período natalino.

Programas sociais não são exclusivos, diz Dom Aldo
No Natal, o arcebispo Dom Aldo Pagano disse que os programas sociais não são exclusivos da Igreja Católica. Ele afirmou que todos os cidadãos têm o direito de acessar esses programas, independentemente de sua religião. Dom Aldo destacou a importância da solidariedade e da ajuda mútua durante o Natal. Ele também falou sobre a necessidade de combater a desigualdade social e garantir que todos tenham acesso a educação, saúde e emprego. O arcebispo encorajou a população a se envolver em ações sociais e a apoiar os programas de inclusão social.

Pombos viram problema de saúde
O Centro de Vigilância Ambiental e Zoonoses da Secretaria de Saúde Pública está realizando uma campanha para informar a população sobre os riscos à saúde causados pelos pombos. Segundo o órgão, os pombos podem transmitir doenças e causar problemas respiratórios. A campanha inclui a distribuição de folhetos informativos e a realização de palestras em comunidades. O Centro de Vigilância Ambiental também está realizando ações de controle e remoção dos pombos em áreas públicas. A população é incentivada a não alimentar os pombos e a manter as áreas de alimentação limpas.

VIDA
16 crianças nascem em 1º no dia de Natal
No dia 25 de dezembro, 16 crianças nasceram em João Pessoa. As mães foram atendidas no Hospital Geral de João Pessoa. As crianças estão em boas condições de saúde e serão acompanhadas por equipes de saúde. O parto ocorreu sem complicações e as mães foram liberadas após o parto. A data é considerada especial para a cidade, que comemora o nascimento de muitas crianças durante o Natal.

TSUNAMI
Inundação que matou 220 mil fez 10 anos
Hoje, 10 anos depois do tsunami no Japão, a população está sendo lembrada da importância da preparação para desastres. O evento causou grandes danos materiais e humanos. A população é incentivada a manter planos de emergência e a seguir as orientações das autoridades em caso de emergência. A data também é uma oportunidade para refletir sobre a resiliência e a capacidade de reconstrução após um desastre.

TURISMO
Habitantes esperam 95% de recuperação
O setor turístico da cidade está mostrando sinais de recuperação. Segundo os dados, espera-se que 95% do setor tenha se recuperado até o final do ano. Isso é um bom sinal para a economia local, que depende muito do turismo. As autoridades estão trabalhando para melhorar a infraestrutura turística e oferecer melhores serviços aos visitantes. A população também está sendo incentivada a apoiar o setor turístico e a promover a cidade como destino turístico.

43 ANOS
de uma história de engajamento e dedicação à vida.
A cidade está comemorando 43 anos de uma história de engajamento e dedicação à vida. Este é um marco importante para a comunidade, que sempre esteve comprometida com o bem-estar e o desenvolvimento da cidade. A data é uma oportunidade para refletir sobre os desafios enfrentados e as conquistas alcançadas. A população é incentivada a continuar trabalhando juntos para construir um futuro melhor para todos.

MUSICA
Nai Direto e Os Gonzaguos tocam no Epitáfio, pag. 64
A banda Nai Direto e Os Gonzaguos vão tocar no Epitáfio, uma das principais festas da cidade. A apresentação é esperada por muitos fãs da música. O Epitáfio é um evento cultural importante que reúne artistas locais e nacionais. A população é incentivada a comparecer ao show e aproveitar a oportunidade para curtir a música e a cultura.

MUSICA DE 7º DIA
Valdo Toscano Varandas
O cantor Valdo Toscano Varandas está lançando seu novo álbum. O álbum contém 7 músicas e reflete a trajetória do artista. Valdo é um dos principais nomes da música paraibana. Seu novo trabalho é considerado uma obra-prima e está recebendo muita atenção da crítica e do público. A população é incentivada a apoiar o trabalho do artista e a comprar o novo álbum.

GREVE BRANCA
Médicos de UPA cruzam os braços
Médicos de Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) estão em greve. A greve é uma reivindicação por melhores condições de trabalho e salários. Os médicos afirmam que estão sobrecarregados e que não recebem salários adequados. A greve está causando impactos na saúde da população, especialmente em casos de emergência. As autoridades estão tentando negociar com os médicos para resolver o conflito e garantir o atendimento à população.

Fonte: Correio da Paraíba (26/12/2014)

Fala-se em problema por uma série de questões, iniciando-se pelo título interno: “Polícia registra 15 homicídios no Natal”. Apesar disso, conforme se vê nas figuras 7 e 8, o subtítulo diz que, “Somente na Capital, foram 11 assassinatos em 2 dias; mais 3 foram mortos em Campina, Brejo e Agreste”, referenciando, portanto, 14 casos. A incompatibilidade matemática é reforçada por uma contradição textual, uma vez que o *lead* começa por “Quatorze pessoas foram assassinadas entre a véspera e o dia de Natal na Paraíba, de acordo com dados da Polícia Militar”.

Figura 8 – Incompatibilidade entre título, subtítulo e matéria – Correio da Paraíba

CORREIO DA PARAÍBA
Cidades
Paraíba • Sexta-feira, 26 de dezembro de 2014 | B3

Polícia registra 15 homicídios no Natal

Somente na Capital, foram 11 assassinatos em 2 dias; mais 3 foram mortos em Campina, Brejo e Agreste

Quatorze pessoas foram assassinadas entre a véspera e o dia de Natal na Paraíba, de acordo com dados da Polícia Militar

GREVE BRANCA

ARQUIVO

Fonte: Correio da Paraíba (26/12/2014)

Para além do erro grosseiro, a notícia é construída ouvindo apenas duas fontes: polícias Civil e Militar. Todavia, como em boa parte das 69 matérias analisadas, a fonte não é nomeada, sendo, durante todo o tempo, referenciada de modo genérico – “a polícia” –, sem atribuir a fala a um determinado indivíduo. Fica a questão: a informação é credível?

Outro momento delicado ocorre no segundo parágrafo, quando se cita que uma mulher que teria deficiência mental foi encontrada morta, com perfurações provocadas por arma branca. Diz-se, então, que, “segundo a PC, *a mulher era homossexual e mantinha um relacionamento amoroso com outra mulher, que está desaparecida*”. Vê-se, através do itálico, uma associação extremamente perigosa. Do modo que está posto, não se dá a entender, de forma clara, que a polícia suspeita que a companheira seja a autora do homicídio. Por outro lado, facilita uma rotulação preconceituosa da vítima, já que o foco não está no potencial envolvimento criminoso ou no possível crime passional, mas, sim, no fato de que ambas mantinham uma relação homoafetiva.

O último grande problema desta notícia vem do fato de que a matéria principal se encerra da seguinte maneira:

Foram registrados ainda homicídios nos bairros de Alto do Mateus, Roger, Bairro das Indústrias, Mangabeira, Cristo Redentor, Ipês, Cruz das Armas, além de mais um homicídio em Santa Rita e Mandacaru. Os corpos foram levados para a Gerência de Medicina e Odontologia Legal (Gemol), para necropsia.

Finalizar o texto central apenas citando os bairros em que houve assassinatos revela a extrema falta de relevância dada pelo jornal *Correio* aos crimes violentos. Esse pensamento se reforça na coordenada subsequente, complementar, que traz os homicídios ocorridos no interior. Um deles é representativo: diz-se que outro homicídio foi registrado em Campina Grande e que “uma guarnição da PM foi acionada, após moradores ouvirem a ocorrência de vários disparos e constatou que Igo Carlos da Silva Tomás, 21, tinha sido morto com quatro tiros”. O relato do caso se resume a isso. Não se mencionam local, causas, fonte da informação, familiares ou suspeitos.

Em matérias como essas, em que é feito um verdadeiro apanhado de assassinatos ocorridos durante um determinado período (conforme ocorre em 22 das 69 analisadas / 31,8%), as notícias são construídas de forma precária, sobretudo porque os muitos casos devem ser encaixados no espaço padrão reservado a esse tipo de matéria. No dia 25 de dezembro, por exemplo, em “PM registra quatro mortes por assassinato”, cada situação é basicamente descrita em apenas uma oração, tal como neste exemplo: “O primeiro crime aconteceu em Pocinhos, e teve como vítima Vanderley de Sousa Batista, 29”. Apenas isso.

Por fim, arrematando a grande categoria trabalhada neste subtópico, três observações reforçam o pouco crédito dado pelo *Correio* às notícias sobre jovens vítimas de crimes violentos: somente cinco delas (7,2%) abrem os cadernos em que estão inseridas, coincidentemente todas em *Últimas*, seção destinada às últimas matérias do dia, ou aquelas que não couberam em *Cidades*; por outro lado, um número um pouco maior (20 notícias / 29%), embora ainda seja minoria, abrem a página e se situam no topo, como mais importante; o mais preocupante, todavia, refere-se à inexistente repercussão que os casos apresentados têm. Os crimes violentos apresentados em 75,4% das matérias finalizam-se no momento em que são publicados. Não há interesse do jornal em repercuti-los nos dias posteriores, dentro do universo temporal analisado nesta pesquisa.

Pode-se chegar, portanto, a uma série de conclusões através da análise do formato e do destaque do noticiário sobre crimes violentos no jornal *Correio*. A tendência geral é a de restringir as notícias a poucos parágrafos, ocupando menos de ¼ de página, dividindo espaço com pelo menos outras três, de assuntos diversos. Pela óptica dos gêneros jornalísticos, a regra é consistirem em notas ou notícias, sendo as reportagens minoria. Por consequência, como são construídas dessa maneira, não recebem nenhum destaque de capa, haja vista que somente 14,5% recebem chamadas e somente uma se tornou a manchete; igualmente, são raras as que abrem os cadernos em que estão inseridas e poucas as que são consideradas como principais da página; assim sendo, tendo em vista essas implicações, tendem a se encerrar no momento da veiculação, já que não há interesse em repercutir o assunto em edições posteriores.

5.2 Jornal da Paraíba

Para se entender a dinâmica da construção midiática feita pelo *Jornal da Paraíba (JP)*, é preciso fazer uma primeira ressalva: embora seja diário, o *JP* não circula às segundas-feiras, diferentemente do *Correio*. Por esse motivo, enquanto seu concorrente direto apresentou 92 edições no ano artificial proposto nesta pesquisa, o *Jornal da Paraíba* publicou 79. Essa redução, por sua vez, reflete-se no total de matérias veiculadas nos cadernos que compõem o recorte aqui estudado (*Cidades* e *Últimas*): foram 908, contra 1.375 do rival.

Diante dessas constatações, faz-se curiosa a percepção inicial de que, ainda assim, a frequência absoluta com que aparecem matérias policiais e especificamente notícias sobre crimes violentos vitimando jovens é a mesma: foram veiculadas respectivamente 257 e 69

notícias, números idênticos aos verificados no *Correio*. A coincidência estatística, com ares surpreendentes, só não se perfaz em virtude da maior representatividade que assumem no noticiário: no *JP*, os reportes de cunho policialesco correspondem a 28,3% do total; já os que tratam de crimes violentos cujas vítimas são jovens (entre 15 e 29 anos), foco desta análise, representam 7,59%⁴¹, estando quase todos (87%) em *Cidades*.

Quadro 5 – Visão geral – Jornal da Paraíba

JORNAL DA PARAÍBA	QUANTIDADE
Edições	79 edições
Total de matérias veiculadas	908 matérias (100%)
Segundo o caderno	654 em <i>Cidades</i> (72,02%) 254 em <i>Últimas</i> (27,98%)
Segundo o tema	257 matérias policiais (28,3%)
	69 matérias retratando jovens vítimas de crimes violentos (7,59% do total de matérias no ano / 26,8% do total de matérias policiais) Destas, 60 (87%) estão em <i>Cidades</i> 09 (13%) estão em <i>Últimas</i>

Fonte: Elaboração própria

Vê-se que, apesar de ter um perfil semelhante, o *JP* atribui à temática policial uma importância/valoração um pouco superior, tendo em vista a maior frequência com que o assunto é trazido no noticiário. Não se pode dizer, no entanto, que o veículo se alicerce sobre a cobertura de acontecimentos dessa natureza. O espaço reservado à criminalidade, seja ela envolvendo jovens ou não, ainda é bastante limitado, inferior a um terço do universo total de matérias. Tentou-se que a editoria do *Jornal da Paraíba* comentasse essa percepção, no sentido de confirmá-la ou refutá-la, tal qual fez com a equipe do *Correio*, mas não se obteve uma resposta, apesar de serem utilizados os mesmos canais (ver Apêndice C).

Introduzidas essas especificidades, o estudo do *JP* se deu a partir das 69 matérias que retratam jovens vítimas de crimes violentos, segundo classificação discutida na seção 2.1.3. Levaram-se em consideração as mesmas três frentes trabalhadas com o seu concorrente: *uma visão geral do noticiário*, em que se discute o caráter, a razão de ser e o enquadramento das matérias; *um olhar sobre o conteúdo*, quando se avalia o tipo de informação trazido em cada

⁴¹Conforme mostrado na abertura da seção 4.1, as matérias policiais no *Correio da Paraíba* representam 18,7% do total do noticiário; já aquelas sobre jovens vítimas de crimes violentos, estudadas nesta pesquisa, correspondem a 5%.

uma delas; e o *formato/destaque*, momento em que se verifica a importância atribuída ao tema pelos editores, a partir de como esse tipo de notícia é apresentado. Além de um viés descritivo e qualitativo, fez-se um inevitável diálogo comparativo entre os jornais, já que, como se perceberá, ambos têm significativas semelhanças.

5.2.1 Uma visão geral: caráter, enquadramento e razão de ser do noticiário

A análise das 69 matérias que retratam jovens vítimas de crimes violentos permitiu que se constatasse que esse tipo de noticiário está presente, no *Jornal da Paraíba*, durante todo o ano artificial considerado nesta pesquisa. Com nove matérias cada, abril e outubro foram os meses com maior recorrência do tema, tal qual ocorre com o *Correio*. A terça-feira, porém, é o dia da semana em que mais se veicularam essas notícias, diferentemente do concorrente, que concentrou as publicações na quinta e na segunda-feira.

Tabela 17 – Dia da semana – Jornal da Paraíba

DIA DA SEMANA	FREQUÊNCIA (NÚMERO DE MATÉRIAS)	PORCENTUAL
Domingo	2	2,9%
Segunda (jornal não circula)	0	0,0%
Terça	21	30,4%
Quarta	9	13,0%
Quinta	13	18,8%
Sexta	18	26,1%
Sábado	6	8,7%
Total	69	100,0%

Fonte: Elaboração própria

Supõe-se que a prevalência de reportes midiáticos nas terças-feiras se deve ao fato já mencionado de que o *Jornal da Paraíba* não circula às segundas. Por esse motivo, considera-se que existe uma preocupação em fazer um apanhado das ocorrências policiais ocorridas no final de semana. Isso se reforça quando se sabe que a sexta-feira é o último dia, semanalmente, em que os acontecimentos são apurados (para a edição de sábado), uma vez que, diferentemente do *Correio*, o jornal de domingo não traz consigo o caderno de *Últimas* ou uma seção afim, para tratar de fatos ocorridos no sábado ou no próprio domingo, antes de chegar às bancas.

De maneira geral, semelhante ao que ocorre com o *Correio*, o jornal vê as ocorrências como crimes, pois o termo é marcante em 42 matérias (60,9%), enquanto a *violência* só é usada exclusivamente, para qualificar os eventos narrados, em cinco situações (7,2%). Juntos, os vocábulos aparecem em outras 11 notícias (15,9%), mesma quantidade em que nenhum dos dois é nomeado.

Denominações à parte, a maioria das matérias trata de casos que envolvem uma vítima jovem (32 notícias, equivalente a 46,4%) ou duas (20 notícias / 29%). A ideia de juventude, no entanto, nem sempre está presente, tendo em vista que 29 (42%) não trazem nenhuma menção a palavras como *jovem* ou *adolescente*. Não fosse o recorte etário proposto neste estudo, que abarca pessoas com idades entre 15 e 29 anos, não se poderia inseri-las na análise.

Tabela 18 – Menção à juventude/adolescência – Jornal da Paraíba

MENÇÃO À JUVENTUDE/ADOLESCÊNCIA	FREQUÊNCIA (NÚMERO DE MATÉRIAS)	PORCENTUAL
Sim (em quaisquer das vítimas, no caso de mais de uma)	40	58,0%
Não	29	42,0%
Total	69	100,0%

Fonte: Elaboração própria

Observou-se que a omissão ou a qualificação etária de um indivíduo diz respeito à mesma pluralidade do termo observada no *Correio da Paraíba*, muito dependendo de um *sentimento de juventude*. Trata-se de um julgamento, que passa pelo crivo do jornalista responsável pelo texto e envolve considerações como a função social do indivíduo – em que se percebe jovem enquanto se está no intervalo entre a adolescência e a vida adulta, independente da idade (MARGULIS; URRESTI, 2008) –, bem como o contexto em que a vítima se insere e as condições do crime violento.

Nessa lógica, entende-se por que, em “Mortes de policial e vigilante repercutem” (03/01/2014), o *JP* se refere ao PM apenas como tal, embora tivesse 28 anos, assim como em “Dupla executa agricultor a tiros em São José da Mata” (18/11/2014), quando a vítima, de 20 anos, é adjetivada somente através de sua ocupação. São pessoas que, apesar da idade, já se inseriram na vida adulta através da profissão, não mais se encontrando em um período de transição.

O oposto, contudo, ocorre em “Nos Bancários: PC analisa imagens de câmeras para elucidar morte de corretor” (09/10/2014), quando se menciona, já na primeira linha, que um

“jovem de 21 anos”, estudante universitário, foi assassinado. O mesmo se passa em “Três garotos são assassinados em menos de 1h na Grande JP” (11/02/2014), quando o jornal infantiliza, no título, pessoas com 15 e 17 anos, e em “PM prende evangélico acusado de manter garota em cárcere privado” (04/09/2014), em que uma jovem de 15 anos chega a ser descrita como *menina*.

Mesmo não havendo um referencial uníssono sobre a juventude, as matérias são construídas, tal como no *Correio*, com um caráter quase unânime: o informativo. Entre as 69 analisadas, 63 (91,3%) se propõem apenas a descrever os acontecimentos, trazendo as informações basilares sobre os casos, sem um compromisso de ir além da mera factualidade. Uma (1,4%) tem fundo emocional⁴² e somente cinco (7,2%) aprofundam a discussão para além do relato.

Tabela 19 – Caráter da matéria – Jornal da Paraíba

CARÁTER DA MATÉRIA	FREQUÊNCIA (NÚMERO DE MATÉRIAS)	PORCENTUAL
Informativo	63	91,3%
Emocional	1	1,4%
Problematizante	5	7,2%
Total	69	100,0%

Fonte: Elaboração própria

Sobre a problematização dos acontecimentos, existem ressalvas que merecem discussão. Em “Mortes de policial e vigilante repercutem” (03/01/2014), por exemplo, o assassinato do servidor público só é citado como exemplo ilustrativo de casos de homicídio no Estado. O assunto central, sobre o qual a reportagem trata, é, na verdade, a queda do indicador de crimes letais e intencionais, sem especificidade etária. Não se põe em debate, portanto, a vitimização juvenil.

Em “Calçadão vira ‘palco’ de roubos e uso de drogas” (13/02/2014), situação semelhante ocorre, já que a discussão gira em torno de um grupo de crianças e adolescentes usuárias de drogas, o qual vem sendo aliciado por adultos e realizando uma série de roubos no Centro de Campina Grande. Apesar de trazer uma conselheira tutelar, que cita os possíveis contextos individuais enfrentados por essas pessoas, ganham foco os discursos de um

⁴²Trata-se de “Após briga: Jovem é executado a tiros no Rangel” (14/06/2014), centrada no impacto que o assassinato de um jovem de 26 anos causou na família da vítima. O texto se inicia com a apresentação do contexto do crime, que se deu após a abertura da Copa do Mundo de 2014. Os fatos, então, são narrados pelo pai, que se mostra inconformado com a morte do filho. Os órgãos policiais só aparecem nos últimos parágrafos, fugindo do padrão da pirâmide invertida.

comandante da Polícia Militar e de uma delegada, enfatizando quão necessárias são políticas públicas que retirem esses jovens da rua, mas não tanto pela violação de seus direitos, e sim em virtude do risco de assaltos para comerciantes e transeuntes.

Já “Uma vida de agressões” (16/03/2014), matéria especial veiculada no domingo, aborda as diversas formas de violência sofrida por travestis – independentemente do momento etário – na Paraíba. O *ser jovem* aparece somente em uma linha, quando se fala que muitas buscam ajuda, e quando se relembra, em uma caixa de texto, o homicídio sofrido por uma travesti de 28 anos, sem situá-la como membro do universo *juventude*.

Contudo, as demais duas matérias com caráter problematizante inserem-se, de fato, no foco desta pesquisa. Em “PB: 1,6 mil adolescentes são vítimas da violência” (23/04/2014), trazem-se dados sobre adolescentes que foram a óbito por violência, seja ela homicida, doméstica, acidental ou autoaplicada. Ponto importante consiste em uma caixa de texto denominada “Análise da Notícia”, em que se traz a fala de um estudioso do fenômeno da violência, que questiona as investigações policiais e adianta um dos pontos trabalhados neste estudo: o criminoso como um inimigo público (FOUCAULT, 2013), um alguém demonizado, cuja morte não interessa. Cita a matéria: “São várias variáveis de uma sociedade extremamente violenta e que a morte de um jovem envolvido na criminalidade é tido como ‘menos um’ na sociedade”.

Por fim, “Uma criança é abusada a cada 15 horas na Paraíba” (16/11/2014) – *especial* veiculada no domingo – segue semelhante tratamento, trabalhando as diversas violências sofridas pela infância e adolescência no Estado. Apresentam-se personagens para ilustrar a conjuntura e aprofunda-se o debate a partir de vieses jurídicos, psicológicos e políticos.

Vê-se, de antemão, que o jornal tem a possibilidade de abordagens para além do relato policial, ainda que a maioria das matérias se atenha a transmitir as informações como meros boletins de ocorrência, respondendo a questões como *quem fez o que, quando, onde, como e por quê*. Como se trabalhou anteriormente, essas são as características da pirâmide jornalística, que hierarquiza as informações e concentra o que se julga como mais importante nos primeiros parágrafos.

Complementar, nesse sentido, é a noção sobre o enquadramento das matérias veiculadas pelo *Jornal da Paraíba*. Viu-se que, no *Correio*, 94,2% do noticiário estavam dentro do recorte crime/segurança pública. No *JP*, a situação é idêntica, pois 65 notícias (94,2%) estão atreladas a esse perfil. De maneira geral, isso significa que, como os textos se limitam ao reportar de um acontecimento pontual, não conseguem ir além da atmosfera causada pelo desvio que motivou a cobertura jornalística.

Há, entretanto, quatro exceções (5,8%), que vão além da conduta criminal e se classificam como notícias sobre políticas públicas/sociais. São estas: “Evento na semana da mulher vai lembrar barbárie de Queimadas” (12/02/2014), quando se dá prioridade ao simpósio que discute o combate à violência contra a mulher; “Uma vida de agressões” (16/03/2014), ao se discutir a marginalização, o sofrimento e a necessidade de inclusão social de travestis; “Protesto: Estudantes vão às ruas cobrar mais segurança nas escolas em Campina” (29/08/2014), em que se destaca a iniciativa de alunos, que cobram proteção do Estado no entorno das unidades de ensino; e “Uma criança é abusada a cada 15 horas na Paraíba” (16/11/2014), quando se discutem as implicações sociais, políticas e psicológicas desse tipo de violação.

Tabela 20 – Enquadramento temático – Jornal da Paraíba

ENQUADRAMENTO TEMÁTICO	FREQUÊNCIA (NÚMERO DE MATÉRIAS)	PORCENTUAL
Crime/segurança pública	65	94,2%
Políticas públicas/sociais	4	5,8%
Total	69	100,0%

Fonte: Elaboração própria

Complementando o olhar sobre o enquadramento temático majoritariamente criminal, observa-se, através de outra variável de pesquisa – a razão de ser das matérias –, que, em 54 ocasiões (78,3%), as notícias existem por causa dos acontecimentos em si, como a ocorrência de um homicídio. Em 10 outras (14,5%), retoma-se algum episódio violento já acontecido e que vitimou jovem(ns), seja trazendo algum aspecto novo ou não.

Tabela 21 – Razão de ser das matérias – Jornal da Paraíba

RAZÃO DE SER DAS MATÉRIAS	FREQUÊNCIA (NÚMERO DE MATÉRIAS)	PORCENTUAL
O(s) crime(s)/o(s) acontecimento(s) em si	54	78,3%
Matéria de repercussão	10	14,5%
Iniciativa do jornalista/do jornal	5	7,2%
Total	69	100,0%

Fonte: Elaboração própria

Em somente cinco casos (7,2%), como se observa na tabela 21, vê-se que as matérias foram publicadas por iniciativa do jornalista ou do jornal, sem uma vinculação a algum evento da ordem do dia, como uma morte. Coincidentemente, as cinco são as mesmas com caráter problematizante, conforme discutido anteriormente: “Mortes de policial e vigilante repercutem” (03/01/2014), “Calçada vira ‘palco’ de roubos e uso de drogas” (13/02/2014), “Uma vida de agressões” (16/03/2014), “PB: 1,6 mil adolescentes são vítimas da violência” (23/04/2014) e “Uma criança é abusada a cada 15 horas na Paraíba” (16/11/2014).

Infere-se, portanto, que, assim como se passa com o *Correio*, o *Jornal da Paraíba* fica bastante atrelado às ocorrências criminais diárias que vitimam jovens, sendo raras as oportunidades em que parte do veículo a disposição em dar visibilidade ao assunto. No entanto, diferente do seu rival, é preciso que se reforce que, quando essa proposta acontece, o *JP* o faz de maneira aprofundada, fugindo do simples relato descritivo com teor policialesco e aprofundando o olhar sobre o fenômeno retratado, enquanto o *Correio*, nas três situações por ele ofertadas, só há problematização propriamente dita em uma.

Por fim, um último ponto a ser observado diz respeito ao tipo de matéria predominante, utilizado para apresentar os casos de jovens vítimas de crimes violentos. Das 69 matérias que constituem o universo de análise do jornal, 67 (97,1%) são *factuais* e apenas duas (2,9%) são *especiais*. Conforme descrito no capítulo sobre os percursos metodológicos, entende-se por especial a matéria veiculada aos domingos⁴³, no caderno de *Cidades*, desapegada de uma ocorrência particular da ordem do dia, que possui um fundo problematizante e, além das fontes tradicionais, utilizadas para descrever uma ocorrência específica, traz especialistas para fazerem considerações/avaliações macroestruturais e personagens que passaram pela situação descrita, com fotografias ou ilustrações.

Embora o *JP* tenha se apropriado desse recurso em dois momentos (uma a mais que o *Correio*) – nas já referidas “Uma vida de agressões” (16/03/2014) e “Uma criança é abusada a cada 15 horas na Paraíba” (16/11/2014) –, percebe-se que o tema aqui estudado fica bastante restrito aos moldes descritivos, não ganhando o destaque que, em geral, é dado às matérias veiculadas no final de semana. O impacto do noticiário sobre crimes violentos que vitimam jovens, por conseguinte, é menor.

⁴³Em tese, as edições de domingo são mais lidas. Cada seção tem menos matérias que durante a semana e, por isso, são maiores, mais bem preparadas e com interesse propositivo, diferente da premissa informativa que predomina durante os dias úteis.

5.2.2 Um olhar sobre o conteúdo noticioso

Quando se analisou o conteúdo veiculado pelas matérias do *Correio da Paraíba*, viu-se que a tendência predominante é de que as notícias sejam construídas dentro de um padrão específico: respondem às perguntas básicas do *lead* (como também já se percebe apenas pela análise inicial das matérias do *Jornal da Paraíba*), ouvem fontes bastante limitadas, sobretudo oficiais, e não conseguem ir além de citar diretamente as ocorrências criminais ocorridas, tendo os jovens como vítimas.

No caso do *JP*, algumas parecenças se explicitaram já nos primeiros resultados. A primeira delas, o gênero, não poderia ser diferente, já que, além de a investigação em ambos os jornais se dar no mesmo lapso temporal, os crimes violentos tendem a vitimar mais homens: em 46 matérias (68,7% válidos), trata-se de pessoas do sexo masculino; em 17 (25,3% válidos), do sexo feminino; e em quatro (6,0% válidos) de ambos os sexos.

Tabela 22 – Gênero das vítimas – Jornal da Paraíba

GÊNERO DAS VÍTIMAS	FREQUÊNCIA (NÚMERO DE MATÉRIAS)	PORCENTUAL	PORCENTAGEM VÁLIDA
Masculino	41	59,4%	61,2%
Feminino	11	15,9%	16,4%
Ambos (mais de uma vítima e sexo diferente)	4	5,8%	6,0%
Matéria de repercussão, vítima do sexo masculino	5	7,2%	7,5%
Matéria de repercussão, vítima do sexo feminino	6	8,7%	9,0%
Total válido	67	97,1%	100,0%
Sem correspondência	2	2,9%	
Total	69	100,0%	

Fonte: Elaboração própria.

Nota: Semelhante ao *Correio*, faz-se menção à porcentagem válida, porque duas matérias se enquadraram na classificação *sem correspondência*, por não fazerem referência a jovens específicos, e sim genericamente: “PB: 1,6 mil adolescentes são vítimas da violência” (23/04/2014) e “Uma criança é abusada a cada 15 horas na Paraíba” (16/11/2014). Essa ausência se repete em outras variáveis.

Sobre a menção à cor ou à raça dos indivíduos retratados, observou-se que não há qualquer referência por parte do *Jornal da Paraíba* em todo o noticiário. Não se entra nesse

mérito, seja através das denominações *negro* ou *branco*, seja através de adjetivações, como *moreno*, ocorrida no *Correio*.

Por outro lado, tal qual no outro periódico em questão, o *JP* traz a idade das vítimas quase como algo obrigatório, tendo em vista que, afora as 11 notícias que repercutem casos anteriores (que podem já ter sido contabilizados⁴⁴), só não há a referência em duas delas (3% válidos). Mesmo naquelas que apresentam mais de um jovem, há o dado relativo a pelo menos um deles.

Tabela 23 – Referência à idade – Jornal da Paraíba

REFERÊNCIA À IDADE	FREQUÊNCIA (NÚMERO DE MATÉRIAS)	PORCENTUAL	PORCENTAGEM VÁLIDA
Sim	53	76,8%	80,3%
Idade não apresentada	2	2,9%	3,0%
Matéria de repercussão	11	15,9%	16,7%
Total válido	66	95,7%	100,0%
Sem correspondência	3	4,3%	
Total	69	100,0%	

Fonte: Elaboração própria

Nota: Três matérias se enquadraram na classificação *sem correspondência*, por não fazerem referência a jovens específicos: além das já mencionadas “PB: 1,6 mil adolescentes são vítimas da violência” (23/04/2014) e “Uma criança é abusada a cada 15 horas na Paraíba” (16/11/2014), trata-se de “Calçadão vira ‘palco’ de roubos e uso de drogas” (13/02/2014).

Outro ponto marcante, desta vez na integralidade das edições do *JP*, diz respeito ao tipo de crime sofrido pelas vítimas. O dado não surpreende, haja vista que o noticiário existe para informar sobre os acontecimentos. Entretanto, tal como se fez com o *Correio*, conhecer a variedade de desvios penais veiculada pelo periódico permite que se infiram quais as infrações a que o veículo dá maior atenção.

Conforme se pode observar na tabela 24, à frente, o homicídio ocupa, mais uma vez, o maior espaço do noticiário: em 42 matérias (60,9%), discorrem-se exclusivamente sobre assassinatos. Afora as notícias que repercutem casos anteriores e os casos que envolvem mais de uma infração, inclusive assassinios, o segundo tipo penal mais frequente é o abuso ou exploração sexual, correspondendo, no entanto, a somente cinco matérias (7,2%). Desse modo, não têm espaço nas edições do *Jornal da Paraíba* violações como roubos, ameaças,

⁴⁴Ainda assim, das 11 matérias de repercussão, só não há referência à idade em uma.

atentado ao pudor ou maus-tratos, embora se saiba que certamente esses crimes tenham ocorrido pelo menos uma vez ao longo do ano.

Tabela 24 – Tipo de crime sofrido – Jornal da Paraíba

TIPO DE CRIME SOFRIDO	FREQUÊNCIA (NÚMERO DE MATÉRIAS)	PORCENTUAL
Homicídio	42	60,9%
Tentativa de homicídio	4	5,8%
Lesão corporal	1	1,4%
Cárcere privado	1	1,4%
Mais de um crime, em caso de mais de uma vítima e envolvendo crimes distintos	5	7,2%
Abuso/exploração sexual	5	7,2%
Matéria de repercussão	11	15,9%
Total	69	100,0%

Fonte: Elaboração própria

Pensa-se que, no que toca à hierarquização das infrações penais, trata-se de um caminho de mão dupla: por um lado, o *JP* não atribui valor-notícia a esse tipo de evento, por não ter o mesmo impacto e negatividade de uma morte provocada intencionalmente; por outro, é de se imaginar que, seja pela falta de um fator choque ou pela consciência de que os *media* pouco dão cobertura aos desvios exemplificados, os próprios órgãos de polícia ou a população não fazem chegar ao conhecimento dos jornais a ocorrência de situações afins.

Nesse sentido, depois da identificação da vítima, da apresentação da idade e do tipo de violência sofrida, a citação das motivações dos crimes é praticamente obrigatória na construção midiática realizada pelo *Jornal da Paraíba*. Observou-se que, em apenas 19 (28,4%) das 67 matérias válidas, o veículo não explica a causa base para o crime, ainda que, em 13 situações (19,4%), trate-se apenas de uma suspeita ventilada, de caráter meramente hipotético, considerando somente as circunstâncias do episódio apresentado.

Tabela 25 – Motivação do crime – Jornal da Paraíba

MOTIVAÇÃO DO CRIME	FREQUÊNCIA (NÚMERO DE MATÉRIAS)	PORCENTUAL	PORCENTAGEM VÁLIDA
Tráfico de drogas e suas implicações	2	2,9%	3,0%

(continua)

Tabela 25 – Motivação do crime – Jornal da Paraíba

MOTIVAÇÃO DO CRIME	FREQUÊNCIA (NÚMERO DE MATÉRIAS)	PORCENTUAL	(conclusão) PORCENTAGEM VÁLIDA
Briga não relacionada à droga	2	2,9%	3,0%
Roubo (seguido de violência física diversa)	2	2,9%	3,0%
Crime passional	2	2,9%	3,0%
Mais de uma motivação	11	15,9%	16,4%
Matéria não identifica motivação	19	27,5%	28,4%
Matéria levanta possibilidades, sem certeza	13	18,8%	19,4%
Outra	4	5,8%	6,0%
Matéria de repercussão	11	15,9%	16,4%
Homofobia	1	1,4%	1,5%
Total válido	67	97,1%	100,0%
Sem correspondência	2	2,9%	
Total	69	100,0%	

Fonte: Elaboração própria

Nota: Duas matérias se enquadraram na classificação *sem correspondência*, por não existir, do ponto de vista social, uma motivação específica para os crimes violentos. Trata-se de casos de abuso/exploração sexual: “Calçada vira ‘palco’ de roubos e uso de drogas” (13/02/2014), em que se citam meninas exploradas sexualmente por adultos; e “Uma criança é abusada a cada 15 horas na Paraíba” (16/11/2014). As causas parecem ter mais relação com distúrbios de ordem psicológica, tema que vai além da alçada este estudo.

No que toca ao local do crime, a mesma problemática do *Correio* se repete, com uma intensidade ainda maior. Conforme se poderá perceber através do exemplo retratado na figura 9, ainda que o *JP* afirme onde se deu o fato em 65 (98,4%) das 66 matérias válidas⁴⁵ nesta unidade, o jornal apenas cita o espaço físico (seja uma rua, um bairro ou uma cidade) em 48 casos (72,7% válidos). Dessa maneira, são frequentes orações dando conta de que um determinado crime aconteceu no bairro X, na cidade Y. Apenas isso.

⁴⁵Três matérias não têm correspondência nesta categoria, por isso o total válido só chega a 66 notícias.

Figura 9 – Local do crime é apenas citado – Jornal da Paraíba

CRIME PASSIONAL

Jovem é executado a tiros após receber telefonema da namorada

Um jovem de 22 anos foi executado a tiros na noite da última quinta-feira, no bairro de Cruz das Armas, em João Pessoa. Segundo informações de familiares repassadas à polícia, Leandro de Macedo Costa Barros, conhecido por 'Léo', estava em casa quando recebeu a ligação de uma namorada e foi ao encontro dela. Minutos depois chegou a notícia de que ele havia sido assassinado. Para a Polícia Civil, os indícios apontam para crime passional.

Leandro morava no mesmo bairro em que foi morto.

Moradores da área ouviram os disparos de arma de fogo e acionaram a Polícia Militar, que, ao chegar local do crime, já encontrou o jovem sem vida e por sua vez acionou a Polícia Civil. Uma perícia preliminar foi realizada e, aparentemente, 'Léo' foi atingido pelos disparos na cabeça, mas somente após a conclusão do laudo pericial, realizado na Gerência Executiva de Medicina e Odontologia Legal (Gemol), a polícia poderá afirmar a quantidade de tiros

e os locais em que atingiram a vítima.

Segundo o delegado de Homicídios da capital, Paulo Josafá, familiares de Leandro informaram que ele era um jovem trabalhador e não tinha envolvimento com a criminalidade, mas que tinha várias namoradas. "Uma dessas namoradas ligou para ele, momentos antes de ser assassinado e ele saiu de casa dizendo que ia se encontrar com essa pessoa, aqui próximo à residência dele. Depois chegou a notícia que ele tinha sido executado nesse local",

afirmou.

Com base nas características do homicídio, o delegado acredita que o crime teve motivação passional. "Uma das linhas de investigação, baseada nos informes até o momento, é que o crime tenha sido praticado por uma mulher. Vamos levantar as ligações que chegaram ao celular dele, que está em nossas mãos, para saber quem é a pessoa e de onde partiu a ligação, para então identificar a mulher que ligou para ele. A probabilidade é de crime passional", apontou.

Fonte: Jornal da Paraíba (08/02/2014)

Só em seis situações (9,1%), existe o mínimo detalhamento, para passar ao leitor uma ideia da localidade. Uma delas é em "Mulher é encontrada com cabeça decepada" (21/03/2014), em que, além de afirmar que o crime ocorreu no bairro Valentina Figueiredo, em João Pessoa, o texto observa que se deu em uma estrada de terra, próximo a uma cerca de arame farpado e a poucos metros de uma viseira de capacete. Outro exemplo é "Droga: PM encontra jovem morto dentro de construção no bairro da Glória". Embora o título repita o padrão visto no noticiário, quando cita apenas o bairro, o corpo da notícia diz que o fato se deu em uma creche em construção, a 100 metros da residência do rapaz, a qual tem "servido de abrigo para bandidos e usuários de drogas", já que o local é abandonado e escuro, à noite.

Nota-se, por conseguinte, que, exceto nos seis casos mencionados, não há como alguém que não more no município ou no Estado ter a mínima noção sobre onde aconteceu a ocorrência, simplesmente porque não há nenhum detalhamento. Tal como se cogitou na análise do *Correio*, acredita-se que o jornal também não desloca repórteres ou fotógrafos para cobrir a grande maioria dos eventos policiais, já que, como visto até então, na maioria das matérias publicadas, satisfaz-se em atender às perguntas da pirâmide invertida: *quem fez o que, quando, onde, como e por quê*.

Esse pensamento fica mais forte quando se vê que, das 69 matérias, desconsiderando-se as 11 de repercussão⁴⁶, 49 (73,1%) não trazem a fala de testemunhas, que são encontradas em apenas sete ocasiões, como se vê na tabela 26. Assume-se que elas estão ausentes, porque não se entrou em contato com elas pessoalmente. Contudo, essa não obtenção, *in loco*, das informações sobre os crimes violentos não constitui, por si só, um grande problema, posto que é uma opção editorial de não expor os repórteres a esse tipo de cenário, por não julgar que traga algum diferencial que justifique a cobertura presencial. O que faz refletir, no entanto, é a predominância de fontes ouvidas no universo em questão.

Tabela 26 – Presença de testemunhas – Jornal da Paraíba

PRESENÇA DE TESTEMUNHAS	FREQUÊNCIA (NÚMERO DE MATÉRIAS)	PORCENTUAL	PORCENTAGEM VÁLIDA
Sim	7	10,1%	10,4%
Não	49	71,0%	73,1%
Matéria de repercussão	11	15,9%	16,4%
Total válido	67	97,1%	100,0%
Sem correspondência	2	2,9%	
Total	69	100,0%	

Fonte: Elaboração própria

Tal como demonstrado na tabela 27, enquanto as fontes familiares/afetivas (facilmente encontráveis nos locais dos crimes) estão ausentes em 57 matérias (82,6%), as oficiais aparecem em 63 (91,3%) e são as predominantes, do ponto de vista do destaque discursivo, em 58 (84,1%). O que isso significa?

Tabela 27 – Fontes familiares/afetivas – Jornal da Paraíba

FONTES FAMILIARES/AFETIVAS	FREQUÊNCIA (NÚMERO DE MATÉRIAS)	PORCENTUAL
Uma	10	14,5%
Duas	1	1,4%
Quatro	1	1,4%
Nenhuma	57	82,6%
Total	69	100,0%

Fonte: Elaboração própria

⁴⁶Excluíram-se aqui as matérias de repercussão, porque teoricamente elas não necessitam da fala de testemunhas para servir ao propósito a que servem: atualizar os informes sobre um caso anterior.

Tabela 28 – Fontes oficiais – Jornal da Paraíba

FONTES OFICIAIS	FREQUÊNCIA (NÚMERO DE MATÉRIAS)	PORCENTUAL
Uma	45	65,2%
Duas	11	15,9%
Três	3	4,3%
Quatro	0	0,0%
Cinco ou mais	4	5,8%
Nenhuma	6	8,7%
Total	69	100,0%

Fonte: Elaboração própria

Consideraram-se fontes familiares/afetivas como parentes da vítima, vizinhos, conhecidos ou, até mesmo, colegas de trabalho. Não ir ao local do crime consequentemente redundava em não haver contato com tais pessoas, o que não impede, por parte do jornalista, que haja um diálogo com elas por outros meios, como o telefônico. Ainda assim, não haver esse diálogo é uma escolha justificável, pela óptica de não expor esses indivíduos, que já estão sofrendo com a perda. Contudo, quando se fala na preponderância das fontes oficiais – denominação em que se enquadram policiais civis ou militares, Ministério Público, Secretaria de Segurança, entre outros –, combinada com a inexistência das familiares, está-se diante de uma matéria que só ouve um lado da história: a versão policial.

Um adendo necessário a essa oficialização das vozes ouvidas para a construção midiática do crime violento diz respeito à preferência por certos atores. Em 23 matérias (33,3%), traz-se a Polícia Civil, sob a personificação de delegados ou agentes de investigação. Em seguida, a fonte mais recorrente não tem nome: é referenciada genericamente, como *polícia*. Não se sabe de onde saíram aqueles informes. Não há responsabilização informativa.

Como discutido quando da análise do *Correio*, o prejuízo dessa prática é um reporte bastante limitado, que encontra identificação direta com o modelo padrão de notícia observado, até então, no *Jornal da Paraíba*, bem como no seu concorrente: matérias que respondem aos questionamentos básicos do *lead*, com fins meramente descritivo-informativos, sem aprofundar os debates sobre o que aquele episódio representa do ponto de vista macrossociológico (como a mortalidade cada vez maior da juventude) ou mesmo microsociológico (como a tristeza e a desestruturação gerada nas famílias daqueles que partiram e na comunidade em que se inseriam). Limitam-se, portanto, a um boletim de ocorrência, que só escuta uma versão sobre o que se passou.

Tanto é assim, que não se sabe quase nada das vítimas: se têm pai, mãe ou filhos, se são ricas, pobres ou, como questionou uma das variáveis desta análise, se têm uma ocupação. Em 49 matérias (74,2% válidos), os textos não referenciam um emprego, uma formação ou um meio de vida dos retratados, que são reduzidos ao nome ou à juventude, como quando o termo *jovem* antecede o nome prenome. Assim, redige-se a notícia, na maior parte dos casos, como se o único elemento qualificador da vítima fosse sua própria juventude (tabela 29).

Tabela 29 – Referência à ocupação das vítimas – Jornal da Paraíba

REFERÊNCIA À OCUPAÇÃO DAS VÍTIMAS	FREQUÊNCIA (NÚMERO DE MATÉRIAS)	PORCENTUAL	PORCENTAGEM VÁLIDA
Sim	16	23,2%	24,2%
Uma(s) vítima(s) tem(têm) ocupação citada, outra(s) não	1	1,4%	1,5%
Não há referência	49	71,0%	74,2%
Total válido	66	95,7%	100,0%
Sem correspondência	3	4,3%	
Total	69	100,0%	

Fonte: Elaboração própria

Nota: Três matérias não tiveram correspondência, por não fazerem referência a jovens específicos: “Calçadão vira ‘palco’ de roubos e uso de drogas” (13/02/2014), “PB: 1,6 mil adolescentes são vítimas da violência” (23/04/2014) e “Uma criança é abusada a cada 15 horas na Paraíba” (16/11/2014).

Por outro lado, é recorrente, em quase metade das situações, a preocupação com o histórico criminal, como retrata a tabela 30.

Tabela 30 – Menção a envolvimento ilícito – Jornal da Paraíba

MENÇÃO A ENVOLVIMENTO ILÍCITO	FREQUÊNCIA (NÚMERO DE MATÉRIAS)	PORCENTUAL	PORCENTAGEM VÁLIDA
Sim	25	36,2%	37,3%
Uma(s) vítima(s) sim, outra(s) não	5	7,2%	7,5%
Não tem envolvimento ilícito	3	4,3%	4,5%
Não menciona	34	49,3%	50,7%
Total válido	67	97,1%	100,0%
Sem correspondência	2	2,9%	
Total	69	100,0%	

Fonte: Elaboração própria

Vê-se que, das 67 matérias válidas (por terem resposta correspondente nesta variável), 33 (49,3%) trazem o informe positivo ou negativo de que a vítima possuía algum envolvimento ilícito anterior. A menção ocorre de maneiras distintas, mas as mais frequentes dizem respeito à utilização de drogas, ao envolvimento com o tráfico ou ao fato de a vítima ser albergada (alguém que cumpre pena em regime semiaberto) ou ex-presidiária. Esses dois últimos aspectos são de uma força tamanha, que podem ser interpretados como estigmas (GOFFMAN, 1988).

Figura 10 – Exemplos do estigma “ex-presidiário” – Jornal da Paraíba

INTEGRANTE DOS 'PEIXEIROS'

Ex-presidiário é executado em CG

O ex-presidiário Francirán Feitosa de Amorim, 25 anos, foi assassinado com um tiro no abdome, em frente de casa, no Conjunto Mariz, em Campina Grande. O crime aconteceu no final da tarde do último domingo. De acordo com a Polícia Civil (PC), ele era integrante da gangue dos "Peixeiros" e já esteve preso por tráfico de drogas. "Já temos suspeitos para o caso, mas para não comprometer as investigações, não podemos revelar mais detalhes", completou. SERTÃO

No sítio Estação, zona rural do município de Bonito de Santa Fé, no Sertão, o jovem Francisco Henrique de Araújo, 25 anos, foi morto com quatro tiros em um bar no último domingo. Segundo informações divulgadas pelo 6º Batalhão de Polícia Militar (BPM), localizado em Cajazeiras, testemunhas relataram que o suspeito, identificado apenas como "Gilvan", teria atirado contra a vítima, por vingança, porque Henrique teria tentado matá-lo há alguns meses, durante uma briga, quando ambos estavam no estado de São Paulo. O autor dos disparos fugiu e não foi localizado.

DENÚNCIA

Ex-presidiário é preso acusado de estuprar duas adolescentes

Mais de dez casos de estupro foram registrados em João Pessoa, totalizando quatro casos somente nesta semana. Dessa vez, o acusado é um homem de 28 anos que mora no bairro do Crifão e teria abusado sexualmente de duas adolescentes, uma de 14 anos e outra de 15 anos. O caso foi encaminhado para a Delegacia da Mulher da capital e o suspeito levado para o presídio do Rêgo, de onde tentou fugir, mas foi capturado pouco depois. De acordo com a delegada responsável pelo caso, Maria da Conceição Casado, além do crime de estupro, há fortes indícios de exploração sexual por parte do acusado.

Segundo Maria da Conceição, o acusado teria, inicialmente, conhecido duas adolescentes, de 14 e 15 anos, para fazerem um teste para trabalharem e ganharem um salário de R\$ 1,5 mil por mês. "Logo atrás a situação mudou, as duas foram obrigadas a fazer sexo com ele e a trabalhar com ele", relatou a delegada.

Após esse primeiro fato, as adolescentes deixaram de trabalhar para ele e foram obrigadas a fazer sexo com ele. As adolescentes deixaram de trabalhar para ele e foram obrigadas a fazer sexo com ele. As adolescentes deixaram de trabalhar para ele e foram obrigadas a fazer sexo com ele.

EM CAMPINA

Albergado é morto na saída de presídio

Menos de 20 dias depois de obter o benefício da progressão de regime, o albergado Wellington Nascimento Cruz, 24 anos, foi assassinado com seis tiros no início da manhã de ontem, quando deixava a penitenciária do Monte Santo, em Campina Grande. Ele estava cumprindo pena por roubo e havia sido transferido do presídio do Sertão no dia 12 de agosto, quando passou para o regime semiaberto.

De acordo com informações do diretor do presídio, José Risenho de Moraes, o crime aconteceu por volta das 5h, horário em que os presidiários albergados são liberados. Segundo ele, os agentes penitenciários ouviram os tiros e já encontraram Wellington morto, mas não souberam informar como o crime foi praticado.

Já o delegado Antônio Lopes disse que vai começar a ouvir nos próximos dias familiares da vítima, na tentativa de chegar à autoria do crime. Segundo ele, a polícia ainda não sabe quantas pessoas estão envolvidas no homicídio, já que no local ninguém disse ter presenciado a ação. "Acreditamos que o crime possa ter relação com alguma rixa, até porque faz muito pouco tempo que ele conseguiu a progressão de regime", afirmou.

EX-PRESIDIÁRIA

Dupla de motocicleta persegue e executa mulher no Valentina

Apesar do registro da redução de homicídios de mulheres, segundo informações da Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social (SeDS), nos seis primeiros meses desse ano, mais uma mulher foi assassinada em João Pessoa. O crime aconteceu na última quarta-feira no bairro de Valentina de Figueiredo por indivíduos não identificados, que perseguiram a vítima e a alvejaram com diversos disparos de arma de fogo. Essa foi a segunda mulher executada no mesmo dia.

O homicídio aconteceu por volta das 16h30 da última quarta-feira. A vítima, Bruna Kelly Vidal Silva, de 23 anos, passava de moto pelo bairro quando, de acordo com informações repassadas por testemunhas à polícia, foi perseguida por duas pessoas que estavam em uma moto vermelha. Pouco tempo depois, elas a interceptaram e dispararam diversos tiros contra ela, que morreu ainda no local. Após o fato, os suspeitos fugiram. Conforme a polícia, Bruna estaria em liberdade há cerca de três meses, após ter cumprido pena por tráfico de entorpecentes. Apesar disso, a polícia não tem indícios que levem à autoria do crime.

Na madrugada do mesmo dia, outra mulher tinha sido assassinada, desta vez no bairro de Mandacaru. A vítima foi Danielle de Araújo Pontes, de 29 anos, e, segundo informações da polícia, o crime teria como explicação uma suposta ligação da vítima com o tráfico de drogas.

Neste ano, de acordo com a SeDS, de janeiro a junho ocorreram 53 assassinatos de mulheres na Paraíba, enquanto que no mesmo período do ano passado foram 78 casos. Os dados representam uma redução de 32% nesse tipo de crime até o período.

DROGA

Ex-presidiário é assassinado a tiros em Patos

Um ex-presidiário foi morto a tiros a uma mulher baleada, durante a noite da última terça-feira, no bairro Vitória, em Patos, no Sertão paraibano. As ações aconteceram simultaneamente, mas a polícia ainda não tem pistas dos autores e suspeita de tráfico de drogas.

O homicídio e a tentativa aconteceram por volta das 23h, quando o fluxo de pessoas na rua era pequeno. De acordo com as informações da Polícia Militar, no bairro ninguém quis falar sobre o crime. Os policiais apenas encontraram o corpo.

CENTRO DE EMERGÊNCIAS UROLÓGICAS

Prof. Hélio Carlos Ferreira

CRM- 891-PB

Tratamento Clínico e Cirúrgico do Aparelho Urinário.

INVESTIGAÇÃO

Albergado e garoto de 15 anos são executados

Crimes ocorreram em menos de quatro horas. Campina já registra 128 homicídios este ano.

Em menos de quatro horas, dois crimes foram cometidos na Paraíba, enquanto que no mesmo período do ano passado foram 78 casos. Os dados representam uma redução de 32% nesse tipo de crime até o período.

Fonte: Jornal da Paraíba

A figura 10 faz um apanhado da quantidade de vezes em que o JP, nos títulos das matérias, identifica a vítima de violência a partir daquilo que o faz um *outsider* (BECKER, 2008; ELIAS; SCOTSON, 2008), de modo que sua caracterização não ultrapassa a mera

ilegalidade prévia. Os textos não se importam em nomear o indivíduo como jovem, como pai, como filho ou pela sua ocupação antes da detenção: sua vida se resume ao fato de ter sido condenado judicialmente em algum momento de sua vida.

De certa forma, vê-se que o uso dessas atribuições tem um efeito amenizador, no sentido de que a morte ou o sofrimento físico dessas pessoas são vistos como algo esperado, que não carece de comoção ou impacto, ainda que, ao mesmo tempo, o jornal considere importante noticiar tais ocorrências. Destarte, quando em quase metade dos casos aparece essa referência, o efeito é de tranquilizar a população, de que aquele é um destino natural reservado a pessoas cujo passado é desviante.

Hierarquiza-se, portanto, quais os tipos de informações de primeira ordem no *JP*: o nome (quando possível), a idade (quase sempre), o local e o dia do crime violento (regra geral), a descrição aproximada do desenrolar dos fatos (geralmente, através de uma fonte oficial, como a polícia), ressaltando, enfim, um possível histórico penal que justifique, de certa maneira, o ato violento sofrido.

5.2.3 Formato e destaque

Observou-se que, por mais que o *Jornal da Paraíba* tenha noticiado, com maior representatividade, crimes violentos vitimando jovens, em comparação ao *Correio*, o assunto ainda apareceu de forma muito discreta, dentro do leque de assuntos levantados nas edições. Essa opção em não se alicerçar sobre a temática policial levou a crer, antes mesmo da realização da análise propriamente dita, que a ênfase visual atribuída ao objeto de estudo desta pesquisa seria proporcionalmente pequena, sobretudo depois da verificação da superficialidade no conteúdo e das limitações argumentativas das notícias, vista no subtópico anterior.

De fato, a aplicação analítica das variáveis de estudo referentes ao destaque possibilitou que a conjectura exposta se confirmasse. Entretanto, como se detalhará neste item, o valor-notícia atribuído a essas matérias parece ter sido ligeiramente maior do que no *Correio*, tendo em vista uma série de fatores que serão detalhados a seguir. O primeiro deles se refere ao tamanho das matérias.

No concorrente, mostrou-se que 78,3% das matérias ocupavam menos de $\frac{1}{4}$ de página, cabendo a apenas quatro matérias mais de meia página, sem ultrapassar $\frac{3}{4}$ do espaço total. No *JP*, ainda que reste a 49 notícias (71%) uma área mínima (menos de $\frac{1}{4}$), encontram-se oito

notícias (o dobro do *Correio*) com mais da metade da área paginal visível, incluindo duas que ocupam a integralidade de uma folha e três com mais de uma lauda.

Tabela 31 – Tamanho das matérias – Jornal da Paraíba

TAMANHO DAS MATÉRIAS	FREQUÊNCIA (NÚMERO DE MATÉRIAS)	PORCENTUAL
Menos de ¼ de página	49	71,0%
Entre ¼ e ½ de página	12	17,4%
Entre ½ e ¾ de página	3	4,3%
Entre ¾ e página inteira	2	2,9%
Até uma página e meia	1	1,4%
Mais de duas páginas	2	2,9%
Total	69	100,0%

Fonte: Elaboração própria

Vale ressaltar que, entre as duas com mais de duas páginas, uma delas está completamente inserida na discussão sobre jovens vítimas de crimes violentos. Trata-se da *especial* “Uma criança é abusada a cada 15 horas na Paraíba” (16/11/2014), que, apesar do título, abarca também a adolescência e, conseqüentemente, a juventude. Existe, portanto, uma maior visibilidade para o assunto, no dia da semana com mais potenciais leitores (domingo).

Outro ponto que faz pensar que existe uma relevância superior ao tema em análise corresponde ao número de matérias por página. Diferentemente do *Correio*, que traz pelo menos quatro matérias por páginas em 71% dos casos, o padrão do *Jornal da Paraíba* é de apresentar menos notícias, dando-lhes mais espaço (mesmo que inferior a ¼ de página) e fugindo do modelo de uma coluna tão marcante no concorrente, como visto na seção 4.1.3. Obviamente essa não é uma opção que diz respeito apenas aos cadernos de *Cidades* e *Últimas* ou somente ao noticiário policial, pois é visível em todo o periódico.

Tabela 32 – Quantidade de matérias por página – Jornal da Paraíba

QUANTIDADE DE MATÉRIAS POR PÁGINA	FREQUÊNCIA (NÚMERO DE MATÉRIAS)	PORCENTUAL
Uma	3	4,3%
Duas	14	20,3%
Três	26	37,7%
Quatro ou mais	26	37,7%
Total	69	100,0%

Fonte: Elaboração própria

[illegible]

Outro ponto distintivo da apresentação do noticiário sobre crimes violentos vitimando jovens, no *JP*, é a localização das matérias nos cadernos e nas páginas em que se inserem. A maioria delas não está nas capas das suas respectivas seções. Ainda que isso só ocorra em quatro casos (5,8%) – um a menos que no *Correio*, em que todas abrem *Últimas* –, três do *Jornal da Paraíba* abrem *Cidades*.

O sentido implícito nessa diferença se refere ao fato de que, por ser um seguimento dedicado originalmente às últimas notícias do dia, as matérias podem constar em *Últimas* somente por se referirem aos casos mais recentes, ocorridos durante o horário de fechamento do jornal. Por outro lado, ainda que julgados importantes, o universo a partir do qual é feita a

seleção de quem terá maior destaque é bem menor, por se tratar de apenas uma página. Já quando estão na capa de *Cidades*, como no *JP*, vê-se que a editoria acreditou realmente no potencial de aquele assunto ser o carro-chefe do caderno, mesmo diante de, em geral, mais de 10 notícias apuradas pelos repórteres durante o dia.

Figura 12 – Capa de Cidades – Jornal da Paraíba

Cidades Jornal da Paraíba
QUARTA-FEIRA, 23/04/2014

PB: 1,6 mil adolescentes são vítimas da violência
Crianças do Sítio são de 10 anos e apontam João Pessoa como a cidade com mais óbitos

João Pessoa, Paraíba. São mais de 1,6 mil adolescentes que vivem no Sítio, um dos pontos mais violentos da cidade. Os dados foram levantados por uma pesquisa realizada pelo Instituto de Políticas e Gestão da Juventude (IPGJ) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). De acordo com o estudo, a maioria dos adolescentes é de origem pobre e mora em áreas de risco. A pesquisa também apontou que a violência é o maior problema enfrentado pelos jovens do Sítio.

Complexo Grande vai ganhar cinco unidades de polímero

Análise de Notícias
A reportagem do Sítio é uma investigação profunda sobre a violência que ocorre no local. O texto é bem estruturado e apresenta dados concretos sobre o número de vítimas e a origem dos adolescentes. A linguagem é acessível e o tom é informativo.

ESPECIAL SEMINOVOS AUTOVIA

Modelo	Preço
Celta	R\$ 18.900,00
Prisma	R\$ 24.900,00
Celta LS	R\$ 22.900,00
Montana	R\$ 35.900,00
Vectra	R\$ 30.900,00
Celta LT	R\$ 25.900,00

FAÇA SEUS NEGÓCIOS COM VEÍCULOS COMPLETAMENTE ONLINE
2106.5151
AUTOVIA
CHEVROLET

Fonte: Jornal da Paraíba (23/04/2014)

Maior valor-notícia dado ao objeto de estudo desta pesquisa, em comparação ao *Correio*, percebe-se também através da análise das manchetes de página, expressão que se refere à matéria que se localiza no topo, com as letras do título maiores que a de todos os outros, significando hierarquia, no sentido de que aquele é o texto com conteúdo mais relevante. Viu-se que, no *JP*, 27 notícias (39,1%) abrem página, sete a mais que no *Correio*. A oscilação não é tremenda, mas, combinada às outras características anteriormente mencionadas, fica perceptível uma interpretação editorial um pouco diferente sobre o assunto.

A ideia se reforça quando se identifica uma maior presença de fotografias acompanhando as matérias, já que, no *Correio*, elas não aparecem em 87% do universo

estudado. No *JP*, esse indicador cai para 73,9% (51 matérias), pois 18 notícias trazem fotos – o dobro do periódico rival. Em 11 delas, são mostradas a polícia (como uma viatura ou delegados), o local do crime (a fachada, sem exibir sangue ou as vítimas) ou o jovem (em três casos, mostrando-os a distância e, em um, uma fotografia antiga, para identificação). São imagens cuja área não ultrapassa $\frac{1}{4}$ de página (em 17 dos 18 casos / 94,4%) e, embora se caracterizem pela ambiência policial, não exploram o choque, a negatividade ou a tristeza da situação em questão, mas também não ousam nem exercem, por si só, uma função informativa, já que cumprem apenas o papel de ilustração.

Tabela 33 – Presença de fotografias internas – Jornal da Paraíba

PRESENÇA DE FOTOGRAFIAS INTERNAS	FREQUÊNCIA (NÚMERO DE MATÉRIAS)	PORCENTUAL
Uma	15	21,7%
Duas	2	2,9%
Três	0	0,0%
Quatro	1	1,4%
Nenhuma	51	73,9%
Total	69	100,0%

Fonte: Elaboração própria

No mais, as outras propriedades vislumbradas a partir da análise aproximam muito as visões de ambos os jornais. No que tange ao gênero jornalístico das matérias, encontra-se praticamente o mesmo quadro, já que, tal como no *Correio*, 62 matérias (89,9%) consistem em notas ou notícias, sendo sete (10,1%) reportagens. Há, portanto, pouco aprofundamento em ambos os veículos, que se dedicam basicamente a repassar as informações, com mera preocupação descritiva.

Tabela 34 – Gêneros jornalísticos – Jornal da Paraíba

GÊNEROS JORNALÍSTICOS	FREQUÊNCIA (NÚMERO DE MATÉRIAS)	PORCENTUAL
Nota	9	13,0%
Notícia	53	76,8%
Reportagem	7	10,1%
Total	69	100,0%

Fonte: Elaboração própria

Nas capas, também se encontram relações idênticas, pois, no *JP*, somente 10 matérias (14,5%) receberam chamadas, isto é, caixas de texto em que se resume a notícia, indicando o caderno e a página em que o leitor encontrará a informação por completo. Sobre as manchetes, só uma matéria (1,4%) sobre jovens vítimas de crimes violentos tornou-se a principal de toda a edição. Coincidentemente, trata-se do mesmo dia da única manchete do *Correio* (26 de dezembro). Em “Violência: PB registra 22 mortes em 48 horas”, o periódico faz o mesmo apanhado realizado pelo rival, somando seis mortes noticiadas na edição antecedente com 16 novas, ocorridas no dia anterior. No entanto, o cálculo difere do *Correio*, que se referia a 15 (ou 14, conforme problematizado ao final da seção 4.1.3) assassinatos no mesmo período. Questiona-se, portanto, quem teria a informação correta.

Estruturalmente, todavia, a questão é a mesma: a notícia existe apenas para relatar a situação do crime, sem nada informar sobre as vítimas – se eram solteiras, casadas, com filhos, onde moravam, os impactos familiares da perda, os possíveis contextos pessoais e ambientais. Mesmo diante dessa carência informativa, o interesse em dar destaque parece se justificar através do pensamento de Weber (2005), no que toca ao fato social patológico: o crime, apesar de presente em todas as sociedades, saiu da curva de normalidade, isto é, da quantidade comum de ocorrências para o intervalo de tempo em questão – o Natal.

O que se pode valorizar é o fato de que, enquanto o *Correio*, em dado momento de sua matéria principal, só enumera os bairros em que houve crimes violentos e finaliza a matéria, o *JP* cita caso a caso, ainda que de forma precária. Outro ponto positivo é trazer pelo menos uma avaliação sobre aquela conjuntura, através de uma fala da polícia, de que aquele pico de homicídios poderia ter a ver com a liberdade provisória de presidiários, soltos para desfrutar as festas natalinas com os familiares. Há uma limitação de fontes, mas fica clara a tentativa de ir além do relato burocrático.

Mais uma parecença se vê nas fotografias de capa. Enquanto o *Correio* trouxe apenas uma foto sobre o tema desta dissertação, o *Jornal da Paraíba* apresentou duas (2,9%). Ambos são indicadores mínimos, que revelam a grande limitação criativa que os profissionais fotógrafos enfrentam na cobertura da temática aqui discutida. Praticamente não há interesse em registrar olhares sobre o fenômeno que envolve atos violentos. Precisa-se ressaltar, contudo, que um esforço é feito em uma imagem do *JP*, como se vê na figura 13.

Figura 13 – Foto de capa – Jornal da Paraíba



Fonte: Jornal da Paraíba (07/05/2014)

A fotografia, que acompanha a notícia de título interno “Dupla mata mulher e fere criança de 5 anos”, de 07 de maio, foge do clichê fotográfico quando, para retratar o tiroteio que ocasionou a morte da jovem (aqui chamada de *mulher*), angula a imagem a partir de um dos furos feitos pelos tiros, vendo-se, do outro lado, policiais militares. Acredita-se que esse mesmo trabalho poderia ser feito em matérias análogas, haja vista que, sem ter que mostrar cenas como sangue ou cadáveres, consegue-se apanhar, por meio de imagens, o impacto do que se reporta.

Diante de tudo que se discutiu, chega-se a um panorama bastante claro: ainda que o *Jornal da Paraíba* dê maior destaque aos crimes violentos cujas vítimas são jovens, em comparação ao *Correio*, o noticiário ainda fica bastante limitado, dentro da variedade temática do periódico. Pensa-se que isso se justifica pelo fato de, além de o jornal não ter um perfil policialesco, as matérias tendem a não ter conteúdo informativo/problematizante suficiente, para que se imponham sobre os demais relatos jornalísticos. Isso fica bastante claro ao se trazer à tona, por fim, como se dá a apresentação das notícias.

Tabela 35 – Apresentação dos crimes violentos – Jornal da Paraíba

APRESENTAÇÃO DOS CRIMES VIOLENTOS	FREQUÊNCIA (NÚMERO DE MATÉRIAS)	(continua) PORCENTUAL
O(s) crime(s) violento(s) é(são) a matéria principal	26	37,7%
O(s) crime(s) violento(s) é(são) matéria coordenada ou vinculada a outra, sobre assunto diferente	2	2,9%

Tabela 35 – Apresentação dos crimes violentos – Jornal da Paraíba

APRESENTAÇÃO DOS CRIMES VIOLENTOS	FREQUÊNCIA (NÚMERO DE MATÉRIAS)	(conclusão) PERCENTUAL
Matéria de repercussão: o crime é citado como suíte (lembração/retomada do caso), após apresentação de situações novas	10	14,5%
O(s) crime(s) é(são) citado(s) apenas como exemplo(s) ilustrativo(s)	2	2,9%
O(s) crime(s) é(são) apresentado(s) dentro de um balanço policial de ocorrências	27	39,1%
A referência é genérica, não individualizada	2	2,9%
Total	69	100,0%

Fonte: Elaboração própria

Constata-se, a partir do quadro acima, que, no *JP*, o formato mais recorrente de apresentação dos crimes violentos, com o recorte juventude, é o balanço de ocorrências policiais. A tendência é de que, como estão agrupados, os eventos sejam meramente citados, sem uma individualização aprofundada das vítimas. Responde-se, então, às seis perguntas do *lead* jornalístico – *quem fez o que, onde, quando, como e por que* –, associada à sétima questão, sobre o *envolvimento*, e segue-se para os outros casos, que mantêm a mesma dinâmica. Assim posto, infere-se que o noticiário assume para si um papel descritivo, através de fontes oficiais, e cumprem burocraticamente o contrato de leitura estabelecido com os leitores, sem haver um compromisso em ir além do fato midiático então nascido. Encontra-se justificção, portanto, para um último dado observado: em 82,4% dos casos, as notícias de crimes violentos se encerram no momento em que são publicadas, pois o jornal não as repercute nas edições posteriores. O indicador é 7% superior ao do *Correio da Paraíba*.

5.3 Reflexões teóricas sobre os resultados obtidos

A Análise de Conteúdo empreendida sobre as edições do *Correio da Paraíba* e do *Jornal da Paraíba* permitiu que se chegasse aos resultados demonstrados até então, neste capítulo. No sentido de solidificar as discussões, julga-se importante retomar as características mais gerais apresentadas e explicitar, concisamente, as relações diretas com o arcabouço teórico discutido neste trabalho, alicerce a partir do qual as abordagens analíticas se erigiram.

Assim posto, um primeiro pilar visualizado – comum aos dois periódicos – refere-se às percepções sobre o crime violento e o *ser jovem*. Observou-se, em primeiro lugar, consenso na apresentação dos casos como crimes, para além da generalização arriscada que envolve o termo *violência* (DAMATTA, 1982). Por outro lado, não se percebeu uma abordagem sensacionalista dos acontecimentos (ANGRIMANI, 1995), já que não há explorações das vítimas, de imagens ou das ferramentas visuais e linguísticas, como fotografias e títulos.

Já o enfoque da juventude fica bastante diluído dentro da pluralidade que envolve o vocábulo, conforme discute Bourdieu (2003). No entanto, essa multiplicidade semântica não redundava em uma conceituação homogênea, posto que, segundo Margulis e Urresti (2008), existem implicações que precisam ser consideradas, quando da classificação de alguém como jovem ou não. Bons exemplos são a função e a condição social dos indivíduos.

Essas condições são bastante vistas nas notícias veiculadas pelo *Correio* e pelo *JP*, já que pessoas com as mesmas idades são, por vezes, inseridas na juventude e, em outras, sequer se menciona a possibilidade. Infere-se, portanto, que a variável depende da percepção pessoal de quem escreve ou titula o noticiário (repórteres ou editores), tendo grande peso a ocupação daquele que sofreu a violência específica, a qual serviria como indicador da transição para a vida adulta. Em todo caso, mesmo nas situações em que existe uma qualificação juvenil, não se percebe que isso influa, para que a construção midiática tenha maior relevância ou desperte maior impacto, pois o noticiário é o mesmo independentemente da idade da vítima.

Devido a essa quase indiferença etária, não há uma associação entre ser jovem e cometer delitos em nenhum dos periódicos, tal como se vê em muitas pesquisas sociológicas desde os anos 60 (MÜLLER, 2005). Todavia, nota-se, com muita clareza, o estigma (GOFFMAN, 1980) carregado por aqueles em cujo histórico constam ilícitos penais. O conceito é pensado aqui como os atributos que afastam determinados sujeitos do convívio com um dado grupo e os faz sentirem-se, naquela situação de interação, como inferiores aos demais – ou, no pensamento de Elias e Scotson (2000), como *outsiders*.

Essa dinâmica é marcante na referência, pelos jornais, a indivíduos que têm pendências judiciais ou consumidores/traficantes de drogas. Suas mortes ou crimes diversos sofridos são descritos, mas, em cerca de metade dos casos, tão importante quanto o relato é a ressalva sobre o passado criminal, de modo que, em vez de haver referência a uma ocupação, usa-se, sobretudo no *Jornal da Paraíba*, a expressão *ex-presidiário* como alcunha.

De modo geral, também se vê que a construção midiática sobre os crimes violentos – aqui pensados como os desvios penais (BOBBIO, 2001) que envolvem violência física – considera os homicídios como aqueles com maior potencial de noticiabilidade, de acordo com

definição de Wolf (1995). Isso implica em ocorrências como roubos, por exemplo, serem ignoradas no noticiário.

Mesmo assim, avalia-se que os valores-notícia predominantes nas notícias policiais, como a negatividade, a atualidade ou o impacto, ainda são discretos em comparação às demais pautas veiculadas nos cadernos de *Últimas* e *Cidades* de ambos os jornais, como educação e saúde, pois as matérias sobre crimes violentos vitimando a juventude representam menos de 8% do universo total publicado, embora a Paraíba tenha registrado, somente em 2014, uma média de quatro homicídios por dia, sendo dois de pessoas na faixa etária entre 15 e 29 anos – e essa é apenas uma variedade de crime violento. É compreensível, então, que a maior parte dos textos se classifique como notas ou notícias (MARQUES DE MELO, 2010), isto é, matérias cuja pretensão é somente informativa, sem aprofundar ou problematizar os assuntos cobertos jornalisticamente.

Por carecer de relevância, segundo percepção editorial dos periódicos, a tendência observada é de que os crimes violentos sejam retratados com pobreza argumentativa, ouvindo, em quase todas as situações, fontes oficiais, sobretudo a polícia. Por esse motivo, faz-se mister a ressalva quanto à noção de verdade: apesar da existência tácita de um contrato de leitura (FAUSTO NETO, 2007; VIZEU, 2002), as informações divulgadas não necessariamente correspondem à verdade, mas, sim, a uma interpretação unidirecional sobre os fatos, pois só contêm, em sua maioria, uma única versão sobre os fatos. Nem mesmo as fotografias, que poderiam consistir em uma ferramenta de auxílio compreensivo, conforme promessa histórica de reprodução do real (GOLZIO, 2013), não conseguem sequer se aproximar da concretização desse intento, pois são raras e, quando existentes, não ousam e se limitam a ilustrar o texto, em vez de constituir, por si só, um produtor de sentidos.

Esse caráter descritivo/não propositivo é característico de uma mídia que se relaciona com o cotidiano apenas como a fonte que lhe fornece a matéria vital, para sua subsistência. Considerando o crime como fato social normal (DURKHEIM, 2007), o jornalista sabe que, mais cedo ou mais tarde, poderá contar com notícias policiais. Assim, por mais que as novas ocorrências acabem pautando os *media*, por romperem o ideal de segurança pública, elas são, em geral, pautadas, pois é apenas mais um tema entre vários passíveis de publicação. Tanto é assim, que pouco há destaque nesse tipo de cobertura, o que poderia ser diferente, se o jornalista se deixasse envolver pelas percepções microsociológicas de sua realidade social, como os pormenores das violências sofridas, dos impactos causados ou dos históricos pessoais ignorados.

Por fim, acredita-se que, apesar de todas essas limitações no conteúdo noticioso, os jornais persistem na veiculação do tema como forma de mostrar sua onipresença e vigilância, tal qual se espera de um panóptico (FOUCAULT, 2013): o olho que tudo vê, mesmo quando se pensa que nada se enxerga.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de entender como foram construídas as notícias sobre jovens vítimas de crimes violentos, no *Correio da Paraíba* e no *Jornal da Paraíba*, requereu que esta pesquisa levantasse reflexões teóricas, metodológicas e práticas, afinal, o campo de investigação da comunicação não pode se limitar a percepções superficiais sobre os *media*, tendo em vista que a informação pública é um dos elementos que influem no modo como os indivíduos veem a si mesmos e o universo ao redor.

Com esse intento, o primeiro capítulo destinou-se à discussão dos temas relativos à produção midiática dos acontecimentos, sendo a desconstrução de um possível ideal de verdade o passo inicial para se compreender que, diferente do que é disseminado historicamente pela imprensa, não existe veículo que consista em um mero reflexo da realidade. Nesse sentido, expondo as dinâmicas de apropriação e forja do cotidiano, debateram-se as implicações valorativas que direcionam, mesmo antes da ocorrência de um evento policial, a forma como os jornais abordarão dado assunto.

Entendendo, portanto, que, até se chegar a uma notícia (entendida aqui em seu sentido genérico), existe um verdadeiro processo que avalia os possíveis apelos que a ocorrência carrega consigo, pôde-se depreender que o jornalismo se trata de uma construção, que, no caso das publicações impressas, passa pelo crivo de repórteres, de editores e de uma linha editorial, cuja existência abstrata é determinante, ainda que não absoluta.

Já no segundo capítulo, o trabalho voltou-se ao debate das categorias antropológicas que envolvem esta dissertação: o crime, a violência e a juventude. Problematicou-se que, embora a abordagem de ocorrências policiais (seja por meio da imprensa ou do senso comum), por vezes, mostrem o ato violento e a criminalidade como sinônimos, trata-se de dois universos distintos, mas que encontram uma intersecção no crime violento, que constituiu o objeto deste estudo. Assim, refere-se a uma prática que envolve violência física e, ao mesmo tempo, viola as leis estabelecidas pelo Direito vigente.

No que toca ao *ser jovem*, apresentou-se uma série de visões acerca do momento etário, incluindo uma perspectiva histórica, para que se percebesse que não tem havido pensamento unívoco sobre a matéria. Na Idade Média, por exemplo, sequer existia a juventude, posto que, depois de não mais se depender da mãe para a sobrevivência básica, já se era tido como adulto. Ainda nos dias atuais, ciências como a medicina, a sociologia e a psicologia tratam-na a partir de olhares diferentes. A escolha teórica feita nesta dissertação, no entanto, considerou-a através das ciências sociais, para quem o jovem está na fase de

transição das funções sociais da puerícia para as da vida adulta. Importante ressalva, todavia, vem através da percepção da pluralidade que persiste vinculada ao vocábulo. Apesar de ser uma abstração, não existe um referencial padrão, pois as diversas situações que incidem sobre o indivíduo, como as de ordem familiar ou econômica, fazem-no, por vezes, ser considerado – ou não – jovem. Devido a essa multiplicidade semântica e por uma necessidade metodológica, adiantou-se, ainda nesta etapa da pesquisa, que o recorte das matérias a serem analisadas levaria em consideração a proposta do Estatuto da Juventude, que delimita o momento etário como o intervalo entre 15 e 29 anos de idade.

Chegando ao terceiro capítulo, discutiram-se os vários recortes empreendidos para delimitação do *corpus* de pesquisa. Apresentaram-se os jornais estudados, a justificativa para o período selecionado e para os cadernos trabalhados, resultando em 171 edições e 138 matérias, a serem avaliadas através da Análise de Conteúdo. Mostrou-se, então, a viabilidade e pertinência do método, já que possibilita um olhar sobre materiais extensos e identifica as tendências de apresentação dos conteúdos escolhidos, através de uma ficha que contém os questionamentos, em forma de variáveis, a serem aplicados ao *corpus*.

Exposto, portanto, como se realizou a pesquisa, chegou-se ao quarto capítulo, em que foram apresentados os resultados provenientes da análise e se chegou à concretização do objetivo geral proposto: entender de que forma os periódicos constroem midiaticamente os jovens vítimas de crimes violentos. De forma geral, percebeu-se que o *Correio da Paraíba* e o *Jornal da Paraíba* dão pouco espaço à temática no noticiário, já que não chega sequer aos 8% do universo geral de notícias. O percentual é ínfimo, pois se sabe que é alta a incidência de crimes cujas vítimas estão na juventude. As estatísticas oficiais, repassadas pelo Governo do Estado, dão conta de que, somente no que toca os homicídios, ocorre uma média de dois assassinatos de pessoas entre 15 e 29 anos, todos os dias.

Por outro lado, ainda que o destaque seja um pouco maior no *JP*, a apresentação desse tipo de acontecimento é bastante semelhante em ambos os periódicos. Sem que haja características sensacionalistas (como exageros gráficos, linguísticos, imagéticos ou a exploração injustificada do ocorrido, como as tragédias pessoais), a tendência observada em cada um é de que as matérias ocupem espaços mínimos em página, sendo construídas ouvindo apenas um lado da história – as fontes oficiais –, com a preocupação em atender às seis perguntas básicas do *lead* jornalístico: *quem fez o que, onde, quando, como e por quê*. A estas, soma-se uma sétima, em metade dos casos: *a vítima tem histórico de envolvimento ilícito?* Desse modo, como não há aprofundamento e os textos se limitam a descrever as circunstâncias dos crimes, nada se sabe sobre as vítimas (como sua vida pessoal e ocupação),

exceto quando existe um passado criminal. Nessas ocasiões, expõe-se o estigma, como forma de justificar, intencionalmente ou não, aquela violência.

Nesse ínterim, a juventude é percebida discretamente. Além de não existir nenhum consenso sobre o que é ser jovem, as matérias não problematizam o fato de pessoas nessa idade estarem perdendo suas vidas ou sofrendo violações diversas, quando deveriam estar construindo as bases para a maturidade e sendo protegidas pelo estatuto brasileiro de 2013, mecanismo jurídico criado para a defesa dos seus direitos. Essa reflexão só acontece em três situações, sendo duas no *Jornal da Paraíba* e uma no *Correio*. Assim, muitas vezes, a referência à juventude só parece ser útil, quando há carência de dados, pois o adjetivo *jovem* passa a ocupar o espaço que caberia a uma ocupação ou formação profissional do indivíduo.

Esse tipo de construção midiática confirma, em parte, a hipótese apresentada na introdução deste trabalho, a qual se referia à impressão de que, em ambos os jornais, as vítimas pobres seriam construídas superficialmente. A negação, no entanto, deve-se ao fato de que as matérias não dão sinais textuais de que se trata de pessoas com boas ou más condições financeiras, posto que não se sabe quase nada daqueles que tiveram seus direitos violados, seja de forma letal ou não. Cabe ao leitor fazer um julgamento. Assim, o que se pode dizer é que, de maneira geral, esse discurso raso se repete todo o noticiário analisado, o que é ainda mais conflituoso.

Portanto, observaram-se claros indícios de que tem havido uma *formularização* do jornalismo policial (ao menos no que diz respeito aos crimes violentos). É como se o repórter carregasse consigo um papel com perguntas pré-determinadas, cada uma contendo, ao lado, espaços em branco que deveriam ser preenchidos a cada nova ocorrência. Tanto é verdade, que a maioria das notícias analisadas no *corpus* poderia intercambiar-se facilmente, trocando apenas os nomes das vítimas, sem que nenhuma delas perdesse o sentido. Por outra óptica, também há evidências da precarização do trabalho produtivo do repórter, que provavelmente não vai ao local dos crimes, seja por inviabilidade logística ou por opção editorial, e tem que fazer todo o trabalho de apuração a partir da redação da empresa, o que justifica a carência descritiva dos locais e a ausência de fontes familiares/afetivas.

O prejuízo desse quadro é a sensação de que acontecimentos dessa natureza não têm importância, contribuindo com uma possível insensibilidade do público-leitor perante as mortes e violências sofridas por parte da juventude. Como estão frequentemente no noticiário, sem destaque e sem conteúdo relevante ou problematizante, reforça-se o que Durkheim (2007) define como fato social normal. É como se o crime sempre ocorresse e, por ser natural, não houvesse espaço para questionamentos ou variações. Entretanto, diferente do que o

cientista social pregava, não tem havido um significado por detrás da prática criminal. Se o autor esperava que, da criminalidade, fossem lançadas as bases futuras para transformações dos valores e das normas, esse tipo de construção midiática parece estar contribuindo muito mais com a manutenção do estado de coisas atual, em que os indivíduos violentados acabam sendo julgados unilateralmente, sem presunção de inocência, sobretudo os que carregam o estigma do *envolvimento*, pois seus amigos e familiares sequer são ouvidos.

Reconhece-se que nem o *Correio* nem o *Jornal da Paraíba* têm a obrigação ética de dar visibilidade a esse tipo de desvio penal, já que, como se viu, o perfil de ambos não é policialesco. No entanto, não se vê sentido, do ponto de vista jornalístico, em se publicarem notícias nesses moldes, pois, pelo mínimo espaço ocupado e pelo perfil do leitor assinante, elas têm grande chance de nem serem lidas.

Infere-se que a justificativa plausível para a recorrência desse noticiário é passar uma imagem de onipresença e vigilância social por parte dos periódicos, tal qual no panóptico de Bentham. Entretanto, essa prática, aqui denominada de *jornalismo-formulário*, elimina a capacidade produtiva, intelectual e reflexiva da profissão, pois os textos são construídos seguindo um padrão precário, visando apenas à descrição das ocorrências, sem mergulhar nas implicações macrossociológicas dos crimes violentos ou na riqueza contida na sociologia do cotidiano.

Avalia-se que, se há interesse, por razões diversas, em manter essa cobertura, que ela seja feita de modo a problematizar as vidas perdidas e a insegurança vivida, humanizando o noticiário e levando os interlocutores dos jornais a ter em mente de que nenhuma morte ou violência deveria ser aceitável, por se tratar de indivíduos partícipes de uma mesma sociedade. Da mesma forma que se ouve a polícia, que também se ouçam especialistas, profissionais e familiares, pois, ainda que a vítima seja um *outsider* na visão de quem lê o periódico, ela também tem uma história. O mesmo ocorre com as fotografias. Que se lhes devolva a autonomia de ir além do clichê de apresentar corpos/policiais/delegados e lhes possibilite informar, para além de meramente ilustrar os textos.

Obviamente não há como se fazer esse tipo de abordagem numa base diária, afinal, sabe-se que o funcionamento de uma empresa de comunicação é dinâmico e nem sempre há tempo nem disponibilidade de fontes para tal. Porém, espera-se que o questionamento do *status quo* esteja presente com maior recorrência, pois três matérias por ano não são suficientes, para se despertar uma nova consciência. Manter relatos descritivos sobre a criminalidade só faz aproximar o jornalismo de um reprodutor de boletins de ocorrência, que inferioriza as vítimas, à medida que não lhes dá nenhuma importância.

O público-leitor (que, no caso dos jornais impressos, são pagantes avulsos ou assinantes mensais/anuais) merece ter em mãos um produto de qualidade, que justifique o investimento feito com a aquisição do periódico. Em tempos de rádio, televisão, Internet e redes sociais, em que a informação circula quase que instantaneamente, não se justifica que o jornal impresso se satisfaça com a obtenção de informações componentes de um *lead* jornalístico factual. Sob pena de cair no ostracismo, as mídias impressas precisam se reinventar e assumir um papel diferenciado em relação aos demais *media*.

Boas iniciativas, contudo, existem e foram identificadas durante a análise empreendida nesta pesquisa. Afora as três reportagens que compõem o *corpus* e problematizam propriamente a juventude vítima de crimes violentos, viu-se que, ao decorrer do ano, o *Correio* e o *Jornal da Paraíba* se dedicam a discutir, com profundidade, assuntos igualmente problemáticos, mas que não compõem o objeto de estudo investigado. No *JP*, por exemplo, debate-se a superlotação de unidades de internação para adolescentes em conflito com a lei (30/12/2014), bem como a violência e o preconceito sofridos por homossexuais na Paraíba (18/07/2014). No *Correio*, questiona-se a falta de segurança em pousadas de João Pessoa (14/10/2014) e as crescentes mortes maternas, em virtude da falta de estrutura dos serviços de saúde estaduais (04/01/2014).

Entendendo, portanto, os pormenores da construção midiática nos dois periódicos, conclui-se que há capacidade e possibilidade de se superar a formularização em que os jornais se inseriram. A editoria do *Correio da Paraíba* já tem essa consciência, ao afirmar que

o jornal tem caminhado para isso [para um aprofundamento da cobertura] e precisa mudar mais. Não faz mais sentido – se é que fez um dia – copiar e publicar BOs [boletins de ocorrência], [...] tanto por causa do jornalismo online, que traz a notícia com mais rapidez, quanto pelo próprio papel social do jornalismo, da consciência do profissional de construir uma notícia que cause algum impacto social positivo, que denuncie, que aponte caminhos... (Trecho de entrevista realizada em 08 abr 2015, através de uma rede social)

Por fim, trazendo o ideal dos autores norte-americanos Bill Kovach e Tom Rosenstiel, o jornalismo tem uma finalidade clara – ainda que utópica –, que precisa ser lembrada diariamente pelos profissionais de imprensa: “Fornecer aos cidadãos a informação de que precisam para serem livres e se autogovernarem” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p. 16). Que existam, então, tentativas de se aproximar desse intento, promovendo reflexões, relativizações e diálogos, permitindo que as perspectivas estejam em contínua transformação.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Tássio José Ponce de Leon. **Jornalismo impresso e a burocratização da informação**: uma análise da construção midiática de crimes violentos, letais e intencionais no jornal Correio da Paraíba. 2015. Trabalho apresentado no I Simpósio de Pesquisa Sobre a Mídia Paraibana, João Pessoa, 2015.

ANGRIMANI, Danilo. **Espreme que sai sangue**: um estudo do sensacionalismo na imprensa. São Paulo: Summus, 1995.

ARAÚJO, Marco Antônio. Arnaldo Jabor e Cia agora pedem desculpas? **Pragmatismo Político**. 2013. Disponível em: <<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2013/06/arnaldo-jabor-cia-agora-pedem-desculpas.html>> Acesso em: 10 jan 2015.

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Tradução André Duarte. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., 1981.

ASSIS, Francisco de. Fundamentos para a compreensão dos gêneros jornalísticos. **Revista Alceu**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21. 2010. Disponível em: <http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/Alceu21_2.pdf> Acesso em: 22 abr 2015.

AZEVEDO, Maurício Maia de. O Código Mello Mattos e seus reflexos na legislação posterior. **Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro**. 2007. Disponível em: <http://www.tjrj.jus.br/c/document_library/get_file?uuid=b2498574-2cae-4be7-a8ac-9f3b00-881837&groupId=10136> Acesso em: 20 mai 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BAUER, Martin W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Tradução Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 189-217.

BECKER, Howard Saul. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Tradução Maria Luíza X. de Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BEZERRA, Saulo de Castro. Estatuto da Criança e do Adolescente: Marco da Proteção Integral. In: LIMA, Cláudia Araújo de (Coord.) et al. **Violência faz mal à saúde**. 1. ed. 2ª reimpressão. Brasília: Ministério da Saúde, 2006 (Série B. Textos Básicos de Saúde). p. 17-22.

BOBBIO, Norberto. **Teoria da norma jurídica**. Tradução Fernando Pavan Baptista e Ariani Bueno Sudatti. Bauru: EDIPRO, 2001.

BOURDIEU, Pierre. A “juventude” é só uma palavra. In: **Questões de sociologia**. Tradução Miguel Serras Pereira. Lisboa: Fim de Século Edições, 2003. p. 151-162.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 30 mar 2015.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Brasília, DF, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm> Acesso em: 30 mar 2015.

_____. **Estatuto da Juventude**. Lei nº 12.852 de 5 de agosto de 2013. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L-12852.htm> Acesso em: 19 abr 2015.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. Tradução Angela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.

CORREIA, João Carlos. **O admirável mundo das notícias: teorias e métodos**. Covilhã: Universidade da Beira Interior – LabCom, Livros LabCom, 2011. Disponível em: <http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20110524-correia_manual_noticial.pdf> Acesso em: 26 mar 2015.

COSTA, Lailton Alves da. Gêneros jornalísticos. In: MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco de (Org). **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010. p. 43-83.

DAMATTA, Roberto. As raízes da violência no Brasil: reflexões de um antropólogo social. In: PAOLI, Maria Célia et al (Orgs.). **A violência brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 11-44.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. Tradução Paulo Neves. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. (Coleção Tópicos)

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

FAUSTO NETO, Antonio. Contratos de leitura: entre regulações e deslocamentos. In: **Diálogos Possíveis**, Ano 6, n.2. Salvador: FSBA, 2007. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R1528-2.pdf>> Acesso em: 12 mar 2015.

FERREIRA JÚNIOR, Edísio; MEDEIROS, Katia. Desrespeito à imagem: a brutal exposição do jovem morto. In: ALVIM, Rosilene; QUEIROZ, Tereza; FERREIRA JÚNIOR, Edísio (Orgs.). **Jovens & juventudes**. João Pessoa: Editora Universitária – PPGS/UFPB, 2005. p. 213-236.

FIDALGO, António. Jornalismo online segundo o modelo de Otto Groth. **Biblioteca Online de Ciências da Comunicação**. 2004. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/fidalgo-groth-jornalismo-online.pdf>> Acesso em: 01 jul 2015.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa. Análise do Conteúdo. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005. p. 280-303.

Fontcuberta, Mar de. **La noticia**: pistas para percibir el mundo. Barcelona: Paidós Ibérica, 1993.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução Raquel Ramalhe. 41. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

GARCÍA, Marta Rizo. Comunicación, intersubjetividad y violencia: algunas reflexiones en torno a la debilitación de las relaciones comunicativas en entornos violentos. In: GARCÍA, Marta Rizo; ALDAYA, Vivian Romeu (Coord.). **Comunicación, cultura y violencia**. Bellaterra: Institut de La Comunicació, Universitat Autònoma de Barcelona, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10835/10404>> Acesso em: 26 mar 2015. p. 23-32.

_____; ALDAYA, Vivian Romeu (Coord.). **Comunicación, cultura y violencia**. Bellaterra: Institut de La Comunicació, Universitat Autònoma de Barcelona, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10835/10404>> Acesso em: 26 mar 2015.

GIOVANNINI, Giovanni. **Evolução na comunicação**: do sílex ao silício. Tradução Wilma Freitas Ronald de Carvalho. 5ª reimpressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

GOLZIO, Derval Gomes. **Fotografia e imprensa**: breve itinerário sobre usos e tecnologias. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013 (Coleção Humanidades).

GUAZINA, Liziane. O conceito de mídia na comunicação e na ciência política: desafios interdisciplinares. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, jul - dez. 2007. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/debates/article/download/2469/1287>> Acesso em: 26 mar 2015.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007 (Coleção Fazer Jornalismo). p. 123-142.

IGARTUA, Juan José; HUMANES, María Luisa. **Teoría e investigación en comunicación social**. Madrid: Editorial Síntesis, 2004.

KEIL, Ivete Manetzeder. Descrença política e violência urbana: existe uma relação? In: HARTMAN, Fernando; ROSA JÚNIOR, Norton Cezar dal Follo (Orgs.). **Violências e contemporaneidade**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2005. p. 27-38.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do Jornalismo**: o que os profissionais do jornalismo devem saber e o público deve exigir. Porto: Porto Editora, 2004.

KRUG, E. G. et al. (Ed.). **World report on violence and health**. Genebra: World Health Organization, 2002.

LIPOVETSKY, Gilles. **A felicidade paradoxal**: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. La juventud es más que una palabra. In: MARGULIS, Mario (ed.). **La juventud es más que una palabra**: ensayos sobre cultura y juventud. 3. ed. Buenos Aires: Biblos, 2008. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=cDr3LbGvBjYC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false> Acesso em: 29 mar 2015. p. 13-30.

MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco de (Org). **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.

_____; LAURINDO, Roseméri; ASSIS, Francisco de (Org). **Gêneros jornalísticos**: teoria e práxis. Blumenau: Edifurb, 2012.

MARTIN, André. Guerra de Secessão. In: MAGNOLI, Demétrio (Org). **História das guerras**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 219-252.

MARVIN, Rich. Formatos de jornais. **Diagramação design editorial**. 04/02/2015. Disponível em: <<http://diagramacao.blogspot.com.br/2009/12/formatos-de-jornais.html>> Acesso em: 11 abr 2015.

MEDINA, Cremilda. **Notícia, um produto à venda**: jornalismo na sociedade urbana e industrial. 2. ed. São Paulo: Summus, 1988.

MELO, Patrícia Bandeira de. **Histórias que a mídia conta**: o discurso sobre o crime violento e o trauma cultural do medo. 25 fev 2010. 331 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2010.

MONTESQUIEU. **Do espírito das leis**. Tradução Jean Melville. 1ª reimpressão. São Paulo: Martin Claret, 2009.

MÜLLER, Elaine. “As palavras nunca voltam vazias”: reflexões sobre classificações etárias. In: ALVIM, Rosilene; QUEIROZ, Tereza; FERREIRA JÚNIOR, Edísio (Orgs.). **Jovens & juventudes**. João Pessoa: Editora Universitária – PPGS/UFPB, 2005. p. 65-85.

NOVAES, Regina. Políticas de juventude no Brasil: continuidades e rupturas. In: FÁVERO, Osmar et al (Org.). **Juventude e contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007 (Coleção Educação Para Todos). p. 253-281.

OLIVEIRA, Carmen S. de Oliveira. Quem tem medo da violência juvenil? In: HARTMAN, Fernando; ROSA JÚNIOR, Norton Cezar dal Follo (Orgs.). **Violências e contemporaneidade**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2005. p. 13-26.

ONU. **Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**. 1966. Disponível em: <<http://www.oas.org/dil/port/1966%20Pacto%20Internacional%20sobre%20os%20Direitos%20Econ%C3%B3micos,%20Sociais%20e%20Culturais.pdf>> Acesso em: 01 abr 2015.

PACHECO, Alex Rômulo. Jornalismo policial responsável. **Biblioteca Online de Ciências da Comunicação**. 2005. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/pacheco-alex-jornalismo-policial-responsavel.pdf>> Acesso em 26 jun 2015.

PAIS, José Machado. **Vida cotidiana: enigmas e revelações**. São Paulo: Cortez, 2003.

PEREIRA, Wellington. A inscrição do cotidiano no jornalismo impresso (o artesanato da pesquisa). **Culturas Midiáticas**, João Pessoa, v. 2, n. 2. 2009. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/cm/article/view/11706/6731>>. Acesso em: 26 mar 2015.

RETONDAR, Anderson Moebus. **Sociedade de consumo, modernidade e globalização**. São Paulo: Annablume; Campina Grande: EDUEFG, 2007.

RIBEIRO DE OLIVEIRA, Luciana Maria. **Crime é “coisa de mulher”**: identidades de gênero e identificações com a prática de crimes em posição de liderança entre mulheres jovens na cidade de Recife/PE. 29 mai 2012. 197 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2012.

_____. Juventude, violência e pobreza no bairro de Peixinhos: questionamentos e alternativas. In: ALVIM, Rosilene; FERREIRA JÚNIOR, Edísio; QUEIROZ, Tereza (Org.). **(Re)construções da juventude: cultura e representações contemporâneas**. João Pessoa: Editora Universitária – PPGS/UFPB, 2004. p. 113-127.

_____. “Um dia a gente tem que morrer mesmo”: uma experiência etnográfica sobre as mortes de jovens infratores na cidade de Olinda/PE. In: FERREIRA JÚNIOR, Edísio; MARTINS, Iara; MEDEIROS, Kátia. **Sociologia da violência: textos sobre juventude e mídia**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2005. p. 63-74.

RIFIOTIS, Theóphilos. **Nos campos da violência: diferença e positividade**. 2006. Disponível em: <https://www.academia.edu/3059021/Nos_campos_da_viol%C3%Aancia_diferen%C3%A7a_e_positividade> Acesso em: 26 mar 2015.

_____. Violência e poder: avesso do avesso? In: NOBRE, Renarde Freire (Org.). **O poder no pensamento social: dissonâncias**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 157-173.

ROBERTI JÚNIOR, João Paulo. Evolução jurídica do direito da criança e do adolescente no Brasil. **Revista da Unifebe (Online)**, Brusque, v.1, n. 10. 2012. Disponível em: <<http://www.unifebe.edu.br/revistadaunifebe/20121/artigo025.pdf>> Acesso em: 01 abr 2015.

ROMÃO, Davi Mamblona Marques. **Jornalismo policial: indústria cultural e violência**. 2013. 206 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2013.

SOUZA, Maria Antoniêta Albuquerque de. A juventude no plural – anotações sobre a emergência da juventude. In: ALVIM, Rosilene; QUEIROZ, Tereza; FERREIRA JÚNIOR, Edísio (Orgs.). **Jovens & juventudes**. João Pessoa: Editora Universitária – PPGS/UFPB, 2005. p. 87-107.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: por que as notícias são como são. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

TRESCA, Laura Conde. Gênero informativo. In: MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco de (Org.). **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010. p. 85-94.

VIANNA, Ruth Penha Alves. **Informatização da imprensa brasileira**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

VIOLA, Solon Eduardo Annes. A sociedade da guerra e a cultura da violência. In: HARTMAN, Fernando; ROSA JÚNIOR, Norton Cezar dal Follo (Orgs.). **Violências e contemporaneidade**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2005. p. 63-80.

VIZEU, Alfredo. A produção de sentidos no jornalismo: da teoria da enunciação a enunciação jornalística. **Biblioteca Online de Ciências da Comunicação**. 2002. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/vizeu-alfredo-producao-sentidos-enunciacao.pdf>> Acesso em: 10 abr 2015.

_____. **Telejornalismo**: da audiência presumida aos co-produtores da notícia. In: XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Caxias do Sul, 2010. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-3124-1.pdf>> Acesso em: 10 abr 2015.

WEBER, Max. Sociologia da imprensa: um programa de pesquisa. **Estudos em jornalismo e mídia** (Florianópolis. Online). Vol. II, nº 1, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/viewFile/2084/1825>> Acesso em: 22 jan 2015.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 4. ed. Tradução Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa: Editorial Presença, 1995.

APÊNDICE A – MATÉRIAS ANALISADAS NO CORREIO DA PARAÍBA

DATA/DIA DA SEMANA	TÍTULO DA MATÉRIA
02 de janeiro Quinta	1) Polícia registra 5 assassinatos na Região Metropolitana de JP 2) Crime abala população de Itaporanga
06 de janeiro Segunda	3) Garoto de 15 anos é morto em Santa Rita 4) Jovem é perseguido e morto em linha férrea
10 de fevereiro Segunda	5) Três são mortos na praia do Seixas
13 de fevereiro Quinta	6) Barbárie de Queimadas: Manifestação lembra crime
15 de março Sábado	7) Marcha protesta contra morte de 63 mulheres em um ano
17 de março Segunda	8) Bala perdida na capital: 3 mortos e 1 ferido em 14 dias
20 de março Quinta	9) PM é baleado e fica paraplégico
21 de março Sexta	10) Mulher tem cabeça decepada
22 de abril Terça	11) Mortes caem 30% na Semana Santa 12) Estupro coletivo e morte de garotas: Familiares são ameaçados em Queimadas 13) Domingo de Páscoa: Homem é executado
24 de abril Quinta	14) Suspeito de crime mata testemunha 15) Em João Pessoa: Homem é morto com seis tiros
25 de abril Sexta	16) Jovem é assassinado em obra
27 de abril Domingo	17) Jovem é assassinado com 6 tiros após sair de boate
28 de abril Segunda	18) Mulher é morta na frente de filhos 19) Polícia registra 2 homicídios na Capital no final de semana 20) Em Campina Grande: Homem é morto com cinco tiros
29 de abril Terça	21) Jogada de carro na estrada: Jovem é identificada em João Pessoa
30 de abril Quarta	22) Jovem executado em JP
03 de maio Sábado	23) Em Campina Grande: Jovem é morto com tiros na cabeça
05 de maio Segunda	24) Em Santa Rita: Homem é assassinado e tem uma das mãos decepada
07 de maio Quarta	25) Mulher morre e criança é ferida 26) Jogada de carro está na UTI 27) Dupla mata jovem a tiros
08 de junho Domingo	28) PM registra três ocorrências
09 de junho Segunda	29) Adolescente é assassinado em Cabedelo

10 de junho Terça	30) Homem é assassinado no lugar do irmão
13 de junho Sexta	31) Mentor de barbárie terá júri em JP
14 de junho Sábado	32) Jovens brigam e um é assassinado
17 de julho Quinta	33) Mulher morta em Mandacaru estava com 4 pedras de crack
20 de julho Domingo	34) Violência
21 de julho Segunda	35) Troca de tiros em mercadinho: jovem tenta assalto e é morto por PM
23 de agosto Sábado	36) Homem agride mulher e se mata
24 de agosto Domingo	37) No 'negócio do tráfico' em Bayeux, vida vale só R\$ 25
25 de agosto Segunda	38) Busto de Tamandaré: Jovem é espancado em praia da Capital
26 de agosto Terça	39) Apedrejamento: partida de dominó acaba em violência 40) Passageiro é ferido em assalto a ônibus em JP
28 de agosto Quinta	41) Ministério do Turismo debate prevenção: Disque 100 registra 71 denúncias de exploração sexual na Paraíba
30 de agosto Sábado	42) Após assalto, jovem é espancado
31 de agosto Domingo	43) Grande JP registra 4 homicídios
01 de setembro Segunda	44) Sábado e domingo: polícia registra 4 homicídios
02 de setembro Terça	45) Comando anuncia UPS no Bairro das Cidades 46) Delegado mata acusado de roubo
04 de setembro Quinta	47) Presos contratam segurança privada
08 de outubro Quarta	48) Jovem é assassinado ao chegar em casa, no bairro dos Bancários
09 de outubro Quinta	49) Jovem pode ter sido executado 50) Morte de garota de programa: acusado vai a Júri hoje na Capital 51) Polícia caça acusado de matar jovem de 28 anos
10 de outubro Sexta	52) PC e MP investigam 5 estupros 53) Internação de réu adia Júri em JP
11 de outubro Sábado	54) R\$ 9 mil: Dívida motivou morte de corretor 55) 121 homicídios este ano em CG: Polícia registra 3 mortes
14 de outubro Terça	56) Vigilante fere mulher e se mata
15 de novembro Sábado	57) Trio de canibais é condenado
16 de novembro Domingo	58) Sexta-feira com mais violência
20 de novembro Quinta	59) Adolescente é estuprada em JP 60) Em Gado Bravo: homem mata primo a tiros

23 de dezembro Terça	61) Três são assassinados em menos de uma hora, em Mandacaru
24 de dezembro Quarta	62) Empresário suspeito de matar mulher é preso
25 de dezembro Quinta	63) PM registra 4 mortes por assassinato 64) Cruz das Armas e Valentina: bairros registram mais 2 homicídios
26 de dezembro Sexta	65) Polícia registra 15 homicídios no Natal
27 de dezembro Sábado	66) Natal: 71 foram presos na PB
28 de dezembro Domingo	67) Mototaxista é morto com seis tiros de pistola
29 de dezembro Segunda	68) Violência: adolescente é morto com 15 tiros, em JP
31 de dezembro Quarta	69) Possível vingança: jovem é morto a tiros e facadas

APÊNDICE B – MATÉRIAS ANALISADAS NO JORNAL DA PARAÍBA

DATA/DIA DA SEMANA	TÍTULO DA MATÉRIA
02 de janeiro Quinta	1) Réveillon com 6 mortes
03 de janeiro Sexta	2) Mortes de policial e vigilante repercutem
08 de fevereiro Sábado	3) Jovem é executado a tiros após telefonema de namorada
11 de fevereiro Terça	4) Três garotos são assassinados em menos de 1h na Grande JP
12 de fevereiro Quarta	5) Briga entre gangues deixa mais um morto 6) Homem invade residência e mata jovem na frente do pai em Patos 7) Evento na semana da mulher vai lembrar barbárie de Queimadas
13 de fevereiro Quinta	8) Calçada vira ‘palco’ de roubos e uso de drogas
14 de fevereiro Sexta	9) Polícia detém 16 no Pedregal
16 de março Domingo	10) Uma vida de agressões
18 de março Terça	11) No domingo: Três assassinatos são registrados no Agreste da Paraíba em 6 horas
19 de março Quarta	12) Na Grande João Pessoa: Polícia registra dois assassinatos
21 de março Sexta	13) Mulher é encontrada com cabeça decepada
22 de abril Terça	14) Ex-presidiário é executado em CG

23 de abril Quarta	15) PB: 1,6 mil adolescentes são vítimas da violência 16) Assassinato de fisiculturista pode começar a ser elucidado
24 de abril Quinta	17) Três assassinatos são registrados na capital 18) Ex-presidiário é assassinado em Patos
25 de abril Sexta	19) Homem é assassinado 15 dias após o irmão 20) PM encontra jovem morto dentro de construção no bairro da Glória
26 de abril Sábado	21) Santa Rita registra mais um assassinato
29 de abril Terça	22) Jovem morre no hospital
01 de maio Quinta	23) Ex-presidiário é preso acusado de estuprar duas adolescentes
06 de maio Terça	24) Polícia registra dois homicídios em Jaguaribe e na Ilha do Bispo
07 de maio Quarta	25) Dupla mata mulher e fere criança de 5 anos
10 de junho Terça	26) Homicídios e tentativas: fim de semana violento em JP 27) Jovem é executado a tiros no Pedregal
11 de junho Quarta	28) Júri de Eduardo Pereira pode acontecer em CG
12 de junho Quinta	29) Operação prende 8 por tráfico, roubos e mortes
13 de junho Sexta	30) Acusado de planejar barbárie de Queimadas vai a júri em JP 31) Jovem é assassinado a facadas após discussão próximo de casa 32) Estava ameaçado: PC apura execução de garoto no Brejo
14 de junho Sábado	33) Após briga: Jovem é executado a tiros no Rangel
15 de julho Terça	34) Jovens são executados a tiros em loteamento 35) BOQUEIRÃO (coordenada de “Confusão em festa termina na morte de ajudante de pedreiro”) 36) Homem é morto a pauladas em Patos
17 de julho Quarta	37) EM MANDACARU (Coordenada de “Mulher encontra corpo de namorado na sala de casa”)
18 de julho Quinta	38) Ex-presidiária: Dupla de motocicleta persegue e executa mulher no Valentina
22 de agosto Sexta	39) Violência: Bairro de Mandacaru registra terceira morte em 72 horas 40) Agressão 41) Jovem é morto ao parar em semáforo na capital
23 de agosto Sábado	42) Violência: Briga de casal acaba em morte em Campina Grande
26 de agosto Terça	43) Três pessoas são assassinadas
29 de agosto Sexta	44) Em Campina: Albergado é morto na saída de presídio 45) Protesto: Estudantes vão às ruas cobrar mais segurança nas escolas em Campina
02 de setembro Terça	46) Quatro são executados a tiros em JP e Bayeux 47) Mortes no final de semana
04 de setembro Quinta	48) PM prende evangélico acusado de manter garota em cárcere privado

09 de outubro Quinta	49) Julgamento de acusado de matar Natália Clementino será hoje em JP 50) Homem é assassinado dentro de casa em CG 51) Nos Bancários: PC analisa imagens de câmeras para elucidar morte de corretor
10 de outubro Sexta	52) Adiado júri de acusado de estuprar e matar jovem em JP 53) PC investiga 4 casos de estupros em Itaporanga
11 de outubro Sábado	54) Albergado e garoto de 15 anos são executados
14 de outubro Terça	55) PC investiga execução de jovem em Campina 56) Tentativa 57) Violência: Dois homens são assassinados a tiros em João Pessoa e Santa Rita
16 de novembro Domingo	58) Uma criança é abusada a cada 15 horas na Paraíba
18 de novembro Terça	59) Dupla executa agricultor a tiros em São José da Mata
19 de novembro Quarta	60) Homicídio no Sertão
20 de novembro Quinta	61) No Cristo: Estudante é estuprada na saída da escola
21 de novembro Sexta	62) Polícia registra dois homicídios na capital
23 de dezembro Terça	63) Polícia registra três homicídios na capital 64) Três tentativas de assassinato
25 de dezembro Quinta	65) Paraíba registra seis homicídios em 5 horas
26 de dezembro Sexta	66) Violência: PB registra 22 mortes em 48 horas
27 de dezembro Sábado	67) Violência: Polícia registra três homicídios no feriado de Natal na capital
30 de dezembro Terça	68) Em João Pessoa: Jovem é assassinado com golpes de faca em Mandacaru 69) Violência: Tiroteio deixa um morto em Campina

APÊNDICE C – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM A EDITORIA DO CORREIO DA PARAÍBA

Identificação: Editoria do *Correio da Paraíba*. O nome foi omitido, por não se considerar necessário para alcançar os objetivos propostos.

Realizada em 08 de abril de 2015, via rede social.

PERGUNTA: Cidades é o caderno que concentra as matérias sobre crimes violentos no *Correio*? Por quê?

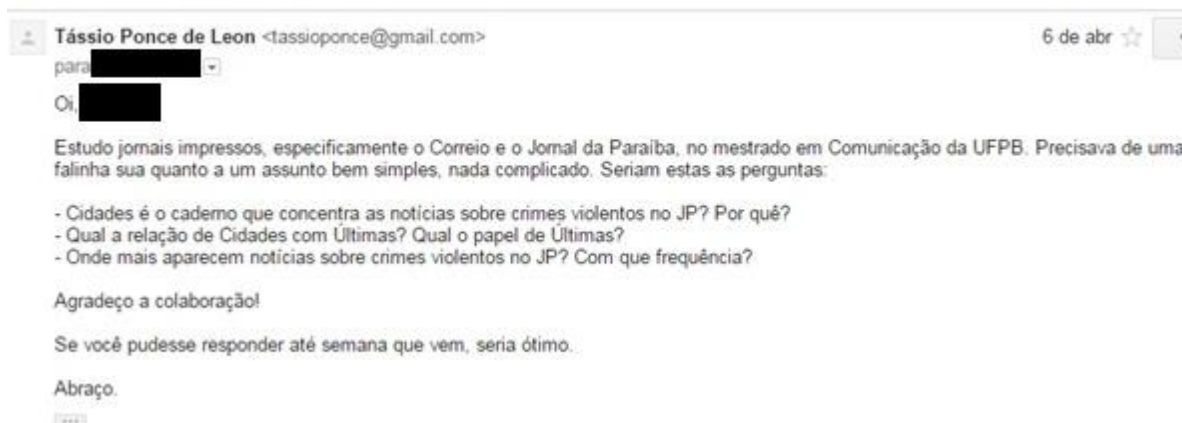
RESPOSTA: “*Cidades é, sim, o caderno que traz as notícias relacionadas à segurança. O Jornal Correio não tem o perfil de jornal policial, mas tenta refletir a preocupação da sociedade em relação à segurança. O que nos propomos a fazer é não dar só a notícia do crime, mas avaliar o fato dentro de um contexto social. É claro que nem sempre há espaço físico nas páginas ou tempo hábil para isso. Ainda temos que contar com a disponibilidade da fonte que faria essa análise. Acho que o jornal tem caminhado para isso e precisa mudar mais. Não faz mais sentido – se é que fez um dia – copiar e publicar BOs*”.

PERGUNTA: Qual a relação de Cidades e Últimas? Qual o papel de Últimas?

RESPOSTA: “*Últimas tem relação com todos os cadernos. Na verdade, não tem servido realmente para o que se propõe, que seria trazer as últimas notícias daquele dia. Por indisponibilidade de tempo e de espaço, a página de Últimas tem servido muito mais para abarcar o que não foi possível tratar nos outros cadernos. Cidades é o caderno apropriado para o tema violência. Mas, entendemos que é preciso mudar o formato BO da notícia. Além disso, por ser um espaço limitado, é preciso fazer a seleção dos fatos violentos que tiveram mais repercussão. É como eu disse. Se um dia fez, hoje não faz mais sentido publicar BOs, tanto por causa do jornalismo online, que traz a notícia com mais rapidez, quanto pelo próprio papel social do jornalismo, da consciência do profissional de construir uma notícia que cause algum impacto social positivo, que denuncie, que aponte caminhos...*”

APÊNDICE D – TENTATIVAS DE ENTREVISTA COM A EDITORIA DO JORNAL DA PARAÍBA, VIA E-MAIL E REDE SOCIAL

Perguntas Cidades Mestrado UFPB





+ Nova mensagem



Conversa iniciada - 12 de abril



Tássio Ponce de Leon

Oi, 

12/4/2015 21:56

Estudo jornais impressos, especificamente o Correio e o Jornal da Paraíba, no mestrado em Comunicação da UFPB. Precisava de uma falinha sua quanto a um assunto bem simples, nada complicado. Seriam estas as perguntas:

- Cidades é o caderno que concentra as notícias sobre crimes violentos no JP? Por quê?
- Qual a relação de Cidades com Últimas? Qual o papel de Últimas?
- Onde mais aparecem notícias sobre crimes violentos no JP? Com que frequência?

Mandeí um email, mas sei que às vezes é complicado achar no meio de tanta pauta que deve ter por lá, hehe Resolvi garantir por aqui também.

Obrigado pela colaboração.

ANEXO A – DADOS OFICIAIS SOBRE HOMICÍDIOS NA PARAÍBA, EM 2014



GOVERNO
DA PARAÍBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
ASSESSORIA DE AÇÕES ESTRATÉGICAS

Ofício nº 0083/2015-AAE

João Pessoa, 25 de Maio de 2015.

Assunto: Resposta ao Ofício S/ N° datado de 18/05/2015

Senhor Mestrando,

Em resposta ao Ofício S/ N° datado de 18/05/2015, subscrito pelo Sr. Tássio José Ponce de Leon Aguiar, o qual solicita dados estatísticos a respeito dos homicídios no Estado da Paraíba, produzimos as tabelas a seguir:

Vítimas de CVLI na Paraíba em 2014 na População Total distribuídos por mês e sexo

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Feminino	9	5	7	8	13	9	9	8	8	11	10	7	104
Masculino	116	86	123	113	112	106	110	103	113	129	146	153	1409

Vítimas de CVLI na Paraíba em 2014 na População de 15 a 29 anos distribuídos por mês e sexo

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Feminino	5	3	1	3	5	5	5	4	5	6	5	2	49
Masculino	48	41	66	59	54	57	62	65	54	61	70	78	715

Atenciosamente,

Adielson Pereira de Araújo- Cel PM
Assessor Estratégico da Polícia Militar